

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SAMUEL ANTUNES DE SOUSA

**O PROJETO DE PODER:**

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS  
(1991-1999)

Belo Horizonte  
2023

SAMUEL ANTUNES DE SOUSA

**O PROJETO DE PODER:**  
A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS  
(1991-1999)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Professor Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Belo Horizonte

2023

907.2      Sousa, Samuel Antunes de.  
S725p      O projeto de poder [manuscrito] : a atuação parlamentar da  
2023      Igreja Universal do Reino de Deus (1991-1999) / Samuel  
             Antunes de Sousa. - 2023.  
             162 f.  
             Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

             Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
             Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
             Inclui bibliografia.

             1. História – Teses. 2. Religião – História – Teses. 3. Igreja  
             Universal do Reino de Deus - Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá  
             II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
             Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

"Igreja e Democracia: A Iurd e Sua Atuação na Cena Pública Brasileira (1991- 1999)"

**Samuel Antunes de Sousa**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador  
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta  
UFMG

Prof. Dr. Daniel Rocha  
PUC-MG

Belo Horizonte, 20 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Rocha, Usuário Externo**, em 21/06/2023, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Chefe de departamento**, em 21/06/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 26/06/2023, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2372344** e o código CRC **C13F332E**.

*Às minhas avós Nilza e Gilda, que me deixaram como legado o prazer por uma boa história, a fé num futuro melhor e a teimosia para encarar os desafios da vida.*

## AGRADECIMENTOS

Aprendi desde muito cedo que sozinho não chegamos a lugar algum e que a nossa existência depende necessariamente do acolhimento do outro. A antropóloga estadunidense Margaret Mead afirmou que a civilização muito provavelmente teve início a partir do momento em que o primeiro ser humano que teve seu fêmur machucado há 15 mil anos, em meio a um contexto de sobrevivência, foi ajudado por outra pessoa. Nesse momento teria ocorrido o primeiro sinal de civilização através da solidariedade. Permito-me aqui ser lúdico e piegas: creio que o senso de humanidade surgiu no encontro de um abraço. Não é para menos que Gilberto Gil declarou seu afeto ao Rio de Janeiro com um grande abraço, e que Caetano Veloso décadas mais tarde também manifestou em obra o seu abraço. Como me faltam palavras para descrever todo o meu agradecimento às pessoas que passaram pelo meu caminho e me ajudaram a chegar até esse momento, gostaria de registrar a expressão mais humana de todas e o que de melhor tenho a oferecer: o meu sincero abraço.

Meu primeiro abraço vai para quem primeiramente me abraçou no mundo, à Maria Célia. Aquela que deu sentido a minha existência não apenas na dor do parto, mas no afeto de toda uma vida. Ao acreditar em seu filho, conciliou a fé no jovem indomável com a dor de não poder protegê-lo das durezas da vida. Esse abraço também se entende àquele cujas marcas físicas e gestuais vejo cada dia mais em mim, a Gilmar. A pessoa que durante anos de sua vida abriu mão dos seus sonhos para sonhar os meus sonhos e proteger o que mais amava: sua família. Um abraço, mãe. Um abraço, pai. Como nenhum ser humano vive só, desde pequeno entendi a importância de dividir tudo: as alegrias, as tristezas, o quarto e até o danone. Àquela cuja força e determinação me inspiram diariamente, à minha irmã, um abraço, Sara.

À minha família materna e paterna - cuja nomeação pessoal não farei para não ser injusto - deixo o meu fraterno abraço representado no meu avô materno, Antônio, e na minha avó paterna, Gilda.

Em sua canção, Emicida expressou-se muito bem ao dizer que quem tem um amigo tem tudo. E eu sou muito grato por ter pessoas que fazem com que toda jornada, por mais difícil que seja, valha a pena. Durante esse caminho, o meu coração, dividido entre São Paulo e Minas Gerais, foi muito acolhido pela amizade *café com leite*. À Geovanna, Marcela, Felipe, Caique e Igor, o meu grande abraço (grande como o Grande Encontro) pela paciência e companhia nos momentos bons e ruins. Que nunca nos falte uma polêmica vazia e aleatória para nos levar numa prosa madrugada adentro.

Registro também o meu sincero abraço ao amigo, psicólogo e irmão de uma vida inteira, Matheus. Obrigado por fazer da sua casa o consultório de nossas sessões de terapia, regada de discussões intermináveis e bons uísques. Um abraço também ao Nathan, à Natália e à Cláudia por me aturar e me acolher como um membro da família Rodrigues. Este trabalho é para vocês e em memória dele, um dos homens mais humanos, íntegros e leais que conheci, cujo legado trago comigo: um abraço deste plano, Antonio.

Se faz necessário um abraço também àquelas amizades que nem mesmo a distância abala. Àquele que conhece muitas versões de mim e que permaneceu independentemente das circunstâncias: um abraço, Rodrigo. Àquelas amigas de quem tenho muito orgulho e admiração, cuja parceria foi construída no banco de um ponto de ônibus, um abraço para Erica e Ellen. Deixo também um grande abraço às amigas que despertaram as conversas mais profundas dos últimos anos e uma parceria essencial: Larissa, Ananda e Miriã. Um abraço também para Natasha,

por ter sido uma parceira fundamental nesses anos tão difíceis, me acolhendo e acreditando em mim mais do que eu mesmo. Aproveito também para deixar um abraço a toda a turma do F&F, grupo que já não movimenta muito futebol, mas que possui muita conversa à toa e calvície crescente.

Tomando o ônibus rumo à rodovia Fernão Dias, retorno em memória a Belo Horizonte para deixar mais alguns abraços. O primeiro abraço mineiro é para aquela que me acolheu como seu irmão e dividiu sonhos, angústias, alegrias e a República do Carteadado comigo: um abraço, Sara. Aos amigos que enfrentaram a graduação e permaneceram compartilhando os desafios e conquistas da vida adulta: um abraço para o Pedro, o Northon e a Marianne.

Também deixo o meu abraço aos amigos que fizeram Belo Horizonte se tornar a minha segunda casa. Àqueles e àquelas que partilharam momentos épicos no Complexo Historiográfico: um abraço para Thais, Aline, João, Roberta, Camila, Clara, Adriel, Mariana Loures e Petrus. Estendo meu abraço aos queridos amigos do curso de História, que tornaram a FAFICH e adjacências muito mais do que meros locais universitários para mim: um abraço para Robert, Eduardo, Iago, Débora e João Batista. Um abraço também aos amigos que foram importantes referências para mim durante todos os meus anos de FAFICH: Átila Guerra, Bruno Vinicius e Karina Rezende.

Registro aqui o meu abraço aos colegas que formaram a equipe da Revista *Temporalidades* durante o ano de 2020 e que enfrentaram o desafio de produzir ciência e conhecimento em meio a tantas adversidades. Um abraço também a toda a equipe e estudantes do Cursinho Popular Humanizar, representados pela Nathalia e Camila, que encararam a missão de construir um projeto de educação popular durante tempos tão desafiadores. Por fim, deixo um abraço de gratidão às

professoras Miriam Hermeto e Luana Akinruli, e às e aos colegas Ana Luísa Barbosa, Ana Luiza Hosken, Bruna Piteres, Gabriela Santana, João Victor Chamon e Mariana Loures, por terem me acolhido e acompanhado em projetos lindos e extremamente necessários no Núcleo de História Oral do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG.

Deixo um forte abraço para o professor José Newton Coelho Meneses, por ter me recebido quando ainda era um jovem ingressante do curso de História e por ter me ensinado as primeiras lições sobre o mundo acadêmico. Um abraço fraterno em meu orientador, professor Rodrigo Patto Sá Motta, pela parceria e paciência comigo nesses anos de pesquisa em que pude aprender com sua sabedoria e conhecimento. Também deixo aqui meu agradecimento à coordenação e aos representantes discentes do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, que durante a pandemia disponibilizaram uma bolsa provisória para que este trabalho pudesse ser concluído num contexto tão complexo para toda a sociedade brasileira e, inclusive, para a ciência no Brasil.

Por fim, mando um abraço aos meus alunos e colegas da educação. Vocês me inspiram todos os dias e me fazem acreditar cada vez mais na força do coletivo e nas palavras de Paulo Freire sobre a necessidade de *esperançarmos*. Mais do que esperar precisamos acreditar ao passo em que construímos o novo. E para tanto é necessário nos mantermos organizados, pois como bem pontuou Chico Science: “o homem coletivo sente a necessidade de lutar”. Portanto, deixo meu último abraço a todas as pessoas que sonham e lutam por um mundo melhor.

*“Deus não está acima de todos; ele está no meio de nós”.*  
Padre Júlio Lancellotti

## RESUMO

Durante as últimas décadas tem sido praticamente inevitável se deparar com algum elemento evangélico nos espaços públicos brasileiros. Este segmento religioso está presente nos mais diversos ambientes, das mídias à política. Para compreendermos o avanço público de igrejas evangélicas e suas formas de estabelecimento na política, investigamos a trajetória da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Nosso trabalho analisa os discursos de deputados iurdianos durante a 49ª e 50ª legislaturas na Câmara dos Deputados. Utilizando fontes complementares como biografias e entrevistas de membros da igreja, contrastamos as análises discursivas dos deputados com as narrativas realizadas por lideranças da IURD com o objetivo de historicizar criticamente o projeto político da instituição. Com isso, identificamos como essa igreja alcançou sua influência política recente, quais foram suas agendas e bandeiras, as suas articulações e os seus entendimentos sobre o papel da religião na sociedade. Através da Análise Crítica dos Discursos Parlamentares compreendemos o neopentecostalismo brasileiro como um fenômeno constituinte da Nova República e um desafio à democracia liberal brasileira, tendo em vista a atuação da Universal alinhada a partidos fisiológicos que refletem práticas políticas marcadas pelo personalismo, clientelismo e patrimonialismo.

Palavras-chave: História da Religião; Neopentecostalismo; Análise do Discurso; Igreja Universal do Reino de Deus;

## **ABSTRACT**

Over the last few decades it has been almost inevitable to come across an evangelical element in Brazil's public spaces. This religious segment is present in the most diverse environments, from the media to politics. In order to understand the public advance of evangelical churches and their ways of establishing themselves in politics, we investigated the trajectory of the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG). Our work analyses the speeches of IURD deputies during the 49th and 50th legislatures in the Chamber of Deputies. Using complementary sources such as biographies and interviews with members of the church, we contrast the discursive analyses of the MPs with the narratives made by leaders of the UCKG with the aim of critically historicising the institution's political project. In doing so, we identified how the church achieved its recent political influence, what its agendas and flags were, its articulations and its understandings of the role of religion in society. Through the Critical Analysis of Parliamentary Speeches, we understand Brazilian neo-Pentecostalism as a constituent phenomenon of the New Republic and a challenge to Brazilian liberal democracy, given the Universal's actions aligned with physiological parties that reflect political practices marked by personalism, clientelism and patrimonialism.

Keywords: History of Religion; Neo-Pentecostalism; Discourse Analysis; Universal Church of the Kingdom of God;

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
AEVB	Associação Evangélica Brasileira
CCB	Congregação Cristã no Brasil
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
CNBB	Conselho Nacional de Bispos do Brasil
CNPB	Conselho Nacional de Pastores do Brasil
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
IBC	Igreja Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IPB	Igreja Presbiteriana do Brasil
IPDA	Igreja Pentecostal Deus é Amor
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - “NADA A PERDER”: A IGREJA UNIVERSAL E A FORMAÇÃO DO NEOPENTECOSTALISMO BRASILEIRO.....</b>	<b>36</b>
1.1 - A chegada do protestantismo ao Brasil.....	37
1.2 As raízes do pentecostalismo brasileiro.....	40
1.3 O Deuteropentecostalismo.....	46
1.4 A Igreja de Nova Vida: o berço do neopentecostalismo.....	54
1.5 Família, família, negócios à parte: a formação da Igreja Universal do Reino de Deus.....	59
1.6 A propaganda é a alma da Igreja.....	61
<b>CAPÍTULO II - DO ALTAR AO PLENÁRIO: A IURD VAI À CÂMARA DOS DEPUTADOS.....</b>	<b>66</b>
2.1 Terror para alguns, alívio para outros: a Universal e o governo Collor.....	72
2.2 Os três mosqueteiros iurdianos: Aldir Cabral, Laprovita Vieira e Luiz Moreira.....	75
2.3 O Bispo vai ao parlamento: a CPI do Narcotráfico.....	81
2.4 O Bispo em xeque: das denúncias à prisão de Edir Macedo.....	95
2.5 A Negação da Bancada da Evangélica.....	102
<b>CAPÍTULO III - O OMELETE NEOPENTECOSTAL: A UNIVERSAL E A BATALHA PELO ESPAÇO PÚBLICO.....</b>	<b>106</b>
3.1 O crescimento parlamentar: os novos representantes Paulo De Velasco, Jorge Wilson e Wagner Salustiano.....	107
3.2 Um representante iurdiano no governo do estado do Rio de Janeiro.....	122
3.3 A Igreja Universal e a esquerda.....	127
3.4 Muito além do chute na santa: a Universal e o campo religioso brasileiro.....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente, é quase inevitável encontrar algum aspecto da cultura evangélica nos espaços públicos brasileiros. Este segmento religioso está presente nos mais diversos ambientes, das mídias à política, passando por setores das indústrias literária, fonográfica, cinematográfica e até da moda. No entanto, essa presença nem sempre foi tão intensa – ao menos não conforme tem se apresentado nos últimos anos – tampouco dispunha do poder que possui no presente. O avanço público de igrejas evangélicas tem se estabelecido em diversos campos de disputa, sendo a política um dos principais.

A Igreja Universal do Reino de Deus<sup>1</sup>, sem dúvidas, é uma das maiores representantes dessa ocupação dos espaços de poder no campo das igrejas evangélicas. Segundo dados do IBGE, obtidos no censo de 2010<sup>2</sup>, a Universal é a quarta maior igreja evangélica do país<sup>3</sup>, tendo uma atuação pública que vai muito além dos templos religiosos. A instituição possui rádios, canais de televisão, hospital, construtora, empresa de segurança privada, um banco, dentre outros empreendimentos que a constituíram enquanto um império. Desta forma, a influência e a projeção da IURD na sociedade podem ser mais abrangentes do que as de igrejas evangélicas com um público maior. No entanto, esse alcance tem limites e a expansiva visibilidade da IURD dá a impressão de que ela é maior do que de fato é.

O desejo de entender as estratégias adotadas pelas lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus para concretizar seus projetos e atingir seus objetivos nos levou ao desafio de reconstruir parte desse percurso. Isso porque é importante analisar a IURD dentro do contexto historiográfico do pentecostalismo brasileiro, que ainda carece de estudos históricos significativos. Analisar a trajetória da IURD, é debater, em grande medida, os limites da própria democracia liberal brasileira. Principalmente, quando constatamos a estreita relação desta instituição com a política nos últimos 30 anos, período em que ela esteve associada a diferentes espectros políticos com o objetivo de expandir seu poder de influência e conquistar apoio para suas demandas. Assim, a política tornou-se um braço em suas articulações, de tal sorte que a igreja vem formando nas últimas décadas candidatos

---

<sup>1</sup> Durante esse trabalho, a Igreja Universal do Reino de Deus também será referenciada como Universal ou pela sigla IURD.

<sup>2</sup> IBGE. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf). Acesso em 10 jun. 2021.

<sup>3</sup> Destacamos que, até o momento da escrita deste trabalho, o novo censo do IBGE, previsto para ocorrer em 2020, não tinha sido realizado.

próprios para assumir cargos políticos em Casas legislativas e no executivo de diversas cidades. As câmaras municipais, estaduais e federal, foram os principais locais onde a IURD instalou sua rede, formando uma base sólida de lideranças políticas com mandatos parlamentares. A partir dessas Casas legislativas a igreja sustenta suas relações políticas e demonstra seu poder de voto e influência social.

Dessa forma, esta pesquisa traz um cenário instigante ao pesquisador que se debruça sobre uma temporalidade recente. Segundo Roger Chartier, o historiador que propõe um trabalho acerca do tempo presente passa a ser contemporâneo de seu objeto de estudo, “partilhando”, inclusive, da história por ele analisada (CHARTIER, 2006). Por esse motivo, a objetividade, a sensibilidade e a responsabilidade passam a ser virtudes vitais na condução de uma investigação deste porte, pois, conforme aponta Carlos Fico:

Ao historiador não cabe fazer predições. Deveríamos ser objetivos e neutros. Mas como seria possível a atitude de neutralidade quando falamos de nosso próprio destino? A História do Tempo Presente sempre traz esse desafio: falamos de interpretações em disputa, de memórias compartilhadas. Mas essa história tão difícil de realizar tem uma vantagem sobre as demais especialidades que lidam com tempos pretéritos e personagens ausentes: a História do Tempo Presente lida com o apaixonante mundo dos vivos (FICO, 2015, p. 141)

Nesse contexto complexo e entusiástico que o tema de nossa pesquisa se constituiu enquanto desafio: analisar o percurso e a consolidação de uma instituição de atuação ainda marcante na cena pública do país. Estudar essa trajetória, em grande medida, é compreender os dilemas e as contradições recorrentes na sociedade brasileira.

\*\*\*\*

Quando se trata da participação pública e política da Igreja Universal alguns eventos ilustram com clareza a teia de relações estabelecidas pela instituição. Em 31 de julho de 2014, a IURD inaugurou em uma grande cerimônia sua obra mais imponente, o Templo de Salomão. O evento contou com cânticos, apresentações em vídeo sobre a história do cristianismo, testemunhos de membros da Igreja e orações mediadas por Edir Macedo, líder máximo da instituição. No entanto, a presença das principais figuras políticas do Brasil, sentadas ao lado da família Macedo, ganhou destaque em diversos canais de comunicação. Compuseram a lista de personalidades: a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), e seu vice-presidente, Michel Temer (PMDB); o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB); o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT); e até mesmo o

ministro Marco Aurélio de Mello, presidente à época do STF (Supremo Tribunal Federal). Além destas figuras, outros governadores, prefeitos, deputados e demais autoridades também estavam presentes<sup>4</sup>.

O comparecimento das figuras políticas à cerimônia justifica-se quando se compreende a importância da inauguração daquele edifício, um dos maiores templos religiosos do país, fixado na principal cidade brasileira. Entretanto, esse fato também nos leva a refletir sobre a proximidade da IURD com a política, visto que a reeleição da presidenta Dilma em 2014 contou com o franco apoio da instituição, num momento em que a relação do Partido dos Trabalhadores com as lideranças evangélicas encontrava-se bastante desgastada. O PT, que desde 2002 buscou conciliar-se com o setor evangélico atendendo a suas expectativas e interesses, viu crescer em 2010 uma forte resistência conservadora ao partido e suas lideranças, capitaneadas, em grande medida, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Entre 2010 e 2014, o número de candidatos abertamente evangélicos aumentou 45%, impactando na configuração de alianças<sup>5</sup>. Segundo Caio Marcondes Ribeiro Barbosa, em sua dissertação de Mestrado em Ciência Política, defendida em 2016, “A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014”, no pleito de 2010, a figura de Marina Silva, à época presidenciável pelo PV (Partido Verde) e ligada à Assembleia de Deus, conquistou grande apoio do evangélico mais conservador, que também aderiu à campanha de José Serra (PSDB), principalmente no segundo turno (BARBOSA, 2016). Já no ano de 2014 a campanha de Marina Silva, dessa vez pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), manteve apoio consistente entre o eleitorado evangélico, mas já no primeiro turno viu parte dos votos desse grupo dirigirem-se à candidatura de Aécio Neves (PSDB). Em reunião realizada com lideranças evangélicas durante o segundo turno da eleição, no dia 14 de outubro de 2014, o tucano frisou que combateria a corrupção e se comprometeu com a moralidade na política. Durante o evento, participaram lideranças da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), Igreja Renascer em Cristo, Ministério Internacional da Restauração

---

<sup>4</sup> Com a presença de Dilma, Templo de Salomão é inaugurado em São Paulo. R7, 31 set. 2014. <https://noticias.r7.com/brasil/com-a-presenca-de-dilma-templo-de-salomao-e-inaugurado-em-sao-paulo-13102016>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>5</sup> BRAGA, Mário. Evangélicos crescem 45% entre eleições de 2010 e 2014. Exame, 1 ago, 2014. Disponível em: <https://exame.com/brasil/evangelicos-crescem-45-entre-eleicoes-de-2010-e-2014/>. Acesso em 01 mar. 2023.

e, inclusive, da Igreja Universal<sup>6</sup>.

A corrente de oposição ao PT, em grande medida, foi alavancada por lideranças ligadas à Igreja Assembleia de Deus. Durante o primeiro governo Dilma, não foram raras as vezes que os pastores assembleianos Silas Malafaia e Marco Feliciano ocuparam os espaços públicos para tensionar o debate contra a regulamentação do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo.<sup>7</sup> Em 2014, ao explicar sua atuação pública para eleger deputados e apoiar candidaturas presidenciais, Malafaia disse o seguinte à revista *Exame*: “Política é poder. Se aumentar em número, aumenta o poder e a influência. É como dois e dois são quatro”<sup>8</sup>.

Todavia, algumas igrejas evangélicas mantiveram-se próximas ao PT, sendo possivelmente a Igreja Universal a principal delas. Isso porque o voto evangélico tende a não seguir a mesma perspectiva ideológica nas eleições para o executivo e o legislativo. Para Barbosa, o fiel da Universal segue a recomendação das lideranças da Igreja em seu voto para deputado estadual e federal, acreditando na importância de eleger representantes da comunidade que defenderão seus princípios e valores nas Casas legislativas. Entretanto, ao votar para presidente, questões como segurança pública, renda, educação e saúde tendem a ser decisivas em sua escolha: “Assim, se o voto para deputado era fundamentado na preocupação de poder seguir praticando a sua vida espiritual, mantendo a igreja aberta, o voto para presidente era pautado pela vida terrena, e as questões que afetavam o seu dia-a-dia fora da igreja” (BARBOSA, 2016, p. 92).

Em setembro de 2019, uma outra fotografia destacou-se no cenário político e religioso brasileiro. Trata-se da imagem compartilhada nas redes sociais de Edir Macedo e de Jair Bolsonaro (PSL). Nela o político encontrava-se de joelhos, enquanto o Bispo, com suas mãos estendidas, derramava um óleo sobre a cabeça de Bolsonaro. O ato representava uma unção, ato presente em igrejas evangélicas que pode ser utilizado em ritos de cura de enfermidades ou para afirmar a autoridade de alguma liderança. Segundo artigo publicado no portal de notícias da

---

<sup>6</sup> DIAS, Marina; URIBE, Gustavo. A evangélicos, Aécio promete combate à corrupção e parceria com igrejas. Folha de S. Paulo, 15 out. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1533081-a-evangelicos-aecio-promete-combate-a-corrupcao-e-parceria-com-igrejas.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

<sup>7</sup>COSTA, Fabiano. Estreia de Feliciano em comissão deve debater união gay e racismo. G1, 11 mar. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/estrela-de-feliciano-em-comissao-debatera-uniao-gay-e-racismo.html>. Acesso em 01 mar. 2023.

<sup>8</sup> Ibidem, 2014.

Universal, o ritual também pode ser realizado com o objetivo de confirmar uma pessoa a uma determinada missão: “Todas as vezes que Deus quis usar uma pessoa para um propósito, antes Ele enviou um sacerdote para consagrá-la com o óleo da unção, para capacitá-la para aquilo que planejava fazer por intermédio dela. Foi assim com Davi e Arão, entre outros”<sup>9</sup>. Na ocasião da fotografia, Bolsonaro visitou diversas figuras políticas do país, sendo que, no mesmo dia em que foi ao Templo de Salomão ter com Edir Macedo, também esteve junto a Silvio Santos, com quem passou o restante de sua tarde<sup>10</sup>.

A relação da IURD com a política brasileira é pautada pelos interesses da igreja em meio a acordos com outros grupos. Mesmo governos orientados por diretrizes diferentes e políticos adeptos de espectros antagônicos não se tornam inimigos irreconciliáveis da Universal. A aliança feita com o PT nos anos 2000 foi concretizada após um longo período de disputa entre Macedo e o partido. Durante os anos 90, Lula chegou a ser chamado de “demônio” em uma edição do *Folha Universal*, jornal da IURD que iniciou sua circulação em 1992. Com a ascensão política de Jair Bolsonaro e a crise dos governos petistas, a relação entre a Universal e o PT derreteu. Durante a campanha de 2018, Fernando Haddad, presidencialista que assumiu a cabeça da chapa petista após a impossibilidade judicial de Lula em concorrer à disputa, se referiu a Edir Macedo em uma entrevista chamando-o de “charlatão”<sup>11</sup>. O desgaste se deu pelo apoio da IURD a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e pelo distanciamento da igreja em relação ao PT após tantos anos de apoio. Durante a campanha, o então candidato pelo PSL (Partido Social Liberal) concedeu uma entrevista exclusiva à TV Record - emissora comandada por bispos da Universal -, justamente no mesmo horário em que ocorria o debate dos presidencialistas na Rede Globo<sup>12</sup>.

A relação da IURD com Bolsonaro foi justificada sob o argumento de que o

<sup>9</sup>VIDAL, Jeane. A unção muda a condição. *Universal*, 8 out. 2017. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/a-uncao-muda-a-condicao-1/>. Acesso em 03 mar. 2022.

<sup>10</sup> SOPRANA, Paula. Bolsonaro é abençoado no Templo de Salomão, e Edir Macedo fala em “inferno da mídia”. *Folha de S. Paulo*, 01 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-e-abençoado-por-edir-macedo-em-culto-com-10-mil-fieis-em-sp.shtml>. Acesso em 20 mar. 2023.

<sup>11</sup> O bispo chegou a processar o político petista, que obteve vitórias na justiça. Ver: BERGAMO, Mônica. STJ Tranca ação movida por Edir Macedo contra Haddad por ser chamado de charlatão. *Folha de S. Paulo*, 4 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/02/stj-tranca-acao-movida-por-edir-macedo-contra-haddad-por-ser-chamado-de-charlatao.shtml>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Juca. Bolsonaro falta a debate, mas protagoniza entrevista exclusiva em TV de aliados. *Brasil de Fato*, 5 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/05/bolsonaro-falta-a-debate-mas-protagoniza-entrevista-exclusiva-em-tv-de-aliados>. Acesso em: 10 dez. 2021.

líder de extrema direita dispunha de atributos políticos e religiosos notáveis, o que fazia dele um representante do meio evangélico no poder. No entanto, são muitos os elementos que permitem relativizar e questionar essa afirmação. Primeiro, porque Jair Bolsonaro sempre se declarou católico<sup>13</sup>, de tal sorte que se aproximou de lideranças evangélicas por conta de sua esposa Michele Bolsonaro, membra da Igreja Batista Atitude. Além disso, destacam-se as associações da Universal com partidos de diversas orientações político-ideológicas, o que possibilita compreender a trajetória política da IURD nas suas relações pragmáticas.

Nesta dissertação serão investigadas as estratégias e interesses da Universal, bem como suas aspirações públicas, com a finalidade de avaliar o impacto da atuação política dessa instituição na sociedade brasileira entre os anos de 1991 a 1999. Esse período destaca-se como relevante contexto para a história da Igreja Universal, tendo em vista as muitas turbulências enfrentadas pela instituição e suas lideranças. Além disso, trata-se de um momento de crescimento do neopentecostalismo e da expansão evangélica na política brasileira. A intersecção desses fatores desperta inquietações quanto a contribuição desses elementos para a formação de novas costuras políticas. Desta maneira, será necessário fazer uma síntese da história do protestantismo no Brasil e apresentar algumas considerações teóricas e metodológicas sobre esse campo de estudos.

\*\*\*\*

Conforme será tratado mais à frente, a formação do protestantismo brasileiro é analisada com base na formação histórico-institucional das igrejas. As igrejas originárias da atuação missionária estrangeira no século XIX são chamadas de protestantes históricas, enquanto as igrejas inauguradas no início do século XX, sob influência dos movimentos avivalistas estadunidenses, são denominadas pentecostais<sup>14</sup>. Iremos nos referir no decorrer deste trabalho a evangélicos, pentecostais e protestantes como palavras sinônimas, destacando em momentos centrais as singularidades de cada movimento. No entanto, inicialmente, é importante destacar que a IURD foi responsável por inserir elementos específicos no

---

<sup>13</sup> Em 2016, Jair Bolsonaro foi batizado pelo presidente nacional do PSC, Pastor Everaldo, no rio Jordão, em Israel. Desde então, a aproximação de Bolsonaro com lideranças evangélicas aumentou. Inclusive, um de seus principais conselheiros e defensor público foi Silas Malafaia. Ver: Preso pela PF, Pastor Everaldo batizou Bolsonaro no Rio Jordão. Correio Braziliense, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/08/4871770-presos-pela-pf-pastor-everaldo-batizou-bolsonaro-no-rio-jordao.html>. Acesso em 20 mar. 2023.

<sup>14</sup> O movimento pentecostal teve três ondas ao longo do seu desenvolvimento histórico, de modo que trabalharemos as diferenças e especificidades desses movimentos no primeiro capítulo.

pentecostalismo brasileiro, destacando-se a Teologia da Prosperidade e a ênfase no exorcismo em seus cultos. A bem da verdade a Universal não foi a primeira a apresentar essas perspectivas, mas foi a Igreja que mais reuniu e conferiu sentido a essas práticas, sendo, portanto, uma instituição pertencente ao movimento neopentecostal.

É importante mencionar que no decorrer da nossa investigação encontramos alguns desafios complexos ao lidar com a bibliografia de referência, devido ao fato de pesquisas relacionadas ao percurso do protestantismo no Brasil apresentarem algumas limitações. Ao longo do tempo, as pesquisas sobre a trajetória de igrejas protestantes no Brasil se restringiram a investigar o percurso de igrejas históricas. Além disso, apresentaram um olhar apologético sobre o assunto, tendo em vista que boa parte desses pesquisadores eram protestantes (GIUMBELLI, 2001). Por este motivo, os primeiros estudos sobre esse campo focaram em questões de ordem doutrinária e sobre a história dos fundadores das comunidades. Apenas com o posterior desenvolvimento de pesquisas de perfil acadêmico sobre religião no país, a gama de assuntos e abordagens pôde ser ampliada com trabalhos de teor mais crítico. Portanto, o estudo da história das religiões e religiosidades tem se solidificado com o passar do tempo, tendo destaque especial a formação da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), criada nos anos 1990.

Indubitavelmente o trabalho do francês Émile-Guillaume Léonard, principalmente com o livro “O protestantismo brasileiro: estudo da eclesiologia e história social”, alçou os estudos sobre religiosidade no Brasil a outro estágio. O pesquisador, entre outros argumentos, defendeu que o crescimento protestante poderia colaborar com a modernização da sociedade brasileira, em contraste ao catolicismo tradicional (LÉONARD, 1963). Todavia, com o passar do tempo, as igrejas evangélicas acomodaram-se à cultura tradicional local, o que fez com que esses grupos evangélicos incorporassem diversos elementos do catolicismo em um movimento sincrético involuntário.

Durante a década de 1970, os estudos sobre os fenômenos protestantes sofreram o impacto da historiografia marxista. Essa corrente colaborou no desenvolvimento de trabalhos que buscaram compreender a formação social brasileira. Segundo a perspectiva marxista, a religião seria um aparelho ideológico do Estado e, desta forma, os estudos historiográficos à época focaram nas relações materiais econômicas, impossibilitando o aprofundamento nas especificidades das

religiões e religiosidades no país e o seu potencial de mobilização popular (PAEGLE, 2005).

Assim, os trabalhos voltados à história da religião no Brasil avançaram com o desenvolvimento de estudos na área da História Social, sob influência francesa, e com a formação de associações, cursos de pós-graduação e núcleos de pesquisa destinados à história da religião, que estimularam uma gama de pesquisadores a se debruçar sobre o fenômeno protestante brasileiro. Alguns pesquisadores do tema eram oriundos dessas comunidades, principalmente, de vertentes mais tradicionais. É o caso do professor Antônio Gouvêa Mendonça (1922-2007), um dos fundadores do curso de pós-graduação em ciências da religião da Universidade Metodista de São Paulo. Mendonça era proveniente de uma família católica convertida ainda no século XIX, e tornou-se um dos mais importantes pesquisadores do protestantismo brasileiro<sup>15</sup>. O pesquisador destacou-se por muitos trabalhos sobre a história dos protestantes, a teologia da libertação e sobre o neopentecostalismo emergente. Seu livro mais destacado, derivado da sua tese de doutorado, “O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil” (2008) é referência dos estudos críticos sobre a entrada e consolidação das religiões protestantes no país.

Já as pesquisas sobre o pentecostalismo brasileiro foram durante muito tempo raras devido às dificuldades de acesso a acervos documentais desses núcleos religiosos. Além disso, diversas comunidades adotaram práticas sectárias ou mesmo de restrições para com o ambiente acadêmico e midiático, dificultando o diálogo. Conforme destacou Mariano (2014) a IURD, por exemplo, durante os anos 1990 passou a fechar suas portas para pesquisadores que se aproximavam em busca de contato. A repulsa por parte da Universal pode ser explicada se levarmos em conta a forma como alguns acadêmicos tratavam as novas denominações evangélicas do país. Com o desenvolvimento do pentecostalismo brasileiro, o campo evangélico passou a ser visto com muitas ressalvas. Enquanto o protestantismo histórico era, normalmente, vinculado à modernidade, o pentecostalismo era apresentado “rotineiramente, na literatura acadêmica, como antiintelectualista, taumatúrgico, emocionalista, oposta à erudição teológica” (MARIANO, 1999, p. 95). Por se tratar de um grupo até então pouco conhecido, detentor de práticas destoantes do comportamento religioso esperado, o estranhamento foi marcante, inclusive entre os setores do protestantismo histórico. Os grupos pentecostais foram relacionados a

---

<sup>15</sup> VIEIRA, William. Antônio Gouvêa Mendonça. Folha de S. Paulo, 27 out. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2710200723.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

um suposto orgulho de serem incultos e despreparados intelectualmente. Grosso modo, essa vertente seria composta por lideranças que interpretavam a Bíblia de forma limitada sem se preocupar em aprofundamentos teológicos e educacionais.

Também foi marcante a conexão de pentecostais a práticas destoantes da ética do trabalho proposta por Weber (2004) em análise sobre as relações econômicas protestantes. Assim, esses religiosos foram associados ao catolicismo popular de viés autoritário e alienante. Sendo a estrutura dessas comunidades pouco democrática, foram comandadas por famílias que operaram através da transmissão hereditária do poder: “a maior parte das igrejas pentecostais têm dirigentes que são chefes, proprietários, caciques e caudilhos de um movimento religioso criado por eles mesmos e transmitido de pai para filho de acordo com o modelo patrimonial e/ou por nepotismo de reprodução” (Bastian, 1994, p. 126 apud MARIANO, 1999, p. 98) . Por esse motivo, pesquisadores que se dedicavam ao entendimento do fenômeno pentecostal, ligaram-no ao conservadorismo, caudilhismo, caciquismo e sectarismo (MARIANO, 1999). No entanto, outras análises sobre o fenômeno pentecostal foram sendo desenvolvidas a partir dos anos 1990, adotando um viés mais compreensivo e menos maniqueísta. Enquanto Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi (1996) apontaram o poder das igrejas na reorientação das práticas dos fiéis, a socióloga Cecília Loreto Mariz indicou as potencialidades dessas igrejas no amparo a indivíduos em situações de vícios, e a importância dessas organizações enquanto espaços de socialização (MARIZ, 1994).

Com o impactante crescimento evangélico operado a partir dos anos 1980, debates acerca das relações dessas religiões com a vida pública e democrática da Nova República foram colocados em pauta. Esse processo foi analisado ao longo das últimas décadas como um desafio à democratização dos espaços públicos e da liberdade religiosa no país, tendo em vista a forma como o Estado lida com as diferentes religiões. Apesar do distanciamento aplicado ao catolicismo no início do regime republicano – que pretendia operar sob a lógica da laicização do Estado –, a Igreja Católica permaneceu enquanto uma instituição influente nos debates públicos. O mesmo não pôde ser visto em religiões de matriz africana, rejeitadas e reprimidas pelas elites sociais e políticas. Por isso utilizaram outras estratégias ao longo do tempo para conseguirem afirmar-se perante a sociedade brasileira. Segundo Emerson Giumbelli (2008), como ferramenta de afirmação e defesa, indivíduos pertencentes a essas religiões, destacaram em diversos momentos o caráter histórico-cultural de suas práticas na busca por direitos. Todavia, esse movimento

não garantiu respaldo social para professarem sua religiosidade, revelando assim o racismo religioso marcante no país.

\*\*\*\*

A trajetória do neopentecostalismo no Brasil é relativamente recente, de modo que o acelerado crescimento desse campo tem gerado questionamentos. Na sequência dos estudos sobre o protestantismo no país, pesquisadores têm buscado categorizar esses novos núcleos atentando-se às transformações ocorridas no interior das igrejas pentecostais tradicionais durante a década de 1970. Essas mudanças ocorreram na esteira do aumento da veiculação de programações evangélicas em rádio e televisão, bem como da disseminação da teologia da prosperidade. Intrigados com essas comunidades que obtinham acentuado crescimento, destacaram-se sociólogos que mobilizaram diferentes métodos de análise no entendimento desse campo religioso (CAMPOS, 2005; MACHADO, 2006; MAFRA, 2001; ORO, 2003; PIERUCCI, 1989).

Entre as metodologias utilizadas, destacaram-se investigações etnográficas baseadas em pesquisas metódicas das comunidades sob estudo, contando com a realização de entrevistas e pesquisas quantitativas e qualitativas, que buscavam compreender o aumento do número de evangélicos nas periferias brasileiras. Além disso, os pesquisadores estabeleceram relações com os indivíduos e, através da confiança estabelecida, tiveram acesso a materiais internos de registro histórico das instituições. Outras pesquisas trabalharam a participação política das igrejas, mobilizando textos jornalísticos e documentos oficiais sobre a participação desses grupos em cargos públicos (MARIANO, 2014).

Destaca-se nesse período os trabalhos do pesquisador Paul Freston, principalmente sua tese de doutorado, defendida em 1993, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, "Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment" (FRESTON, 1993). Em sua obra, Freston expõe um histórico da participação protestante na política brasileira, conectando esses eventos a momentos de experimentação democrática do país. O autor destaca a relevância do estabelecimento da Nova República nos anos 1980 para a inserção de evangélicos nas Casas legislativas e o desenvolvimento das legislaturas no início dos anos 1990 para a sedimentação da atuação política organizada e engajada de políticos evangélicos. Além disso, o pesquisador apresenta uma categorização dos diferentes tipos de pentecostalismos protagonizados no Brasil,

dividindo-os em três ondas distintas. Enquanto a primeira onda refere-se aos movimentos pentecostais desenvolvidos a partir de 1910, a segunda onda diz respeito às igrejas carismáticas que se originam influenciadas pelas novidades do pentecostalismo estadunidense. Já a terceira onda, categoriza as igrejas fundadas a partir dos anos 1970, em especial, a Universal.

A terceira onda apontada por Freston é denominada por Siepierski como pós-pentecostalismo. No artigo "Pós-pentecostalismo e política no Brasil" (1997), o autor aborda a relação entre as novas igrejas pentecostais e a política no Brasil contemporâneo, analisando o pós-pentecostalismo como uma fase de transformação e diversificação das igrejas pentecostais, influenciando e sendo influenciado pelo cenário político brasileiro que distancia-se da matriz comum ao pentecostalismo:

Assim, o pós-pentecostalismo é um afastamento do pentecostalismo tendo como cerne a teologia da prosperidade e o conceito de guerra espiritual. Os traços característicos incluem uma mistura deliberada de religiosidade popular, a utilização autoconsciente de estilos e convenções anteriores, a construção de estruturas comerciais, o abandono dos sinais externos de santidade e freqüentemente a incorporação de imagens relacionadas com o consumismo e a comunicação de massa da sociedade pós-industrial do final do século 20. Seu objetivo declarado é estabelecer uma nova cristandade através da atividade política. Seu principal representante é a IURD, fundada em 1977 e atualmente com cerca de 3 milhões e meio de fiéis e um fluxo de caixa estimado em 1 bilhão de reais (SIEPIERSKI, 1997, p. 5)

Dessa forma, Siepierski explora como as igrejas pós-pentecostais têm adotado posturas políticas diversas, desde o alinhamento com agendas conservadoras até a busca por uma atuação mais socialmente engajada. Além disso, o pesquisador discute como a ascensão deste fenômeno tem impactado a dinâmica política do país, especialmente em questões como direitos humanos, moralidade e participação política. Desta forma, aponta Siepierski::

Os elementos protestantes do pentecostalismo – cristocentricidade, biblicismo, união da fé com a ética – estão praticamente ausentes no pós-pentecostalismo. Isso sugere que, se o pós-pentecostalismo se distancia do pentecostalismo, seu distanciamento do protestantismo é ainda maior, rompendo com os princípios centrais da Reforma. O pós-pentecostalismo é genealogicamente protestante, mas não o é teologicamente” (SIEPIERSKI, 1997, p. 52).

Já Ricardo Mariano denominou esse movimento religioso de neopentecostalismo. O autor desenvolveu grande parte de sua análise sobre o pentecostalismo brasileiro no livro “Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil”, obra derivada de sua dissertação de mestrado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (MARIANO, 2014). Nessa investigação, o pesquisador apresenta um panorama histórico do

desenvolvimento das principais igrejas neopentecostais, situando-as em relação às demais igrejas protestantes<sup>16</sup>. A obra de Mariano expõe elementos centrais para a compreensão da mudança comportamental do mundo evangélico a partir da formação do neopentecostalismo, ampliando a visão acerca das estratégias mobilizadas por esses grupos em sua ascensão pública. A relevância de debruçar-se sobre o campo neopentecostal está justamente na possibilidade de compreender efetivamente o universo evangélico brasileiro, comumente pensado no senso comum – e até em ambientes intelectuais – enquanto um ambiente homogêneo:

são as igrejas neopentecostais [...] formadas a partir de meados da década de 70, que realizaram as mais profundas acomodações à sociedade, abandonando vários traços sectários, hábitos ascéticos e o velho estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, implacavelmente, estigmatizados (MARIANO, 2014, p. 8)

Um fator de destaque é que enquanto a produção acerca dos movimentos evangélicos no Brasil é desenvolvida já a algumas décadas, as pesquisas historiográficas não acompanharam o mesmo ritmo, de modo que a historiografia do pentecostalismo brasileiro foi feita por sociólogos:

Essa negligência acadêmica da dimensão histórica talvez esconda um desprezo inconsciente. O protestantismo é geralmente dividido em históricos e pentecostais; já que os pentecostais não são históricos, não possuem história! Em consequência, a sociologia desse vasto fenômeno é prejudicada. O pentecostalismo é aprisionado numa jaula atemporal, e não se percebe quando a jaula está ficando pequena demais para o tigre. (FRESTON, 1994, p. 68).

Dessa forma, alguns dos principais sociólogos que se debruçaram sobre o fenômeno evangélico no Brasil defendem a tese de que a atuação política evangélica foi potencializada no processo da Constituinte, destacando o pouco prestígio conferido à militância política entre as mais diversas comunidades protestantes em décadas anteriores (FRESTON, 1992, 1993, 1999; MARIANO & PIERUCCI, 1992; ORO; 2011). O pesquisador Saulo Baptista corrobora com esta análise, através da sua tese de doutorado em Ciência da Religião, defendida em 2007 na Universidade Metodista de São Paulo, intitulada “Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino

---

<sup>16</sup> Importante destacar que o aprofundamento acadêmico frente ao neopentecostalismo feito por sociólogos possui muitos méritos e limites. De acordo com Paul Freston para os sociólogos: “quase toda a evolução histórica lhes escapa. Essa negligência acadêmica da dimensão histórica talvez esconda um desprezo inconsciente. O protestantismo é geralmente dividido em históricos e pentecostais; já que os pentecostais não são históricos, não possuem história! Em consequência, a sociologia desse vasto fenômeno é prejudicada. O pentecostalismo é aprisionado numa jaula atemporal, e não se percebe quando a jaula está ficando pequena demais para o tigre”. (FRESTON, 1994, p. 68.)

de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)”. O pesquisador apresenta, através da análise de fontes variadas, elementos importantes para a compreensão da participação política pentecostal conectando as características dessas instituições a determinados elementos considerados tradicionais da cultura política nacional, caso do autoritarismo e do clientelismo. Baptista ainda aprofunda o conceito weberiano de carisma para analisar o modo como as igrejas evangélicas organizam suas apresentações aos fiéis com a finalidade de criar um espaço sólido para suas aspirações políticas. Ou seja, as igrejas mobilizam elementos carismáticos que lhes são próprios durante as campanhas partidárias, transferindo parte deste carisma para os candidatos apoiados (BAPTISTA, 2007).

Reiterando, embora alguns autores acreditem que a participação ativa evangélica na política tenha tido uma outra proporção na década de 1980, trabalhos recentes investigaram esse recorte de maneira mais aprofundada, tendo como objetivo analisar a atuação política de determinadas igrejas. De fato, lideranças evangélicas que outrora afirmavam que a política seria um espaço inadequado aos cristãos, com o advento da Nova República mudaram o discurso e passaram a defender o jargão “irmão vota em irmão”<sup>17</sup>. Essa mudança discursiva anunciou uma nova orientação das instituições evangélicas com o mundo, acenando para um projeto de ocupação sistemática dos espaços de poder.

Entretanto, conforme apontou Adroaldo Pereira Batista em sua tese de doutorado em História, “Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)”, defendida em 2016 pela Universidade Federal Fluminense, a prática política estabelecida no processo da Constituinte teve seus fundamentos sedimentados anteriormente. O pesquisador analisou a atuação das igrejas Presbiteriana Independente, Metodista, Assembleia de Deus e Batista, durante o regime militar, trazendo à luz conflitos políticos existentes nesses grupos religiosos. O historiador questiona a compreensão de que o engajamento político evangélico teria se dado apenas no pós-Constituinte destacando a formação de pensamentos, ideias e práticas políticas ativas durante os anos de regime militar, principalmente, em apoio à ditadura. A Ditadura Militar foi compreendida por essas denominações religiosas como mantenedora da ordem, da família, dos bons costumes e valores, assim como legítima ao combater supostas ameaças comunistas. Foi intensa a prática de perseguição e expulsão de fiéis do seio de suas comunidades, de tal sorte

---

<sup>17</sup> Ver: SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho, 1986.

que todas as igrejas analisadas, ao menos em algum momento, associaram-se ao pensamento político do regime militar, seja por vontade própria ou pressão dos órgãos de Estado. O historiador levanta ainda uma provocação instigante relativa ao crescimento dessas instituições, pois justamente a Igreja Metodista, instituição que menos endossou a ditadura dentre as analisadas, teve o menor crescimento no período (BATISTA, 2016).

A década de 1990 é marcante para o desenvolvimento evangélico no Brasil, pois trata-se de um período em que a participação de figuras evangélicas se fez presente na cena pública. Por se tratar de uma participação marcada pelo aumento do debate acerca do papel e dever dessas igrejas na sociedade, dois aspectos podem ser destacados. O primeiro diz respeito à consolidação de alianças entre as comunidades evangélicas através da formação da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), liderada pelo pastor Caio Fábio, em confronto com o Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), liderado por Edir Macedo e pelo pastor assembleiano Manoel Ferreira. Essas associações tiveram o objetivo de consolidar posicionamentos e reivindicações dos evangélicos no país, no entanto, culminaram no aprofundamento das diferenças entre as instituições (FRESTON, 1993; MARIANO, 2014).

Além disso, os efeitos da união evangélica em associações e conselhos suscitou a expectativa de que formariam uma bancada parlamentar coesa e homogênea no Congresso em prol de pautas comuns. Porém, Tiago Borges, em sua dissertação de mestrado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) “Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira”, ao investigar a trajetória de deputados estaduais de diversos estados brasileiros, constatou que as diferenças entre deputados evangélicos e não evangélicos são pequenas. Além disso, Borges notou uma relevante ausência de unidade entre as lideranças evangélicas ao longo do tempo, expondo a impossibilidade de construção de um partido que viesse a representar os interesses gerais evangélicos (BORGES, 2007).

\*\*\*

A presença evangélica na política tem se expressado, em grande medida, pela ocupação de postos nas Casas legislativas municipais, estaduais e no âmbito federal. Porém, nem sempre existe aliança entre vereadores e deputados evangélicos com outros políticos cristãos (católicos e espíritas) objetivando apoio

para suas pautas. Foram muitos os episódios de confrontos entre essas vertentes cristãs, principalmente, durante os anos 1990. A partir de 2003, esse quadro sofreu alterações quando a Frente Parlamentar Evangélica foi efetivada na Câmara dos Deputados, sendo conhecida popularmente como Bancada Evangélica.

Desde então, a maioria dos deputados evangélicos, mesmo não tendo uma unidade coesa e recorrendo a uma linha política conservadora, aliou-se a deputados de outras religiões com o objetivo de defender uma agenda de combate a projetos ligados a bandeiras feministas e LGBTQIAPN+. Essa associação em prol de uma Bancada da Bíblia, fez com que emergissem projetos ligados ao combate à educação sexual nas escolas, ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, dentre outras propostas de cunho comportamental. Além disso, o forte engajamento parlamentar conferiu aos legisladores influência sobre o poder executivo, tendo em vista que os projetos desenvolvidos por prefeitos, governadores e presidentes necessitam do apoio da maioria do legislativo. Assim, com grandes bancadas e associados a diversos partidos fisiológicos, os grupos evangélicos aumentaram seu poder de influência nas decisões públicas. Acrescenta-se o fato de que a maioria dos deputados evangélicos pertencem a partidos historicamente conservadores ou ligados ao chamado “centrão” no âmbito federal<sup>18</sup>.

Dessa forma, os grupos políticos evangélicos passaram a agir através de práticas clientelistas com projetos variados, colaborando para o aprofundamento das contradições políticas da Nova República. Ao analisarmos o quadro político de maneira mais abrangente, constatamos que as atitudes e estratégias dos líderes evangélicos pouco destoam em relação ao cenário geral, pois, conforme apontou Nobre (2013), essa relação complexa firmada entre o executivo e o legislativo, também denominada como governabilidade, opera, principalmente, através do protagonismo de partidos fisiológicos. E foi justamente nesses partidos que muitos políticos evangélicos ingressaram e, aproveitando do fato desses grupos possuírem pautas dúbias, abriram negociações com espectros variados.

\*\*\*

Este trabalho realiza uma análise da atuação parlamentar iurdiana, investigando suas estratégias na consolidação de um projeto de ocupação de espaços políticos em busca de influência e respaldo para suas práticas sociais.

---

<sup>18</sup> Esses partidos caracterizam-se por seu forte fisiologismo e tendência à direita conservadora brasileira, mas que se dispõem a formar a base de governos, inclusive, de esquerda, em troca de indicações em ministérios e órgãos federais, bem como do atendimento a seus projetos.

Sendo a igreja evangélica que proporcionalmente mais cresceu durante os anos 1990, a IURD utilizou a política como um importante instrumento para sua consolidação pública. Além disso, por ser uma igreja historicamente envolta em polêmicas, a Universal utilizou o conflito como forma de se lançar a esse debate público, de tal sorte que esta prática polemista foi utilizada no enfrentamento de seus notórios e declarados adversários: a mídia tradicional e a igreja católica. Enquanto crescia rapidamente e com práticas tão controversas, chamou a atenção de muitos pesquisadores que se debruçaram nos estudos sobre a igreja buscando compreendê-la em suas complexidades. Artigos, dissertações, teses e livros, exploraram desde temáticas litúrgicas relacionadas à igreja a aspectos do envolvimento político-midiático e comportamental disseminado pela Universal (ALMEIDA, 2007, 2009; FONSECA, 2002; GOMES, 2004; LEITE, 2019; MAFRA & SWATOWISKI, 2012; PAULO, 2018).

Nossa pesquisa desenvolve os estudos sobre a atuação parlamentar iurdiana, tema presente nos trabalhos de Freston (1993), que analisou a atuação política evangélica no início da década de 1990, bem como de Baptista (2007), que trabalhou o recorte final do mesmo período e com o início dos anos 2000. No entanto, nossa pesquisa tem como foco a atuação política dos deputados ligados à IURD durante as duas legislaturas de 1991-1995 e de 1995-1999. Analisamos as campanhas eleitorais, as articulações políticas e a atuação parlamentar ao longo das legislaturas, através dos discursos proferidos durante as sessões parlamentares no Plenário da Câmara e em suas comissões. Nossa proposta aqui é a de investigar a trajetória política e pública da igreja através de suas mobilizações realizadas em relação à Câmara dos Deputados. Com isso, buscamos trazer colaborações ao debate acadêmico, político e social acerca da associação de igrejas evangélicas brasileiras em relação à política nas últimas décadas, investigando a gestação desse fenômeno e dissecando as principais relações públicas estabelecidas durante esse processo. Ao fazermos uso de documentação parlamentar, documentos autobiográficos e jornalísticos, nosso trabalho tem como intuito colaborar para o aprofundamento da discussão, fornecendo reflexões interdisciplinares aplicadas a um recorte ainda pouco explorado.

Devido ao importante trabalho de catalogação e disponibilização das atas das sessões parlamentares e demais trabalhos legislativos, é possível conferir na íntegra os discursos proferidos pelos deputados federais no portal da transparência da Câmara dos Deputados. A lei de acesso à informação, nº 12.527, de 18 de

novembro de 2011, garante que esse espaço apresente também dossiês completos de projetos de lei, participação de deputados em Comissões Parlamentares, entre outros materiais. Esses documentos foram utilizados como fontes centrais da nossa pesquisa, sendo manuseados em nossas análises sobre as atuações parlamentares, associações políticas e os percursos políticos traçados.

É relevante pontuar que a pretensão de nossa pesquisa não é a de analisar em sua totalidade as estratégias e articulações parlamentares iurdianas, muito menos realizar exercícios em busca das reais intenções dos atores sociais pesquisados. Interessa-nos observar os discursos parlamentares por intermédio de uma chave qualitativa, identificando jogos de interesse e os usos dos espaços de fala, principalmente, ligados a eventos relacionados à IURD. Compreendemos o discurso, conforme propõe Norman Fairclough, conceituando a Análise do Discurso Crítica, enquanto uma prática que “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos)” não sendo “apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98). Desta forma, o discurso nos revela, em muitos aspectos, o pensamento social e político da IURD, bem como as pretensões desta para com os espaços democrático-liberais. É no discurso parlamentar que buscaremos identificar as estratégias, posicionamentos e modos de representação dessa instituição, conectando os elementos encontrados com os projetos de poder expressos pelas lideranças iurdianas.

Nossa investigação ancora-se também na análise de biografias e entrevistas realizadas pelas principais lideranças da IURD, compreendendo haver em muitos desses relatos memórias, reflexões e balanços acerca dos projetos políticos (TAVOLARO, 2007; MACEDO & TAVOLARO, 2012, 2013, 2014; BEZERRA & TAVOLARO, 2016). Esses materiais apresentam diversas narrativas de histórias de vida e memórias acerca dos conflitos da instituição e potencializam nossa percepção sobre os eventos analisados. As biografias analisadas neste trabalho foram publicadas em livro, enquanto as demais entrevistas foram retiradas de jornais e outros livros. Somam-se a esses documentos, outros materiais produzidos pela igreja, como textos de cunho teológico ou comportamental, que apresentam as percepções ideológicas internas da instituição (MACEDO & OLIVEIRA, 2008; CARDOSO & CARDOSO, 2012).

Além disso, mobilizamos reportagens da revista *Manchete* (RJ)<sup>19</sup> e do *Jornal do Brasil* (RJ)<sup>20</sup> disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira<sup>21</sup> e o jornal *Folha de São Paulo*<sup>22</sup>, com acervo digital próprio, pois acreditamos que os posicionamentos da imprensa são importantes para nossas análises. Ao utilizarmos veículos do estado do Rio de Janeiro e São Paulo, acessamos o debate público midiático em dois dos principais estados de atuação pública da IURD em nosso recorte. Além disso, a influência da mídia é constante nas atividades políticas de diversos parlamentares, de modo que esta compõe e influencia os discursos parlamentares (MIGUEL & MÁXIMO, 2015). Os deputados iurdianos utilizam em muitos momentos os jornais como fontes de seus discursos, enquanto que em outras circunstâncias confrontam as informações expressas quando não lhes agradam. Como a maioria dos discursos analisados refere-se a comunicações livres, as temáticas mobilizadas são variadas, ou seja, os jornais também nos ajudam a compreender os fatos narrados nos discursos parlamentares.

\*\*\*\*

A temática proposta nesta pesquisa tem como objetivo suscitar debates relevantes, principalmente, sobre a atuação político-partidária dos deputados analisados. Apesar de o campo evangélico não ser exclusivamente conservador, grande parte das lideranças mais influentes do meio segue essa tendência. É fundamental em nossa busca entender as nuances das práticas conservadoras presentes na igreja Universal, através da análise dos discursos e da atuação de seus representantes políticos. Assim, observamos as agendas iurdianas no parlamento com o objetivo de identificar de que maneira essa instituição mobilizou discursos e projetos de cunho moral relacionados, por exemplo, à família, costumes, religião e tradição. Ademais, é relevante identificar as contradições desses discursos, principalmente, quando comparamos a IURD a outras igrejas pentecostais. Enquanto boa parte dessas igrejas seguem uma linha estritamente

---

<sup>19</sup> A *Manchete* foi uma revista criada por Adolpho Bloch no ano de 1952, possuindo tiragens semanais. Sendo a inspiração para a criação da extinta TV Manchete, foi durante algumas décadas a segunda maior revista do país. Suas atividades foram interrompidas nos anos 2000, tendo publicações esporádicas após esse período.

<sup>20</sup> Fundado em 1891 no Rio de Janeiro, através do trabalho de Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, o *Jornal do Brasil* é um dos principais periódicos da história do país. Durante os anos 1980, o jornal pleiteou uma licitação junto ao Governo Federal para obtenção de uma rede de televisão, no entanto foi preterido pelo grupo Silvio Santos e pelo grupo Bloch, passando a investir em sistemas de rádios. O jornal circula ainda hoje no formato impresso e digital.

<sup>21</sup> Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 05 set. 2020.

<sup>22</sup> Acervo Digital do Jornal *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 05 set. 2020.

conservadora e sectária, a Universal apresenta práticas consideravelmente liberais do ponto de vista dos costumes.

Compreender as nuances do discurso político expresso por parlamentares iurdianos, passa pela análise das camadas de pensamentos partilhados no conjunto da igreja. Para que seja possível refletir sobre as aspirações políticas da Igreja Universal, é pertinente identificar o conjunto de códigos assimilados por seus agentes. As contribuições trazidas pela Nova História política ampliam a visão acerca dos discursos mobilizados pelos deputados federais trabalhados nesta pesquisa. A prática política ativa da IURD em campanhas eleitorais, bem como o engajamento nas mídias como rádios, jornais e televisão, marca um ponto de destaque na atuação da igreja. Entendendo cultura política como algo que vai além da “noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p.13), é possível identificar na Universal concepções de mundo muito bem definidas, que sustentam as aspirações de poder e crescimento da instituição. Seus fiéis e colaboradores, segundo nossa concepção, engajam-se nos projetos da igreja, pois mesmo que de maneira diferente de denominações tradicionais, a comunidade é parte constituinte de suas identidades.

Neste sentido, a proposta do nosso trabalho é analisar as práticas e a atuação política da igreja a partir do conceito de cultura política, ou seja, um conjunto de normas, crenças, valores e práticas compartilhadas por indivíduos pertencentes a um determinado grupo social (MOTTA, 1996). Esta pesquisa, portanto, discute o impacto desses valores na atuação dos parlamentares da IURD, mobilizando em nossas lentes as possíveis influências do conservadorismo, fisiologismo e clientelismo nestes processos. Nosso objetivo com essa reflexão é compreender se há inovações nas ações da Universal, de modo a qualificar novas práticas dentro do campo político brasileiro, ou se a igreja apenas se acomodou às culturas políticas já existentes em nossa política tradicional, usando-as em benefício próprio.

Conforme apresentado inicialmente, a proposta deste trabalho é analisar as relações e os limites das práticas religiosas em espaços públicos de poder, que compõem mecanismos sensíveis à democracia liberal brasileira. Muito embora essa relação política não tenha surgido especialmente no processo de redemocratização, a sua consolidação, sem sombra de dúvidas, foi marcante na experimentação da abertura democrática do país na segunda metade dos anos 1980. Assim, ao longo da pesquisa, a discussão sobre os limites da religião nos espaços públicos é uma

questão constante, em conjunto com os debates sobre os processos de laicidade e secularização do Estado, entendendo este fenômeno não restrito apenas ao caso brasileiro. Conforme apontado por Habermas, a secularização faz parte do processo de racionalização da sociedade, onde a esfera pública secularizada torna possível uma construção democrática (HABERMAS, 1984). Vale pontuar que esse fenômeno não constitui-se enquanto mecanismo de anulação das religiões, mas sim de transformação e reconfiguração dos contextos sociais modernos, realizando e influenciando a percepção do sagrado e a organização da vida em sociedade (BERGER, 2014). Assim, a neutralidade do Estado liberal no que se refere às relações da vida privada, torna-se vital para a possibilidade de construção de uma justiça e equidade pública (RAWLS, 2008).

Portanto, a interseção com análises de diversas áreas do conhecimento, como sociologia, ciência política, antropologia, linguística, ciências da religião, teologia e geografia, traz para o nosso trabalho discussões contemporâneas e interpretações plurais acerca do campo pentecostal brasileiro. Dessa forma, nossa pesquisa visa contribuir para a abertura de diálogos no campo da história da religião, utilizando ferramentas teórico-metodológicas interdisciplinares.

\*\*\*

O percurso deste trabalho está organizado em três capítulos que seguem o desenvolvimento histórico dos eventos trabalhados, com o objetivo de mobilizar os debates de maneira gradual e suscitar uma exposição elucidativa das ideias propostas e temas analisados. No primeiro capítulo debatemos o desenvolvimento das denominações protestantes no Brasil e as suas relações com a política. Além disso, abordamos as nuances do movimento protestante brasileiro, bem como as diferentes “ondas pentecostais” que dividem de maneira histórico-institucional denominações que provocaram cisões em relação ao protestantismo tradicional no país. Nossa ênfase, é claro, trata-se da trajetória da IURD.

No segundo capítulo trabalhamos o contexto das eleições de 1990 para a formação da 49ª legislatura da Câmara dos Deputados Federais, debatendo o processo de inserção de deputados evangélicos na política institucional. São analisadas as atuações parlamentares de três deputados iurdianos eleitos, seus projetos de lei e os debates parlamentares em que se engajaram. Além disso, apresentamos as articulações parlamentares em relação a assuntos destacados para a Universal na primeira metade da década de 1990, em meio aos contextos

histórico-sociais experimentados pelo país.

Já no terceiro capítulo apresentamos o processo eleitoral para a formação da 50ª legislatura da Câmara dos Deputados, com foco na reeleição dos três deputados presentes na legislatura anterior e a entrada de três novos parlamentares na bancada da IURD, eleitos no pleito de 1994. Debateremos as estratégias eleitorais da Universal, que levaram à conquista de novos representantes, os principais projetos propostos por esses parlamentares e as conexões políticas estabelecidas. Além disso, abordamos a relação da IURD com o primeiro governo de FHC e os embates públicos da igreja com outras instituições religiosas e midiáticas.

Por fim, as considerações finais oferecem um balanço da atuação parlamentar da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) durante a década de 1990, bem como das relações estabelecidas pela igreja e do projeto de poder iurdiano articulado e programático no contexto da práxis parlamentar no Brasil. Com isso podemos identificar como essa igreja alcançou sua influência política contemporânea, quais foram suas agendas e bandeiras, e quais são seus entendimentos sobre a relação da religião na sociedade. Desta forma, nosso objetivo último é contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o movimento neopentecostal na historiografia brasileira.

## **CAPÍTULO I - “NADA A PERDER”: A IGREJA UNIVERSAL E A FORMAÇÃO DO NEOPENTECOSTALISMO BRASILEIRO**

Corriqueiramente generalizado, o campo evangélico não é simples de ser compreendido. Apesar de ser considerado de forma estereotipada como um bloco homogêneo e coeso, as peculiaridades de cada igreja saltam aos olhos de maneira sobressalente se comparadas com outras denominações aparentemente semelhantes. Sendo a dissidência algo comum dentro do movimento evangélico, a profusão de novas igrejas ano após ano tornou-se uma marca registrada desse segmento, o que colabora para o aumento das especificidades entre as comunidades. Assim, é possível traçar uma árvore, mesmo que não tão linear, da trajetória das denominações evangélicas no Brasil, pontuando as condições materiais e os percalços que levaram ao surgimento dos novos agrupamentos.

Desde a chegada do protestantismo ao país até os dias de hoje, os evangélicos adotam diferentes posturas em relação ao meio social. A mídia, a política e os espaços públicos, anteriormente vistos como territórios inóspitos aos cristãos, passaram, com o tempo, a ser percebidos como terrenos a serem ocupados e dominados por eles. Igrejas que antes não possuíam grande prestígio social consolidaram-se entre as camadas populares brasileiras, tornando-se centrais na vida de comunidades pobres em todo o Brasil. Compreender a trajetória das igrejas evangélicas é, em alguma medida, ter o diagnóstico dos desafios, problemas e percursos trilhados pelos brasileiros nas últimas décadas, pois a maioria da membresia dessas comunidades tem sido formada por mulheres negras, pobres e periféricas. Além disso, o surgimento dessas instituições esteve associado aos contextos históricos vividos pelo país. Ou seja, as crises político-econômicas, os processos de industrialização e urbanização das principais capitais da região sudeste, além, é claro, do desenvolvimento das mídias e das conjunturas democráticas (ou não), potencializaram as transformações históricas desse campo.

Tendo como base essas questões, qualquer generalização acerca desse segmento parece equivocada já em sua premissa. Para compreendermos os fenômenos religiosos atuais é necessário estar continuamente revisitando os caminhos trilhados por esses grupos, suas mobilizações e pensamentos. Se há uma certeza sobre o campo evangélico brasileiro é a de que a coerência não é uma constante, portanto, por mais convictos que sejam os diagnósticos, devem levar em

conta as contradições, atritos e disputas. Porventura teriam todos os pastores evangélicos uma sólida vida financeira, tendo em vista que os líderes das principais igrejas do país frequentemente aparecem em listas de grandes fortunas? Ou ainda não seria correto afirmar que todo evangélico é de direita, já que os parlamentares que ocupam hoje a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional são associados a partidos de centro-direita e direita? Todo evangélico é conservador? Toda igreja evangélica é fundamentalista?

Evidentemente que, ao usarmos a generalização em nossas indagações, as respostas para as perguntas parecem óbvias. No entanto, mais do que negarmos essas questões, é preciso compreender os porquês. Procuramos a seguir demarcar algumas dessas divergências, acentuando um aspecto fundamental para a compreensão desses grupos: o desenvolvimento histórico-institucional das igrejas evangélicas no país e as estratégias de consolidação utilizadas por seus líderes ao se afirmarem no cenário nacional.

### **1.1– A chegada do protestantismo ao Brasil**

O estabelecimento das igrejas protestantes no Brasil esteve condicionado em todo seu percurso a fatores histórico-materiais. Tentativas de se introduzir práticas protestantes são identificadas já nos séculos XVI e XVII, através das investidas holandesas e francesas no Brasil colonial, que, assim como os projetos de ocupação territorial, não obtiveram sucesso. Mendonça denomina esse movimento como “protestantismo de invasão”, destacando que:

A invasão francesa, pelo menos em seus motivos explícitos, estava ligada à reforma, e a Reforma foi um movimento anglo-saxão em sua essência, embora a França tenha tido papel relevante nos primeiros tempos. Há uma correspondência histórica entre as invasões protestantes no Brasil e as tentativas de rompimento da hegemonia latino-católica por parte do mundo anglo-saxão protestante. Esse movimento se dá aos poucos e se consolida no século XIX quanto ao político e econômico, mas não quanto à religião e à cultura, já definitivamente implantadas. É por isso que o Brasil, assim como toda a América Latina, sendo dependente econômica e politicamente do mundo anglo-saxão, permanece latino sob o prisma da religião e da cultura (MENDONÇA & VELASQUES FILHO apud FONTELES, 2009, p. 183).

Ações efetivas apenas se concretizaram no século XIX, com a chegada de protestantes europeus num contexto em que as restrições para a disseminação de cultos não católicos estavam amenizadas. Assim, esses religiosos puderam manifestar sua fé livremente dentro de um contexto onde as noções liberais se disseminavam no país.

Portanto, o desenvolvimento do protestantismo em solo brasileiro se deu a partir de 1808, no contexto da fuga da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, em meio aos conflitos político-econômicos com a França, contando com o apoio inglês. Da aliança luso-britânica foram estabelecidas diversas tratativas, entre elas: a abertura dos portos brasileiros a aliados (1808); a proibição do tráfico de escravizados, por intermédio do tratado comercial de 1810; e o aumento da tolerância religiosa no território. A Igreja Anglicana, instituição ligada ao Estado inglês, conquistou, através do supracitado tratado comercial, o direito de estabelecer igrejas no Brasil, com a ressalva de atenderem apenas ao público britânico em locais que não tivessem na fachada referência ao nome da igreja, e com a obrigação de realizar cultos apenas na língua inglesa. Neste cenário, foi fundada na Rua Real Grandeza, localizada em Botafogo-RJ<sup>23</sup>, a Christ Church, primeira capela não-católica do Brasil. Posteriormente, outras capelas anglicanas foram fundadas em São Paulo (SP), Recife (PE), Salvador (BA), Belém (PA), Niterói (RJ), Santos (SP) e São João Del Rei (MG), sendo: “freqüentadas por britânicos, com clérigos enviados diretamente da Inglaterra para atendimento das famílias e jurisdicionadas a dioceses britânicas” (CALVANI, 2005, p. 40).

Durante os oitocentos, foram ampliadas as possibilidades para a chegada ao Brasil de grupos de trabalhadores alemães e suecos, em sua maioria luteranos, em um movimento que ficou conhecido como “Protestantismo de imigração”. Esses grupos foram recebidos pelo Estado brasileiro ao longo do século XIX com o objetivo de substituir a mão de obra escravizada e colaborar com a ocupação territorial de zonas ainda pouco povoadas, bem como maximizar a produção com fins de abastecimento interno dado o aumento populacional (PEREIRA & FERREIRA, 2017). Além disso, pretendia-se fortalecer o processo de embranquecimento da população brasileira. Segundo teóricos eugenistas da época, como, por exemplo, o conde francês Joseph Arthur de Gobineau, filósofo que tinha contato com políticos e intelectuais no Brasil, o país estaria condenado à extinção devido ao fato de possuir uma população mestiça, consequência da mestiçagem entre indígenas, negros e portugueses. Embora as ideias de Gobineau não tenham tido ampla sustentação

---

<sup>23</sup> Essa comunidade anglicana existe ainda hoje no mesmo local. Na apresentação da instituição em seu site, mantém-se o discurso de unidade para com o anglicanismo inglês: “Há 200 anos, a Christ Church Rio se reúne para adorar em inglês, aqui no Rio de Janeiro. Todos são bem-vindos: jovens ou velhos, qualquer que seja sua origem, há quanto tempo você está no Rio. Nossos cultos seguem a tradição anglicana, mas nossa congregação internacional reflete a diversidade da Igreja mundial”. Disponível em: <https://christchurchrio.org.br/who-we-are/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

entre a classe intelectual de seu tempo, as concepções racistas do filósofo ecoaram em movimentos eugenistas, principalmente do século XX (SOUSA, 2013).

Desta forma, estando ligados a comunidades religiosas estadunidenses e europeias, diversos indivíduos chegaram às Américas com o objetivo de estabelecer suas práticas, através de movimentos que são denominados como Protestantismo de Missão. Após a segunda metade do século XIX, essas incursões marcaram a consolidação de diversas igrejas no Brasil. No Rio de Janeiro, em 1855, a Igreja Congregacional foi fundada por intermédio dos trabalhos do missionário escocês Robert Kalley; enquanto isso, em 1859, o estadunidense Ashbell Green Simonton fundou a Igreja Presbiteriana. Pouco tempo depois, em 1882, em Salvador-BA, William Bagby e Zacharias Taylor fundaram a Igreja Batista (CAMPOS, 2014).

A chegada de comunidades protestantes ao país durante o século XIX esteve em compasso com o avanço da doutrina liberal na região. Para os adeptos da introdução da religião protestante no Brasil, a nova vertente poderia trazer avanços sociais frente aos costumes católicos vistos como “atraso” típico do continente sul-americano. Foi assim que comunidades evangélicas, que se entendiam enquanto representantes diretas das Reformas do século XVI, iniciaram trabalhos sociais, principalmente no campo da educação, tendo como intenção combater o que consideravam a “ignorância” imposta pela moral católica:

De acordo com esse discurso, os protestantes teriam se tornado arautos na luta em prol das liberdades de crença, de consciência, e de associação; na defesa do direito à resistência aos sistemas político-religiosos montados no Ocidente cristão desde o início da Idade Média; em prol da laicização do Estado que, desvencilhado da igreja, prometia fazer cessar a hegemonia do altar sobre o trono; assim como a implantação de uma educação laica e universal (CAMPOS, 2014, p. 78).

Apesar da presença protestante no século XIX, o catolicismo permaneceu sendo a religião com mais acessos no país, ou seja, com possibilidades de atuação, mesmo após o golpe republicano de 1889 que decretou a laicidade do Estado. As igrejas protestantes históricas, no caso as primeiras comunidades fixadas nos oitocentos, resignaram-se em seus templos e a pacatas participações públicas na sociedade brasileira. Ao se estabelecer no país, buscaram preservar aspectos litúrgicos e teológicos em seus núcleos mais tradicionais, rejeitando e combatendo novos movimentos religiosos que chegariam ao Brasil nas décadas seguintes<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Vale destacar que houve rupturas entre as igrejas protestantes históricas, com a formação de vertentes independentes ou reformadas. Algumas dessas instituições sofreram o que alguns pesquisadores apontam como uma “pentecostalização” de suas práticas, aproximando-se das vertentes

Enquanto isso, a Igreja Católica gozou de importante participação social ao influenciar os debates públicos da sociedade, principalmente em assuntos políticos e relacionados à educação.

## 1.2 - As raízes do pentecostalismo brasileiro

Com a chegada de novos atores no cenário social brasileiro, o campo religioso sofreu grande transformação nas primeiras décadas do século XX. Diversos religiosos lançaram-se em incursões pela América Latina sob a influência de um novo movimento originado nos Estados Unidos. Um dos grandes expoentes dessa nova tendência religiosa foi Charles Fox Parham (1873-1929), que, de acordo com Campos, teve uma importante influência na formação do campo pentecostal, no entanto, corriqueiramente é ignorado por pesquisadores do protestantismo, provavelmente, por conta das polêmicas envolvendo seu nome. Segundo consta, o líder pentecostal tinha fortes inclinações racistas, sendo, inclusive, simpático à Ku Klux Klan (CAMPOS, 2005). Além disso, foi acusado de ser homossexual e, somado ao fato de defender concepções teológicas esotéricas, teve sua imagem desgastada no meio religioso fortemente moralista.

Todavia, os eventos ocorridos na Bethel Bible College, na cidade de Topeka, no Kansas, onde Parham foi diretor-fundador, foram marcantes para a história religiosa estadunidense. De acordo com relatos biográficos, Agnes N. Ozman Laberge (1870-1937), teria tido uma experiência espiritual ao falar em “línguas estranhas”<sup>25</sup> (OLIVEIRA, 2021). Na concepção de Charles Parham, os indivíduos, além das bênçãos tradicionais do metodismo (conversão e santificação), deveriam receber uma terceira bênção, de modo que a glossolalia seria justamente seu sinal de confirmação<sup>26</sup>. Parham e outros membros do grupo também tiveram a experiência de falar em línguas desconhecidas, e percorreram os Estados Unidos

---

mais recentes do protestantismo brasileiro. Esse movimento teve início nos anos 1950, em um cenário em que igrejas históricas compreendiam ser necessário um “reavivamento” no interior de suas práticas. Ocorre que esse processo se intensificou em algumas comunidades, provocando rupturas e mudanças profundas. Ver SOUZA, 2013; 2014, CAMPOS, 2011.

<sup>25</sup> Para uma reflexão dos eventos pentecostais estadunidenses, através da análise de relatos biográficos, ver: CAMPOS, 2005.

<sup>26</sup> Termo utilizado para designar a prática recorrente em igrejas pentecostais onde pessoas falam em “línguas estranhas”. Essa manifestação é marcante nessas comunidades por conta da crença de que o “dom de línguas” seria uma confirmação sobrenatural na vida dos fiéis. Essas igrejas baseiam-se no segundo capítulo do livro bíblico de Atos dos Apóstolos, onde, de acordo com o narrador, durante o dia de Pentecostes, os apóstolos teriam recebido o dom de falar em outras línguas. A designação “Pentecostalismo” deriva da importância desse evento para essas comunidades. Ver MENDONÇA, 1997.

divulgando seus testemunhos (OLIVEIRA, et al, 2017). Em 1905, William Joseph Seymour (1870-1922) participou dos eventos organizados por Parham, em Houston, no Texas, onde teve contato com a nova abordagem doutrinária. Seymour, líder religioso negro e filho de ex-escravizados, sentava-se em uma cadeira no lado de fora da sala onde ocorriam as palestras, por conta do racismo explícito em Parham. No entanto, foi assim que assimilou e passou a difundir as novas ideias pentecostais em Los Angeles, a partir de 1906, em um salão na Azuza Street, nº 312, onde anteriormente havia funcionado uma Igreja Metodista Africana. As celebrações no local:

[...] eram eletrizantes e barulhentas. Começavam às 10 horas da manhã e prosseguiam por pelo menos doze horas, muitas vezes terminando às 2 ou 3 da madrugada seguinte. Não havia hinários, liturgia ou ordem de culto. Os homens gritavam e saltavam através do salão; as mulheres dançavam e cantavam. Algumas pessoas entravam em transe e caíam prostradas. Até setembro, 13.000 pessoas passaram pelo local e ouviram a nova mensagem pentecostal. Um bom número de pastores respeitáveis foi investigar o que estava ocorrendo e muitos deles acabaram se rendendo ao que presenciaram (MATOS, 2006, p. 32).

Esses novos movimentos surgiram na efervescência religiosa estadunidense e beberam da fonte das transformações que ocorriam desde o século XVIII nos Estados Unidos. Para tanto, as análises do britânico John Wesley (1703-1791) foram essenciais, pois, de acordo com o teólogo, após a primeira bênção cristã, ou seja, a conversão do indivíduo, haveria uma segunda bênção na qual este seria santificado. Essa concepção ganhou muitos seguidores, que, por sua vez, ficaram conhecidos como metodistas. Assim, o pentecostalismo estadunidense do início do século XX recebeu as influências das práticas do metodismo wesleyano. Além disso, é importante frisar a influência do movimento *holiness* sobre esse pentecostalismo, um agrupamento também associado às práticas wesleyanas, que propunha:

[...] que a experiência com Deus pode ser alcançada por qualquer um de maneira rápida e direta através do batismo no Espírito Santo. Dele surgiram os famosos *camp meetings*, encontros de oração e louvor que buscavam o reavivamento, tendo como um dos principais objetivos a experiência extática, compreendida como batismo no Espírito Santo, purificação do homem pela visitação do sagrado (OLIVEIRA, et al, 2017, p. 125).

Dessa forma, é possível compreender a existência de diversos movimentos religiosos em vigor no cenário pentecostal estadunidense. Os avivalistas de matriz calvinista possuíam grande influência teológica em igrejas tradicionais, de modo que duas correntes se destacaram: o dispensacionalismo e o *Higher Life Movement* (Movimento de Vida Elevada). O primeiro propunha uma visão escatológica cujo

projeto divino seria dividido em sete dispensações até que se tivesse um reinado milenar na Terra; por sua vez, a segunda concepção, originada na cidade de Keswick, na Inglaterra, propunha uma santificação integral do fiel com base em experiências profundas.

O contexto social estadunidense no período de desenvolvimento das práticas pentecostais era sensivelmente desafiador, tendo em vista a crise social advinda dos conflitos da guerra civil, terminada no final do século XIX, além das desigualdades sociais e raciais que marcaram o país no início do século XX. Não por acaso as comunidades ligadas ao processo de reavivamento religioso agrupavam-se nas regiões mais pobres do país, reunindo uma população majoritariamente negra (MATOS, 2006). Foi nessas circunstâncias que Seymour organizou a Apostolic Faith Mission, de onde emergiram diversos missionários, seguidores de suas mensagens. Entre estes, destacou-se William Howard Durham (1873-1912), que pertencia à Igreja Batista e, após romper com essa denominação e aderir ao pentecostalismo, consolidou seus trabalhos religiosos e elaborou uma concepção teológica divergente à de Seymour.

Enquanto Seymour propunha uma doutrina baseada em três etapas espirituais, para Durham, haveria apenas duas etapas necessárias, sendo elas, a “conversão”, ligada à “santificação”, e o “batismo” em “novas línguas”. Desse modo, o indivíduo receberia a santificação no momento de sua conversão, devido à “obra consumada no calvário”, ou seja, a redenção dos pecados humanos através da morte e ressurreição de Jesus Cristo; por sua vez, a segunda bênção seria uma confirmação da experiência espiritual, sendo ela o dom de falar “línguas estranhas” (CAMPOS, 2005). Em 1901, Durham organizou a *North Avenue Full Gospel Mission* na cidade de Chicago, que a partir de 1906 passou a se constituir enquanto uma igreja pentecostal. A nova guinada da instituição ocorrida na rua Azuza através da influência do pentecostalismo propagado por Seymour imperou sobre Durham, fazendo-o potencializar a mensagem pentecostal ao estampar seu carisma nas pregações e influenciar novos missionários a levarem suas concepções para outras partes do mundo (OLIVEIRA, et al, 2017).

Entre os seguidores da doutrina de Durham, encontrava-se o italiano Louis Francescon (1866-1964)<sup>27</sup> e os suecos Adolf Gunnar Vingren (1879-1933) e Daniel

---

<sup>27</sup> Nascido na comarca de Cavasso Nuovo, província de Udine, na Itália, em 1866, Louis Francescon, em 1890, mudou-se para os Estados Unidos, após realizar serviços militares. Em Chicago, teve contato com

Berg (1884-1963). Os três religiosos tiveram contato com o pentecostalismo através da North Avenue Full Gospel Mission. Europeus, radicados nos Estados Unidos e influenciados por suas experiências sobrenaturais, estes religiosos realizaram incursões pela América Latina e constituíram obras religiosas pelo Brasil. Francescon fundou, em 1910, na pequena cidade de Santo Antônio da Platina, localizada no interior do estado do Paraná, uma pequena comunidade religiosa. Anos mais tarde, o grupo consolidou-se no estado de São Paulo, principalmente na capital paulista, dando origem à Congregação Cristã do Brasil<sup>28</sup>. Já os religiosos suecos fundaram, no ano de 1911, na cidade de Belém, no Pará, a Missão da Fé Apostólica, que sete anos mais tarde passou a se chamar Assembleia de Deus, hoje maior representante evangélica brasileira (MONTEIRO, 2010). Por se tratar das primeiras igrejas pentecostais do país, são as principais representantes do chamado Pentecostalismo Clássico<sup>29</sup>. Esse termo destaca o pioneirismo dessas comunidades que inicialmente foram:

compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica, ambas [CCB e AD] caracterizam-se por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior. (MARIANO, 2014, p. 29).

A chegada do pentecostalismo ao Brasil não contou com sua expansão por todo o território, mesmo com a formação de novas igrejas pentecostais na primeira metade do século XX, como a Igreja de Cristo no Brasil (1932), dissidente da Assembleia de Deus; a Igreja Adventista da Promessa (1932); e a Igreja do Avivamento Bíblico, organizada nos anos 1940 por ex-membros da Faculdade de Teologia Metodista de São Bernardo do Campo (CAMPOS, 2011). Até 1950, apesar de a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã serem as maiores igrejas pentecostais no Brasil, o pentecostalismo ainda era minoritário frente ao protestantismo histórico. Isso porque estas duas igrejas tinham posturas

---

religiosos italianos valdenses que propunham uma leitura literal da Bíblia, prática marcante até hoje na CCB, igreja que fundou no Brasil. Batizou-se na primeira Igreja Presbiteriana Italiana de Chicago, sendo diácono e ancião da comunidade. Anos mais tarde, Francescon desentendeu-se com a cúpula da igreja e rompeu com a instituição, passando a organizar reuniões na casa de outros dissidentes. Em 1909, após passar pela experiência da glossolalia, junta-se a Giacomo Lombardi (1862-1934), um dos precursores do pentecostalismo na Itália, em viagens pelos Estados Unidos, Europa e América Latina, propagando sua doutrina. (CAMPOS, 2005; MONTEIRO, 2010).

<sup>28</sup> Com a expansão da igreja e por questões doutrinárias, a partir de abril de 1962, determinou-se a substituição da preposição “do”, adotando o nome Congregação Cristã no Brasil. Disponível em: <https://www.congregacaocrisnobrasil.org.br/institucional/estatuto> Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>29</sup> Movimento também denominado como “pentecostalismo tradicional” ou “histórico”.

isolacionistas perante a sociedade, abstendo-se do envolvimento público, político e midiático.

Conforme veremos, a AD com o passar do tempo abriu-se para essas práticas sociais, adentrando o terreno político-midiático e formando uma das principais frentes de organização política evangélica no processo de redemocratização do país. Já a CCB manteve-se afastada institucionalmente da política partidária e apenas em 2010 organizou um site onde passou a apresentar seus principais pontos doutrinários. O conteúdo desse site ficou limitado até 2020, quando, devido à pandemia do novo coronavírus, as atividades presenciais da comunidade foram interrompidas, levando a igreja a realizar cultos online na plataforma do Youtube<sup>30</sup>. Esse fato representou um marco na história da instituição, que durante muito tempo apresentou forte resistência ao uso de aparelhos tecnológicos e demais mídias (OLIVEIRA, 2010).

Mediante ao que já foi exposto, enfatizamos que existem diversas interpretações sobre o desenvolvimento do pentecostalismo no país, suscitadas pelas diferenças entre os períodos e contextos de fundação das instituições. Além disso, deve-se considerar as práticas e as influências sofridas por cada igreja no momento de sua fundação. A AD e a CCB, ao passo que possuem semelhanças comportamentais e litúrgicas, mantêm divergências marcantes, tendo em vista, principalmente, as práticas isolacionistas da segunda. No entanto, não aparecem dissociadas dos movimentos a que pertencem em nenhuma categorização teórica, por conta de suas raízes ligadas ao pentecostalismo estadunidense do início do século XX, das origens de seus fundadores, sueca e italiana, além, é claro, de suas semelhanças histórico-institucionais que caracterizam o período de fundação de ambas (MARIANO, 2014).

Com a introspecção das igrejas pentecostais clássicas, esse campo apenas foi alterado com o desenvolvimento de novas igrejas evangélicas no país, que operaram mecanismos sofisticados na propagação de suas doutrinas contando com a passividade das atividades de expansão do protestantismo histórico. Protestantes históricos até tentaram mobilizar-se na Confederação Evangélica do Brasil, fundada em 1934, onde propuseram reduzir dissidências e articular as bases das igrejas (CAMPOS, 2005). No entanto, não foi o bastante para impedir o avanço pentecostal,

---

<sup>30</sup> Para mais informações sobre os cultos online da CCB: <https://www.congregacaocristanobrasil.org.br/online>. Acesso em: 03 dez. 2021.

que, a partir dos anos 1950, disseminou-se com maior vigor. A partir da referida década, o pentecostalismo cresceu exponencialmente por todo o Brasil e passou a ter um papel protagonista. Enquanto em 1930, os pentecostais eram apenas 9,5% dos protestantes no Brasil, em 1964, representavam 65,2% do meio (CAMPOS, 2014).

Conforme apontou Freston (1994), o pentecostalismo brasileiro pode ser dividido em três ondas distintas, compreendidas através de fatores históricos determinantes para a constituição das igrejas. A primeira fase do pentecostalismo, conforme exposto, diz respeito à chegada dos missionários oriundos dos movimentos estadunidenses de reavivamento. A segunda onda é analisada tendo como base a década de 1950, período em que o país vivia um acentuado crescimento industrial e urbano, em contraste ao êxodo rural. Enquanto a classe média galgou novos patamares sociais, as camadas mais pobres amargaram muitos desafios. Exaustos, devido aos árduos anos de secas e vidas precárias no sertão nordestino, milhares de pessoas mudaram-se para as capitais do sudeste brasileiro. As promessas de vastas ofertas de emprego e ascensão social sucumbiram perante o concreto rústico que erguia os grandes arranha-céus. Entre o chão de fábrica e a indústria civil, muitos tentaram constituir suas famílias nos novos estados. Entretanto, a realidade da época foi marcada pelas debilitadas condições de vida do proletariado urbano, que vivia em habitações precárias, em locais sem saneamento básico e assistência pública:

O processo de urbanização intensificado no século XX evidenciou a desigualdade social no Brasil, decorrente da má distribuição de renda, deixando evidentes os sinais do sistema capitalista expressos na criação de espaços de exclusão e proporcionou o surgimento de termos como exclusão social, inclusão precária, segregação territorial e ambiental, ilegalidade e informalidade (ROSENO & VERAS, 2017, p. 5)

Assolados por adversidades de toda sorte e marginalizados na paisagem urbana, os cidadãos em situação de vulnerabilidade social encontraram instituições que prometiam acolhimento para suas angústias, as igrejas. Nesse período, o caminho abriu-se para a formação de novas comunidades pentecostais, que enfatizavam a cura de doenças e as manifestações espirituais em seus cultos, atraindo multidões. No entanto, para além das experiências espirituais, essas denominações ofereceram ao longo do tempo espaços de socialização e enraizamento para populações advindas de diversas regiões do Brasil. Na condição de desterritorializados, esses indivíduos tiveram nessas comunidades religiosas

espaços para a criação de vínculos pessoais, familiares e profissionais, além do prestígio social conquistado por diversos indivíduos que assumiram o protagonismo em funções dentro das igrejas. Nesse sentido, enquanto a CCB e a AD são as representantes da inserção inicial do pentecostalismo no Brasil, o segundo momento de grande profusão dessa vertente foi marcado pelos trabalhos da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), que iniciou suas atividades no país em 1951.

### 1.3 – O Deuteropentecostalismo

A IEQ teve sua origem nos Estados Unidos sob a atuação da canadense Aimée Semple McPherson, primeira mulher fundadora de uma instituição religiosa protestante<sup>31</sup>. Aimée iniciou sua vida religiosa com apenas 17 anos, após ter contato com o pentecostalismo. Ainda jovem casou-se com o líder pentecostal Robert Semple, com quem iniciou viagens missionárias por todo o mundo. Enquanto o casal percorria países asiáticos, Robert Semple faleceu, o que fez Aimee Mcpherson migrar para os Estados Unidos. No novo país, casou-se novamente, no entanto, devido aos seus trabalhos religiosos, desfez o matrimônio e passou a dedicar-se apenas aos seus trabalhos religiosos. Fixou-se próxima a Los Angeles por volta dos anos 1920, justamente no local e tempo onde a profusão de grupos religiosos pentecostais era marcante, tendo contato com o trabalho desenvolvido por Durham (PASSOS, 2014).

Sob essas circunstâncias, a *Church of the Four-Square Gospel* teve suas atividades iniciadas com as credenciais de uma igreja atualizada às novidades culturais e sociais da vida urbana. Duas estratégias propostas por Aimée se destacaram na expansão da comunidade, sendo a primeira caracterizada pelas viagens feitas pela igreja, que percorria diversas cidades estadunidenses realizando cultos debaixo de uma tenda de lona. Essas reuniões eram movimentadas por sessões de cura onde a população mais pobre constituía a maioria dos participantes. A segunda marca registrada da instituição de Aimée foram suas pregações em uma programação de rádio. O programa gerou tanto retorno que levou a igreja, em 1924, a comprar sua própria emissora de rádio, a Kall Four Square Gospel (KFSG), que tinha estúdio em Angelus Temple e transmitia as programações para os Estados

---

<sup>31</sup> O Evangelho Quadrangular se baseia em quatro características de Cristo: “Salvador”, “Santificador”, “Curador” e “Rei que voltará”. O criador da concepção quadrangular foi A. B. Simpson, importante missionário estadunidense do final do século XIX, embora muitos atribuam a Aimee a autoria da doutrina (MARIANO, 2014).

Unidos e diversos outros países (ALEIXO, 2014). São ainda características centrais da IEQ, além do apelo midiático, a assimilação de práticas performáticas em seus cultos. Essas performances são heranças da década em que a igreja foi fundada, quando Hollywood despontava como pólo artístico-cultural. Nessa linha, destaca-se também a música como elemento importante nas celebrações da igreja, tendo como base apresentações com guitarras e instrumentos de percussão.

Com a morte de Aimee, em 1940, o controle das atividades da igreja foi herdado por seu filho Rolf McPherson. Sob a nova gestão, diversos representantes da igreja foram enviados em viagens pelo mundo, com objetivo de expandir os trabalhos da instituição, inspirados pelas práticas missionárias da fundadora. Foi nesse período que a IEQ chegou ao Brasil, especificamente no ano de 1946, através da atuação de Harold Edwin Williams, um ex-ator de filmes de faroeste do cinema estadunidense. Williams, após se estabelecer no país, organizou uma comunidade religiosa em São João da Boa Vista, cidade do interior do estado de São Paulo. Ao lado de Raymond Boatright, Williams iniciou a Cruzada Nacional de Evangelização, que tinha como objetivo replicar no Brasil os trabalhos feitos por Aimee McPherson nos Estados Unidos. Os cultos eram realizados em tendas e prometiam curas divinas a todos que frequentavam os locais de celebração. A iniciativa, apesar de inovadora se comparada às práticas religiosas protestantes no Brasil naquela ocasião, teve pouca adesão. No entanto, IEQ foi responsável por inserir no cenário religioso brasileiro elementos que seriam replicados por outras comunidades pouco tempo depois: a teatralidade dos cultos, reuniões em espaços públicos e a apresentação carismática de suas lideranças.

No contexto de mudança no cenário religioso brasileiro, novas instituições surgiram adotando práticas inspiradas no pentecostalismo estadunidense, que foram mescladas com as particularidades nacionais. O Brasil ao longo dos anos 1950 passava por um momento de otimismo em relação ao progresso econômico e político, entendendo que estes seriam alcançados por intermédio da soberania nacional, marcada pela industrialização e urbanização do país:

As décadas de 50 e 60, no Brasil, promoveram transformações estruturais na economia, política e, sobretudo, na mentalidade do povo brasileiro. Com parque industrial em franca expansão, fortalecimento institucional do Estado e sucessão de governos populistas, a esperança no desenvolvimento da nação era reverberada aos quatro ventos no País. Esse período de bons resultados sociais e de prosperidade alvissareira foi refletido em vários planos da sociedade, até mesmo no religioso. (PASSOS, 2014, p. 192).

Influenciado por esse contexto histórico e pelas atividades da IEQ no país, Manoel de Mello, pernambucano, nascido em uma família de assembleianos, fundou a Igreja O Brasil para Cristo. Manoel de Mello trilhou um percurso comum a muitos migrantes desse período, quando nos anos 1940 mudou-se para São Paulo e foi trabalhar como mestre de obras. Na capital paulista atuou durante muitos anos como diácono da Assembleia de Deus. Entretanto, com o passar do tempo, Manoel compreendeu que a igreja já não conseguia responder às demandas da sociedade. Afastado da AD, o religioso passou a acompanhar as atividades da Cruzada de Evangelização promovida pela IEQ e se inspirou nesse projeto para iniciar as atividades de uma pequena comunidade chamada Igreja de Jesus Betel: “O movimento do caminho”, em 1956<sup>32</sup>.

A tradição seguida pelos primeiros membros da nova instituição, vindos, em sua maioria, de igrejas pentecostais clássicas, incomodou o líder Manoel de Mello. Assim, o líder alterou alguns aspectos da igreja, a começar pelo nome que passou a ser Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo. A estratégia de crescimento da igreja foi a de ancorar-se no patriotismo e no ufanismo, adaptando-se à sociedade industrial e ao sentimento popular do período. Além disso, a igreja alugou espaços em cinemas, teatros e outros locais destinados a espetáculos, com a finalidade de realizar seus cultos. Posteriormente, devido à multidão que comparecia aos encontros, também realizou eventos em ginásios e estádios de futebol, sendo a primeira igreja protestante no Brasil a fazer esse tipo de mobilização.

A IBC também adotou práticas que décadas à frente se tornaram praxe no pentecostalismo brasileiro, como o investimento em programações de rádio e televisão, bem como a participação política, elegendo representantes parlamentares na década de 1960. Um fato curioso no envolvimento político da igreja é marcado pelo conflito envolvendo os parlamentares eleitos e o líder Manoel de Mello. Após a eleição de alguns quadros, o pastor buscou centralizar a administração e ações da igreja, dificultando o apoio à vida pública dos políticos. Com isso, a igreja sofreu um enfraquecimento em termos de exposição, enquanto os candidatos, sem apoio institucional, perderam as eleições seguintes. Nas décadas posteriores, a IBC perdeu sua unidade ao ser descentralizada em pequenas comunidades, enquanto que sua liturgia seguiu os passos de igrejas mais tradicionais, perdendo o lastro

---

<sup>32</sup> Sobre nós: Igreja O Brasil para Cristo. Disponível em: <https://www.siteobpc.com/sobre-nos>. Acesso em 10 dez. 2021.

modernizador. Nos anos 1970, Manoel de Mello empreendeu uma nova estratégia como tentativa de mobilizar sua igreja no cenário religioso, vinculando-a ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI). A ideia era trazer uma roupagem ecumênica à comunidade e com isso buscar novos adeptos. O movimento acabou não surtindo o efeito desejado em termos de reorganização da instituição, e, além disso, fez a igreja perder sua característica marcante relacionada ao apelo nacional (PASSOS, 2014).

Um traço muito presente em histórias de vida de diversas lideranças pentecostais são os denominados “chamados divinos”. O líder da CCB, Louis Francescon, afirmou em diversas cartas, escritas como testemunhos sobre sua trajetória religiosa, que durante o período em que foi membro da Igreja Presbiteriana Italiana de Chicago teria recebido uma mensagem espiritual enquanto lia o livro bíblico de Colossenses, capítulo 2, versículo 12. De acordo com o religioso, uma voz teria lhe falado o seguinte: “Tu não obedeste a este meu mandamento”<sup>33</sup>. Por conta desse episódio, Francescon questionou a prática da Igreja Presbiteriana de realizar batismos por aspersão e, com isso, passou a defender e praticar o batismo por imersão<sup>34</sup>. Em confronto com a instituição por conta dessa questão, renunciou ao seu cargo e iniciou as atividades independentes que o levariam a formar uma nova comunidade. Assim como Francescon, diversas lideranças religiosas atestam que ao iniciar seus movimentos receberam missões divinas para corrigir desvios teológicos, litúrgicos e até estratégicos das igrejas das quais faziam parte. O pastor Manoel de Mello relata que teve “uma visão espiritual” logo quando iniciou os trabalhos da IBC: “na qual o Senhor Jesus me apareceu e me deu ordens para começar, no Brasil, um movimento de reavivamento espiritual, evangelização e cura divina, e o Senhor Jesus mesmo deu-me o nome: O Brasil Para Cristo”<sup>35</sup>. Nesse mesmo passo, o pastor David Miranda, filho de agricultores do interior do estado do Paraná,

---

<sup>33</sup> FRANCESCON, L – cartas de março de 1942 e junho de 1952, publicadas *in*: Resumo da convenção de 1936, Reuniões e ensinamentos de 1948, Pontos de Doutrina e da Fé que uma vez foi dada aos Santos, Histórico da obra de Deus, revelada pelo Espírito Santo no século passado. São Paulo, Congregação Cristã no Brasil, julho de 2002.

<sup>34</sup> O batismo por aspersão é realizado por meio de um aspersório, objeto utilizado para espirrar água sobre uma pessoa, local ou objeto. Essa prática é parecida com a efusão, na qual o batismo é feito com o derramamento de uma pequena quantidade de água sobre a cabeça do batizado (geralmente uma criança). Tanto a aspersão como a efusão, são praticadas pela Igreja Católica e por algumas comunidades protestantes ligadas aos movimentos de Reforma. A imersão defendida por Francescon, pressupunha um batismo onde a pessoa tem seu corpo totalmente imerso na água. Este tipo de batismo é característico em comunidades batistas, adventistas e pentecostais, sendo realizado em tanques, piscinas, rios e mar.

<sup>35</sup> Sobre nós: Igreja O Brasil para Cristo. Disponível em: <https://www.siteobpc.com/sobre-nos>. Acesso em 10 dez. 2021.

inaugurou, em 1962, a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA). Segundo relatos de Miranda, o nome da igreja também teria sido inspirado por uma experiência espiritual.

A Igreja Deus é Amor, na contramão das igrejas fundadas no mesmo período, optou por enfatizar sua postura sectária e, ao contrário das novas instituições que desenvolviam práticas mais liberais, impôs um modo rigoroso ao cobrar a assiduidade e comprometimento de seus fiéis. Enquanto a igreja O Brasil para Cristo, por exemplo, preocupava-se em atrair multidões aos seus eventos, a IPDA propunha um modelo de igreja onde o fiel teria fidelidade com os cultos e as normas da igreja. Essa instituição destacou-se por seu rígido código doutrinário que propõe ao seguidor seu afastamento de pessoas que não frequentam a igreja. Além disso, impõe uma série de práticas e comportamentos normativos<sup>36</sup>:

[...] os ensinamentos de DM [David Miranda] incidem com muita força sobre usos e costumes. Daí suas exigências sobre o vestuário, o corte de cabelo, barba e bigode, enfeites, sapatos, cintos, gravatas, e tantas outras coisas que para a sociedade faz pouca diferença, mas que para DM têm a maior importância por se tratarem de elementos distintivos de que possui ou não a santificação (MENDONÇA, 2009, p.87)

Para Passos (2014), apesar de bastante peculiar e dotada de moralismo acentuado, a IPDA encontrou nas camadas populares um grupo disposto a abraçar essas práticas comportamentais em troca do amparo e inclusão. Apesar de condenar durante anos o hábito dos fiéis de assistirem à televisão, David Miranda utilizou o rádio como um importante método de divulgação de sua igreja pelo Brasil e em algumas partes do mundo. Na esteira das igrejas pentecostais clássicas, a IPDA também tratou a política como um terreno inóspito ao crente. Já no campo público religioso, a Deus é Amor explorou com veemência um combate radicalizado as religiões de matriz africana, realizando rituais de exorcismo em seus cultos e ligando os espíritos “entrevistados” às entidades da umbanda. Nessas e nas demais celebrações religiosas, seus obreiros utilizavam uniformes, e os cultos, por sua vez, eram realizados sob a efervescência clássica do pentecostalismo, ênfase na prática da cura divina e da glossolalia. Para atender melhor às demandas dos fiéis, a igreja, inclusive, passou a contar com cultos personalizados, realizando campanhas para

---

<sup>36</sup> No caso, qualquer tipo de corte feminino é condenado, enquanto para os homens o corte de cabelo deve seguir o estilo social. Outros tipos de imposições estéticas são colocados aos fiéis, como a prática de não realizar qualquer tipo de depilação, principalmente às mulheres. Exposições do corpo são totalmente rechaçadas, de modo que a ida à praia ou a clubes, fazendo uso de biquínis, *shorts* e sungas, é visto como má conduta. Estas práticas geraram e ainda geram diversas manifestações jocosas por pessoas não pertencentes a essas comunidades.

resolução de problemas específicos (MENDONÇA, 2009).

Conforme exposto, a categorização do pentecostalismo brasileiro é complexa, de modo que, apesar de contarmos neste trabalho com as contribuições propostas por Freston, é importante destacar a análise de outros autores. A segunda onda do movimento pentecostal foi denominada por José Bittencourt Filho como 'pentecostalismo autônomo'. Para o pesquisador, essa fase destacou-se pelo caráter dissidente na formação dessas comunidades. Antônio Gouvêa Mendonça denominou as igrejas fundadas a partir dos anos 1950 como movimentos de “Cura divina”, apontando para o fluxo de fiéis que transitavam pelos templos em busca de soluções rápidas para suas adversidades (FRESTON, 1993). No entanto, os termos apresentam algumas lacunas importantes a serem destacadas. Ao evidenciar o caráter da cura divina pentecostal, Mendonça coloca lado a lado igrejas como Deus é Amor e Universal, denominando-as como “tendas de magia”. Apesar de a reflexão ter sua contribuição, é extremamente complicado equiparar as práticas da IURD e IPDA apenas por simples semelhanças, quando, na verdade, as duas diferem em outros aspectos.

Enquanto isso, Bittencourt enfatiza o aspecto mercadológico das comunidades da segunda onda, tendo seu olhar atento ao fluxo de fiéis que não se estabeleciam nestas igrejas. Todavia, a própria IPDA contribui como exemplo categórico de uma instituição marcada pela fidelidade de seus membros para com a comunidade. Desta forma, entendendo haver nessas igrejas inovações e distinções histórico-institucionais em relação as pentecostais clássicas, Mariano (2014) optou por chamar essa nova fase do pentecostalismo brasileiro de Deuteropentecostalismo, mobilizando o radical *deutero*<sup>37</sup> com o objetivo de indicar uma segunda “onda” pentecostal. Fazem parte da especificidade dessas instituições a divulgação em rádios, televisão, apresentações públicas em cinemas, teatros e estádios, além do foco teológico na cura divina<sup>38</sup>.

Seguindo a proposta teórica de Mariano (1999; 2004; 2008), balizada, dentre outros autores, por Campos (1996; 1999), os movimentos pentecostais iniciados a

---

<sup>37</sup> A inspiração do radical advém do livro bíblico “Deuteronômio”, que significa “segunda lei”. Mariano utiliza o radical “Deutero”, que significa segundo, para designar a nova onda pentecostal vigente. A apropriação se dá, pois o radical “neo”, seria aplicado ao movimento dos anos 70, este sim, visto pelo pesquisador, como um “novo pentecostalismo”. (MARIANO, 2014).

<sup>38</sup> Curiosamente os primeiros movimentos do deuteropentecostalismo se organizaram a partir de igrejas protestantes históricas. Destes movimentos, houve rupturas expressivas em igrejas protestantes históricas, como a presbiteriana de São Paulo.

partir dos anos 1970, trouxeram novas características para o cenário religioso brasileiro, distinguindo-se das demais igrejas. Desta forma, essa nova prática pentecostal passou a ser denominada de Neopentecostalismo. Esse termo disseminou-se nas últimas décadas e tem sido utilizado com frequência pela academia e pela mídia.

Propomos a categoria do neopentecostalismo, pois compreendemos que esse termo apresenta uma conceituação apropriada para os fenômenos pentecostais ocorridos a partir da década de 70 e que ainda ecoam, apesar das mutações desse campo, no presente. Ao distanciar as igrejas fundadas nesse período do pentecostalismo clássico e do deuteropentecostalismo, incorremos no risco de apresentá-las de forma descolada da realidade e de suas raízes históricas. O neopentecostalismo é fruto do pentecostalismo, de modo que a sofisticação de suas práticas, o uso estratégico e calculado das mídias, da política e dos cultos em espaços públicos, bem como suas práticas sincréticas, apesar de transformadoras, tiveram como inspiração as práticas de igrejas pentecostais clássicas. Evidentemente que o uso da mensagem proselitista em prol da teologia da prosperidade e na ênfase do exorcismo, assuntos que trabalharemos mais à frente, enquadra essas instituições num espectro muito peculiar do pentecostalismo, mas que de maneira alguma faz desse fenômeno algo à parte da história pentecostal. Além disso, o termo neopentecostal continua expressando com importante destaque o aspecto de novidade presente nestas instituições, destacando de modo simples as proximidades e distâncias para com as demais fases do pentecostalismo brasileiro.

O neopentecostalismo se desenvolveu no Brasil num período em que o país havia passado pelo processo de urbanização, de modo que a população rural ultrapassou a urbana. Nas décadas de 1960 e 1970, as grandes capitais do sudeste brasileiro enfrentavam cada vez mais as contradições operadas pela desigualdade social. A constante chegada de migrantes, principalmente de estados nordestinos, aumentou a densidade demográfica e fez crescer os subúrbios, periferias, vilas e favelas do país. Enquanto as promessas de emprego continuavam a mover o sonho de diversas pessoas, a realidade de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro era de extrema precariedade para a população mais pobre. Vale ressaltar que o país enfrentava o período ditatorial, que durante muito tempo vendeu a ideia do “milagre econômico”, que, posteriormente, foi responsável pela concentração de renda e aumento da inflação do país, estimulados por uma crise profunda na estrutura

estatal, conforme aponta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta: “O legado econômico para o período pós-autoritário foi negativo, principalmente a hiperinflação, o descontrole das contas públicas, a dívida externa impagável e a permanente falta de reservas cambiais” (MOTTA, 2021, p. 243).

Nesse contexto, foram expandidas as regiões periféricas sem planejamento e estrutura habitacional em zonas com ausência de saneamento básico e outros serviços públicos estatais. Conseqüentemente, houve aumento da população em estado de vulnerabilidade social, assolada por dificuldades financeiras, doenças e demais agruras. Novamente, acompanhando as transformações da vida urbana, novos elementos são mobilizados por lideranças evangélicas que interpretam as necessidades da vida urbana e apresentam ferramentas religiosas, inclusive, próximas ao catolicismo popular comunitário para atender a essas necessidades<sup>39</sup>. Assim, os indivíduos passam a ter nas igrejas espaços de socialização e atendimento não apenas de suas necessidades espirituais, assim como materiais e psicológicas. Destacam-se nesse período a incorporação de elementos ritualísticos, como a presença constante de exorcismos nos cultos religiosos, a liberalização de costumes, como vestimentas e práticas comportamentais, bem como a disseminação da teologia da prosperidade (MARIANO, 2004).

Conforme propôs Campos (2011), o neopentecostalismo está associado ao conceito de Marketing do Sagrado. Este conceito compreende que algumas igrejas lidam com as necessidades de seu “público consumidor” segundo a lógica de “bens simbólicos” configurados mediante suas necessidades. Podemos identificar essa característica nos cultos de instituições como Igreja Universal, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, entre outras, onde a depender do dia da semana, assuntos específicos são tratados nas celebrações. É marcante nessas instituições a organização de eventos específicos para determinados grupos, como, cultos para mulheres, casais, empreendedores, entre outros<sup>40</sup>. Somada a esses exemplos, encontra-se a distribuição, às vezes gratuita, mas em sua maioria paga, de objetos “consagrados” pelas respectivas lideranças das igrejas, como as

---

<sup>39</sup> Sobre os desafios e dificuldades da Igreja Católica no atendimento espiritual em novos aglomerados metropolitanos ver: Antoniazzi, 1997.

<sup>40</sup> Recentemente, tem se destacado os cultos voltados até aos policiais militares. Ver: <https://www.intercept.com.br/2023/05/29/como-a-igreja-universal-esta-doutrinando-as-forcas-policiais-do-brasil-e-os-governos-fingem-que-nao-veem/>. Acesso em 29 maio 2023.

bíblias com anotações feitas pelo bispo Macedo<sup>41</sup>; a venda de tijolos de plástico por R\$ 200,00, panos usados pelo líder da igreja para se enxugar durante os cultos, entre outros produtos, propostos pela Igreja Mundial<sup>42</sup>. Além disso, destacamos aqui a diversidade dos produtos ofertados por essas instituições, que comercializam, inclusive, serviços operados por elas próprias como a plataforma de streaming da Universal, o Univervídeo<sup>43</sup>, e a televisão a cabo, “Nossa TV”, da Igreja da Graça<sup>44</sup>, vendidos como produtos audiovisuais para cristãos.

Por conta dessas peculiaridades, essas instituições tornaram-se temas de diversas pesquisas acadêmicas que nas últimas décadas têm se debruçado sobre as muitas possibilidades de compreensão desse universo religioso. A Igreja Universal do Reino de Deus (1977), principal expoente do neopentecostalismo, é considerada a precursora desse segmento, e, portanto, tem sido a mais analisada. Na esteira de fundação do movimento neopentecostal, encontram-se a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) e a Igreja Cristo Vive (1986). As três têm em comum, além de práticas e discursos próprios dessa fase do pentecostalismo brasileiro, a origem religiosa de seus líderes: Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares e Miguel Ângelo, são dissidentes da Igreja de Nova Vida.

#### **1.4 - A Igreja de Nova Vida: o berço do neopentecostalismo**

Edir Macedo Bezerra é a figura por trás da Universal do Reino de Deus, e sua imagem, por vezes, confunde-se com a própria trajetória da igreja devido à sua liderança marcante durante toda a existência dessa comunidade. Nascido em 18 de fevereiro de 1945, na cidade de Rio das Flores, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, em uma grande família, Macedo teve que lidar desde cedo com uma deficiência em uma de suas mãos, o que segundo seus relatos lhe trouxe muitos traumas. Curiosamente, quando se tornou líder de uma das principais igrejas do país, essa característica tornou-se sua marca registrada, a ponto de pastores e bispos da Universal passarem a copiar sua forma de segurar o microfone, além, é claro, de suas expressões corporais, tom de voz e demais performances realizadas

---

<sup>41</sup> Bíblia Sagrada com anotações de fé do Bispo Macedo. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/biblia-sagrada-com-anotacoes-de-fe-bispo-macedo/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>42</sup> GONÇALVES, Eduardo. Revista *Veja*, maio de 2020. Com a queda nos dízimos, o pastor Valdemiro Santiago vende colchão em live da igreja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/com-queda-nos-dizimos-pastor-valdemiro-vende-colchao-em-live-da-igreja/>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>43</sup> Univer vídeo. Disponível em: <https://www.univervideo.com/>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>44</sup> Nossa TV. Disponível em: <https://www.nossatv.tv.br/institucional.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

nos palcos (JUSTINO, 2021).

A trajetória de vida do bispo foi escrita por Douglas Tavolaro, ex-vice-presidente de jornalismo da Rede Record<sup>45</sup>. Em 2007, o jornalista publicou o livro “O bispo: a história revelada de Edir Macedo”, em parceria com Christina Lemos. A obra, segundo o autor, teve como objetivo narrar a trajetória do bispo da IURD, através de entrevistas feitas por Tavolaro e reportagem de Lemos (TAVOLARO, 2007). A publicação foi sucedida pela trilogia autobiográfica de Edir Macedo, intitulada “Nada a perder”, que, posteriormente foi adaptada para o cinema<sup>46</sup>. Tavolaro foi convidado para ser o coautor desses livros e também da publicação que narrou a história de Ester Bezerra, “A dama da fé: os segredos da mulher que transformou a vida de Edir Macedo”, publicados pela editora Planeta.

Nos relatos biográficos, Macedo destaca diversas passagens de sua vida, evidentemente bem delimitadas quanto ao nível de exposição dos assuntos narrados e trabalhada sob o discurso ufanista por parte do biografado construindo um enredo de superação e conquistas. Esse tipo de compreensão sobre si é esperado nesse tipo de produção, que busca, através de uma elaboração narrativa sobre a vida do biografado, destacar elementos centrais que tenham nexos com sua trajetória, visando, principalmente, a publicização da história narrada (SILVA & MOREIRA, 2016).

Apesar da complexidade em se utilizar relatos biográficos como fontes históricas, compreendemos haver nesses documentos possibilidades de compreensão da trajetória dos personagens e grupos aqui estudados. Para Georges Duby, as biografias podem fornecer panoramas valiosos sobre a experiência individual em contextos históricos mais amplos (DUBY, 1991). A biografia muitas vezes mescla fatos com interpretações e narrativas literárias, de modo que este tipo de texto narrativo enfrenta a dificuldade de equilibrar a precisão histórica com a criação de uma narrativa envolvente e significativa (BURKE, 1997). Esse tipo de texto torna-se ainda mais rico para nossa pesquisa, devido ao fato da prática de

---

<sup>45</sup> Douglas Tavolaro foi editor-chefe e vice-presidente de jornalismo da Rede Record, atuando na emissora de 2004 até 2019, quando ingressou como sócio-fundador da CNN Brasil.

<sup>46</sup> Lançado em 2018, até 2021 esta produção era a segunda maior bilheteria da história do cinema nacional. A produção guarda algumas controvérsias. Segundo reportagens, a igreja teria distribuído diversos ingressos aos fiéis, ao passo que muitas salas pelo Brasil foram encontradas vazias, apesar dos ingressos dados como vendidos. A segunda parte de “Nada a perder” foi lançada em 2019, ocupando o nono lugar das maiores bilheterias do país. Ver LIMA, J.D. ‘Nada a Perder’ e os ‘recordes’ de bilheteria do cinema evangélico. Nexo Jornal, 10 abr. 2018.

elaboração de relatos biográficos pessoais não ser de praxe em igrejas pentecostais, o que ocorre de maneira inversa na IURD. Curiosamente, a instituição produz materiais próprios, como publicações de cunho teológico, comportamental, traduções de textos de teólogos estrangeiros e até mesmo as supracitadas biografias de suas principais lideranças. Dessa forma, ao trabalharmos de forma crítica esses textos, problematizando as narrativas dos personagens, enriquecemos as análises propostas sobre a ascensão e a consolidação dessa comunidade na sociedade brasileira.

Antes de se tornar uma figura pública, Edir Macedo cursou matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi escriturário da casa lotérica do Estado fluminense, a Loterj. Quando jovem, Macedo transitou por muitas religiões junto à sua família, principalmente a Igreja Católica. Devido à precariedade do acesso à saúde na região em que moravam, sua mãe, Eugênia Macedo Bezerra, das 33 gestações que teve sofreu 16 abortos, de modo que outras dez crianças vieram a morrer prematuras. Seu pai, Henrique Francisco Bezerra, frequentou diversas religiões, sem se consolidar em um lugar, de modo que também pertenceu à maçonaria. A religiosidade da família estendeu-se com o agravamento do quadro de saúde de Elcy, a mais velha de sete filhos. A jovem sofria crises asmáticas constantes e nenhum tratamento de saúde havia resolvido seu problema. Por conta disso, os pais procuraram recursos em diversas religiões em busca da cura para a enfermidade da filha. Esse tipo de busca religiosa para tratar de problemas diversos foi constante, sendo que o próprio Macedo frequentava diversos locais religiosos junto aos seus pais sempre surgia alguma enfermidade entre seus familiares. De acordo com bispo, foi por conta desses momentos que começou a questionar as diversas religiões com que teve contato:

Nesse tempo, fui buscar ajuda espiritual católica. Já tinha visitado centros de espiritismo com meu pai, como o Santo Antônio de Pádua. Levava passe e tudo, mas não me acrescentou nada. Era Semana Santa. Quando entrei na missa, vi a imagem de Jesus estendido no chão e dezenas de pessoas orando (*era a Adoração ao Senhor Morto, assim chamada na Igreja Católica*). Aí me perguntei: “Quem precisa mais de ajuda aqui? Ele ou eu?”. E fiquei me repetindo aquela pergunta, completamente indignado (TAVOLARO, 2007).

O posicionamento combativo em relação às práticas e celebrações católicas, que Macedo viria a adotar na formação da IURD, caminharia no sentido de criticar o culto aos santos e às imagens, questão constante em discursos de lideranças

pentecostais. A bem da verdade, esses apontamentos estão presentes no seio da formação das igrejas protestantes, todavia, os movimentos pentecostais utilizam essas interpretações no enfrentamento às demais instituições no debate público religioso (GIUMBELLI, 2008; MARIANO, 2004). De certo que essa combatividade não se consolidou em uma via de mão única, foram várias as investidas dos setores católicos, das mídias tradicionais e até de setores acadêmicos, em denominar pejorativamente os novos agentes do pentecostalismo brasileiro sob a alcunha de “seitas”, e relacioná-los ao fanatismo, charlatanismo e curandeirismo (FREESTON, 1993). Curiosamente, a IURD consolidou-se enquanto uma igreja sincrética, apropriando-se de diversos elementos litúrgicos de religiões como o judaísmo, e até mesmo daquelas que tanto combate, católica, espírita, umbanda e candomblé, fenômeno descrito por Ronaldo Almeida como uma “antropofagia da fé alheia” (ALMEIDA, 1996).

Por fim, quando já não via solução para seus problemas de saúde, Elcy relata que passou a ouvir programações numa rádio em que um pastor canadense realizava pregações. Tratava-se de Walter Robert McAlister, líder da Igreja de Nova Vida, missionário que chegou ao Brasil e iniciou suas atividades religiosas no prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), localizada na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Elcy, após começar a acompanhar McAlister, não sentiu mais nenhum sintoma da enfermidade que há tanto tempo a assolava. Curioso com o caso de sua irmã, Macedo resolveu frequentar a igreja que aparentemente a havia curado e, em pouco tempo, tornou-se participante ativo da comunidade. Foi nesse local que Edir Macedo relata ter tido, aos 18 anos, sua conversão:

Conforme firmava-se na nova crença, Elcy passou a falar com regularidade da Bíblia em casa. As palavras dela me tocaram. Passei a tentar compreender alguns trechos do Texto Sagrado, mas enfrentava enormes dificuldades [...]. Então entendi que poderia conhecer mais dos mistérios da Bíblia se participasse dos cultos com minha irmã.

Foi quando entrei pela primeira vez na Nova Vida. Desde esse dia, passei a ir sempre às noites de quarta-feira e às manhãs de domingo na sede da ABI, onde se reuniam cerca de 500 pessoas. (MACEDO, 2012, p. 78).

A Igreja de Nova Vida, fundada em 1960, em Botafogo, Rio de Janeiro, foi a responsável por trazer novos elementos ao pentecostalismo brasileiro. Igreja pertencente ao deuteropentecostalismo, foi importante por iniciar o processo de difusão de algumas práticas vistas no neopentecostalismo, tais como o “intenso combate ao Diabo, valorização da prosperidade material mediante a contribuição

financeira, ausência do legalismo em matéria comportamental” (MARIANO, 2014, p. 51). Foi fundada pelo supracitado pastor canadense Robert McAlister (1933-1993), um dos principais introdutores do proselitismo midiático no meio evangélico brasileiro. Oriundo de uma família metodista canadense, McAlister teve contato com o pentecostalismo por intermédio de seu pai, Walter E. McAlister, que recebeu o dom de línguas no movimento da rua Azusa e foi superintendente da Conferência Geral Pentecostal do Canadá. Robert McAlister, quando ainda novo, participou do Fundo de Missões Mundiais, organizado pelos pentecostais canadenses, atuando em Hong Kong. O missionário veio ao Brasil em 1958 a convite de Lester Sumrall, em um evento realizado no Maracanãzinho, na cidade do Rio de Janeiro, e, desde então, passou a sedimentar sua atuação no país.

Nos Estados Unidos as programações religiosas no rádio tiveram início ainda na década de 1920, enquanto que no Brasil, a partir dos anos 1960, este fenômeno ganhou força. McAlister foi um dos maiores representantes da inserção das programações pentecostais nas mídias. Apresentou na Rádio Copacabana, “A voz da Nova Vida”, e na rádio Relógio o “Café Espiritual”, programas que lhe garantiram grande popularidade. Até 1971, enquanto o templo da Igreja Nova Vida ainda era construído, sediou os cultos de sua comunidade no auditório da ABI, atendendo um público majoritariamente de classe média. McAlister escreveu diversas obras acerca do comportamento, fé e prática pentecostal, sendo, no Brasil, o precursor na produção de livros que desferem ataques a religiões de matriz africana. Entre essas produções, encontra-se sua obra escrita em 1968, chamada *Mãe de Santo*, que narra a história de Georgina Aragão dos Santos Franco, uma ex-líder do candomblé e da Umbanda, convertida na igreja de Nova Vida. Esse tipo de produção foi replicada por outros pastores pentecostais brasileiros, que passaram a despender esforços na comercialização de livros em confronto a religiões de matriz africana.

McAlister teve aparições em eventos no Brasil, na igreja Assembleia de Deus e na Cruzada Nacional de Evangelização, entre os anos de 1955 e 1958. Em 1960, fixou-se no Rio de Janeiro para tomar conta dos projetos de sua igreja, que inicialmente se chamava Igreja Pentecostal de Nova Vida. A retirada da palavra pentecostal do nome da instituição é apontada como uma recomendação divina recebida por McAlister, no entanto, este detalhe pode ser interpretado como uma clara demonstração de afastamento das denominações pentecostais tradicionais. Com a morte do líder fundador, em novembro de 1993, o comando da igreja passou

por disputas. O filho de McAlister, Bispo Walter McAlister, assumiu o posto no lugar do pai, no entanto, foi rapidamente contestado devido a sua suposta inabilidade e carisma para o cargo. A disputa causou uma cisão na comunidade, levando o herdeiro a fundar a igreja Nova Aliança e deixando a Nova Vida nas mãos do antigo parceiro de seu pai, Tito Oscar. Esses conflitos, somados ao fato de a instituição ter o foco de sua atuação nos extratos da classe média, fez com que a igreja parasse de crescer durante os anos 1990, perdendo assim grande parte de sua força dentro do campo evangélico.

Foi na Nova Vida que Edir Macedo conheceu sua esposa, Ester Bezerra, ainda jovem e vinda de uma família tradicional dessa comunidade religiosa (BEZERRA & TAVOLARO, 2016). Quando se converteu ao pentecostalismo, Macedo tornou-se entusiasta da noção de propagação da fé cristã e engajou-se em trabalhos missionários. Seus objetivos, no entanto, foram cerceados por líderes da Nova Vida que tinham outras estratégias para o desenvolvimento da igreja. Essa postura causou desconforto no jovem religioso e em alguns de seus companheiros, levando-os ao rompimento com a Igreja (FREESTON, 1993).

### **1.5 - Família, família, negócios à parte: a formação da Igreja Universal do Reino de Deus**

Ao sair da instituição onde se converteu ao pentecostalismo, Edir Macedo buscou fundar sua própria denominação. Associando-se a outros dissidentes da Igreja de Nova Vida, deu início ao projeto da *Cruzada do Caminho Eterno*. Participaram desse processo seu cunhado Romildo Ribeiro Soares – casado com Maria Magdalena Bezerra –, Roberto Augusto Lopes e os irmãos Samuel e Fidélis Coutinho. Após conflitos com os líderes Fidélis e Samuel Coutinho, R.R. Soares, Macedo e Lopes romperam com o movimento inicial e fundaram, em 1977, a Casa da Bênção, que, posteriormente, seria chamada de Igreja Universal do Reino de Deus. Essa questão revela um ponto destacado por Carlos Rodrigues Brandão, relativo aos processos de dissidência entre as igrejas evangélicas brasileiras: “Se alguma coisa é realmente estável no mundo da religião, essa coisa é a dialética de sua constituição, onde a Igreja conquista o sistema e gera a seita que vira a Igreja que produz a dissidência” (Brandão, *apud* Mariano, 2014, p.55).

Sem muito poder de influência à frente do movimento protagonizado por R.R. Soares, Macedo pregou durante muito tempo em coretos de praças da cidade do Rio

de Janeiro até ter apoio financeiro de sua mãe para alugar um salão no bairro da Abolição, na capital fluminense, onde, anteriormente, funcionava uma funerária, e enfim consolidar um local para o início das atividades da Universal (MACEDO & TAVOLARO 2012). A fama da igreja cresceu, em grande medida, por conta da teologia disseminada nos cultos com enfoque na cura divina, expulsão de espíritos e ênfase na prosperidade material dos frequentadores. Além disso, destacava-se o uso da linguagem coloquial nas pregações, bem como o perfil das lideranças da igreja: “A persuasão do bispo aliava-se ao seu carisma, combinação que seduzia ainda mais novos frequentadores. Edir Macedo tinha cabelos compridos. Fotos antigas registram-no comandando cultos e batismos com uma farta cabeleira” (TAVOLARO, 2007). A igreja diferenciava-se das demais trazendo novidades em seus cultos, ao não exigir de seus membros comportamentos, práticas e vestimentas tradicionais, abrindo a possibilidade de um comportamento moral mais flexível aos fiéis.

Ao passo que a igreja se desenvolvia, o grupo que administrava a instituição se desentendia em relação aos rumos da instituição. Tido como um pregador mais experiente do que os demais, R.R. Soares era quem administrava as principais ações da denominação. No entanto, pouco a pouco, Edir Macedo foi conquistando destaque à frente da igreja, principalmente, quando passou a divulgar a IURD na programação da rádio Metropolitana do Rio de Janeiro. Sentindo-se escanteado em relação às decisões tomadas, Soares confrontou as ações do cunhado. Macedo relata que agiu com distinta humildade em relação a seu companheiro de IURD, lembrando-se de um episódio onde teria se voluntariado para dividir a liderança da igreja: “Soares, vamos formar uma Igreja nova que transmita vida e fé para o povo como nunca aconteceu antes. Vamos abrir as portas de um lugar que transforma as pessoas de verdade - disse para ele, motivado - você pode ser o presidente e eu, o vice - convidei” (MACEDO & TAVOLARO, 2012, p. 215). Todavia, a postura de Macedo não pareceria ser tão passiva conforme expõe em seus relatos, pois apesar de Soares assinar as atas da Igreja na função de primeiro-secretário, enquanto seu cunhado era o segundo, as principais decisões relativas aos rumos da instituição passaram a estar quase sempre de acordo com as estratégias de Macedo.

Com a disputa entre diferentes propostas para o crescimento da igreja, Edir Macedo sugeriu uma votação com os 15 pastores da IURD, com o objetivo de eleger o projeto vencedor e, conseqüentemente, o líder da igreja. Por doze votos a três,

Soares e seu projeto foram derrotados. Contrariado, desligou-se da IURD, recebendo um ressarcimento financeiro e os direitos autorais das obras do pastor e teólogo estadunidense Thomas Lee Osborn (1923-2013). E foi assim que os cunhados seguiram projetos diferentes: Soares fundou, em 1980, uma nova igreja, enquanto Macedo consolidou sua hegemonia à frente da Universal. A nova denominação de R.R. Soares foi batizada de Igreja Internacional da Graça de Deus. O nome da igreja seguiu um referencial - já proposto anteriormente pela Universal - de enfrentamento ao poderio da Igreja Católica no país, visto que a Igreja de Roma é associada a uma igreja universal, que abrange a todos. Fortemente anticatólicos, as denominações de Macedo e Soares cresceram atacando frontalmente as práticas, credos e ritos católicos no Brasil e no mundo.

Pertencendo ao escopo do neopentecostalismo, a Igreja Internacional da Graça ascendeu utilizando o carisma de seu líder R.R. Soares e suas estratégias teológicas e administrativas. Assim, a ênfase na teologia da prosperidade e a composição de cultos voltados ao exorcismo e a cura divina fizeram com que a igreja conquistasse sua base de fiéis. A bem da verdade, grande parte do público da Igreja da Graça foi inicialmente composto por dissidentes da Universal ou de membros frustrados com a denominação presidida por Macedo. Soares, portanto, se valeu desses pontos para reforçar a rivalidade entre as duas denominações. Essa relação pouco amistosa, ao menos publicamente, entre os cunhados, marcou um ponto central no neopentecostalismo, a constante dissidência e disputa de fiéis entre as igrejas. Tal como uma concorrência de mercado, as igrejas passaram a atacar-se durante os cultos buscando deslegitimar umas às outras e conquistar a fidelidade de seus membros. Já do ponto de vista clerical, pastores e bispos, por vezes pouco prestigiados nas instituições e movidos pelo desejo de constituir suas próprias denominações, perpetuaram o processo de rompimento, gerando novas igrejas neopentecostais pelo país afora.

### **1.6 - A propaganda é a alma da igreja**

Em julho de 1980, Edir Macedo implementou o formato episcopal em sua igreja, sendo alçado ao posto de Bispo e secretário-geral da instituição. Com a liderança da IURD em suas mãos, traçou planos ambiciosos para o futuro da igreja, tais como a ampliação de suas obras no exterior e o investimento no proselitismo através dos meios de comunicação. Desde o início do projeto da IURD, Macedo

interessava-se por divulgar sua igreja em veículos de comunicação, ao menos foi o que atestou Manoel Francisco da Silva, fiel da igreja e ex-controlador da Rede Record nos Estados Unidos: “Ele sempre dizia que era preciso usar a fé com inteligência. E quando não havia sequer cinco minutos de rádio alugado, ele repetia que seria dono de uma emissora de televisão” (SILVA Apud MACEDO & TAVOLARO, 2007, p. 143). Primeiramente, Edir Macedo comprou quinze minutos na rádio Metropolitana do município do Rio de Janeiro para que pudesse transmitir suas mensagens. O horário mais tarde da noite não foi em vão, Macedo entrava no ar logo após o programa de uma mãe de santo e utilizava-se disso para aumentar sua audiência através do ataque frontal às religiões afro-brasileiras (MARIANO, 2014). É por conta dessa característica que Ari Pedro Oro (2007) conceitua a IURD enquanto uma “igreja macumbeira”, ou seja, uma instituição que traz para o seu universo religioso elementos da Umbanda e do Candomblé, mobilizando-os justamente no confronto a essas matrizes religiosas. Como exemplo linguístico desse processo, evidenciam-se expressões como “amarrar” e “despacho”, bem como o uso de vestimentas brancas e o manuseio de galhos de arruda.

O retorno obtido pela Universal com as programações de rádio foi meteórico, tendo em vista o aumento do número de pessoas que passaram a frequentar os templos devido aos convites realizados durante os programas. Os anúncios em veículos de comunicação são utilizados até hoje pela IURD, sendo possível afirmar que esse método de propaganda serviu para aumentar o número de simpatizantes e fiéis da igreja. Utilizando o jargão “pare de sofrer”, a IURD atraiu inúmeras pessoas dispostas a se livrar de problemas de saúde, financeiros ou conjugais. Nas propagandas da igreja na televisão encontram-se frases de efeito, intercaladas a depoimentos de fiéis que testemunham passagens de suas vidas, geralmente destacando o momento que procuraram ajuda na igreja e receberam alguma palavra das lideranças. Os temas das falas incorrem na maioria das vezes sobre cura de vícios, tais como bebida, drogas ilegais e jogos, além de cura de enfermidades diversas. Também estão presentes nos testemunhos dos fiéis casos relacionados ao restabelecimento da vida financeira, quando, após frequentar a IURD, o indivíduo passa a obter vasta prosperidade material, com aquisição de carros, casas e empresas. Além dessas temáticas, a igreja explora problemas relacionados à vida conjugal, ou seja, casais com problemas de relacionamento ou traição. Por fim, questões de saúde mental também são atacadas pela igreja, em propagandas que

prometem a cura para crises de ansiedade, depressão e pensamentos suicidas.

Dessa forma, as narrativas são mobilizadas para que histórias de “fracasso”, tornem-se grandes exemplos de sucesso quando influenciadas pela igreja. A mobilização da IURD cresce com a exposição midiática levando os telespectadores a irem até os templos e tornarem-se novos membros da instituição. O pesquisador Marco Túlio de Sousa (2014) apontou esse fenômeno em sua dissertação de Mestrado em Comunicação, onde debruçou-se sobre as narrativas religiosas da Igreja Universal nas mídias televisivas de Minas Gerais. De acordo com Sousa:

O programa, considerado por nós um dispositivo-religioso midiático, interpela os indivíduos a uma experiência de âmbito narrativo em que se procura promover uma “identificação-projeção” que objetiva capturar o indivíduo e fazer com que este vá ao templo tornando-se, posteriormente, um fiel (sujeito) da Universal. A primeira identificação se daria pela narrativa de fracasso: ao refigurar tal narrativa em sua experiência de “leitura” o indivíduo aproxima os problemas narrados (“mundo do texto”) dos seus (“mundo do leitor”), nesse processo ele é auxiliado pelos pastores, que por sua vez ampliam a abrangência dos depoimentos (SOUSA, 2014, p. 124).

Foi com essas estratégias que a IURD de uma simples programação na rádio carioca, ampliou sua força no setor de mídias, aumentando horários de programações e, posteriormente, adquirindo suas próprias estações, como a emissora Copacabana, em 1983. Em compasso ao crescimento de seus templos pelo Brasil e o início de trabalhos no exterior, expandiu seu poder midiático no final da década de 1980, comprando emissoras por oito estados brasileiros e consolidando-se, pouco tempo depois, como detentora de 40 emissoras (TAVOLARO, 2007). No ano de 1989, Macedo, encontrava-se nos Estados Unidos, local que desde 1986 tentava, sem muito sucesso, implementar a IURD. Com o atraso nos planos de expansão no exterior, Macedo retornou ao Brasil com objetivo de dar encaminhamento à igreja que experimentava um acentuado crescimento, representado pelo aumento no número de fiéis, que, entre 1980 e 1989, havia crescido aproximadamente 2.600% (MARIANO, 2004).

O Bispo transferiu a sede da Universal para São Paulo e deu andamento às investidas midiáticas da igreja, colocando em prática o que talvez tenha sido o passo mais decisivo para a consolidação de seu império. A ponto de fechar as portas por conta da enorme dívida que possuía, avaliada em cerca de 300 milhões de dólares, a TV Record, primeira emissora de televisão do país, foi colocada à venda por seus proprietários Silvio Santos e os representantes da família Machado de Carvalho. Em meio a diversos interessados na compra da emissora, Macedo decidiu entrar no

pleito e realizar um desejo antigo: conquistar uma rede televisiva para si. Convicto de que sua imagem poderia não ajudar na negociação, incumbiu o pastor Laprovita Vieira da missão de realizar as negociações, que obteve sucesso no processo, culminando em uma compra na quantia de 45 milhões de dólares (MACEDO & TAVOLARO, 2013). O processo seria ainda intermediado pelo empresário Alberto Haddad e contaria com a participação de um grupo que tinha conexões com a Igreja Católica, a Rede L&C de comunicações, que receberia 5% de toda a negociação.

A TV Record se tornou peça-chave nos empreendimentos da Universal, pois, ao gozar do privilégio de possuir uma importante emissora de televisão, o grupo pôde, enfim, conquistar um imenso alcance para a veiculação das suas mensagens. A estratégia utilizada pela igreja foi a de não transformar a Record em uma emissora essencialmente evangélica, visto que havia a necessidade de consolidar sua audiência. Dessa forma, conforme aponta Mariano:

O uso proselitista que a Universal faz da TV, embora seja diário e de maior duração comparado às igrejas concorrentes, é limitado. Conforme decisão de Macedo, apenas os horários do início e do final da programação da Rede Record, cujo principal cliente ainda é a Igreja Universal, são reservados para a transmissão de programas evangelísticos (MARIANO, 2014, p. 67).

A emissora manteve-se enquanto um canal de massas exibindo propagandas de produtos não consumidos ou evitados por evangélicos como bebidas alcoólicas, bem como as produções cinematográficas diversas, que transmitiam práticas e comportamentos destoantes ao modo de vida evangélico (LEITE, 2019). Aos poucos, programações religiosas passaram a ser incorporadas à grade da emissora fora do horário consagrado da madrugada para veiculação dos conteúdos da Universal. O resultado foi alcançado, na medida em que a Record se tornou a terceira maior emissora do país, iniciando nos anos 2000 suas produções de novelas e filmes sobre histórias bíblicas e sobre a vida e obra de Edir Macedo. Esse tipo de programação, mais do que objetivos evangelísticos, se propunha a atender a uma parcela significativa do público consumidor. Novelas bíblicas e programas de música gospel se tornaram financeiramente interessantes para emissoras que buscaram atingir esse crescente nicho do mercado<sup>47</sup>.

A estratégia de ocupação midiática tornou-se, portanto, prática constante de

---

<sup>47</sup> PAVÃO, Filipe. Vai na Fé, reality gospel: por que Globo passa a olhar para os evangélicos? *UOL*, Rio de Janeiro, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/01/20/vai-na-fe-reality-gospelpor-que-globo-passa-a-olhar-p-ara-os-evangelicos.htm>. Acesso em 20 mar. 2023.

diversas igrejas evangélicas, de maneira que a disputa entre o público fez com que líderes evangélicos protagonizassem episódios marcantes em rede nacional. Exemplo disso é a história de Valdemiro Santiago, que, em 1998, fundou a Igreja Mundial do Poder de Deus após romper com as lideranças da IURD. A história de um naufrágio que sofreu na Baía de Maputo, capital de Moçambique, fez com que o pastor se tornasse uma figura popular. O relato sobre o evento foi contado em detalhes no livro “O grande livramento”, publicado em 2009, onde Santiago afirma ter sido agraciado por um milagre divino, muito embora os corpos de outros dois pastores dos quatro que estavam na embarcação nunca tenham sido encontrados. O apóstolo, conforme é denominado em sua igreja, após dezoito anos de trabalhos na IURD, organizou uma nova instituição aos seus moldes, mantendo, é claro, os elementos iurdianos.

A Igreja Mundial utiliza da transmissão de cultos, em sua maioria centralizados na figura de Valdemiro Santiago, para arregimentar seu público cativo, tal qual a Universal e a Igreja da Graça. Estão presentes nessa denominação a ênfase na cura divina e o exorcismo, de maneira que o apóstolo assume nas celebrações um lugar icônico para os frequentadores da igreja. É comum nessa denominação a venda de objetos sagrados, bem como a distribuição aos fiéis de lenços usados por Valdomiro durante as celebrações. Os cultos são realizados com base em discursos simples, de modo que o apóstolo utiliza-se de inovações para atingir o campo evangélico, como um chapéu de caubói, além de falar sempre em uma linguagem coloquial com seu público, diferente do “inatingível” Edir Macedo. Assim, essa comunidade integra a lista das principais igrejas neopentecostais do país, que, apesar de suas singularidades, reúnem aspectos semelhantes entre si: a ênfase na cura; prática do exorcismo e da teologia da prosperidade; e a ocupação massiva dos veículos de comunicação e da política.

## **CAPÍTULO II - DO ALTAR AO PLENÁRIO: A IURD VAI À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Durante os anos 1990, a Igreja Universal ampliou sua atuação pública através de trabalhos desenvolvidos em diversas frentes, sendo que a política institucional foi um campo de destaque. Em busca de alianças, principalmente nas capitais dos estados do sudeste e da Bahia, a Igreja aproximou-se de diversos partidos políticos a fim de negociar e conciliar interesses nas campanhas de eleições para os cargos executivos. Essa aproximação se deu numa via de mão dupla, onde a procura também atendia aos interesses de grupos políticos tradicionais, visto que o eleitorado evangélico despertava o interesse de diversas legendas partidárias desde o período de redemocratização do Brasil nos anos 1980. De acordo com Freston (1993), o voto de cristãos, principalmente pentecostais, foi determinante na campanha e eleição de Fernando Collor de Mello (PRN) no segundo turno das eleições de 1989 para Presidente da República, contra o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Mobilizando discursos conservadores, com apelo ao moralismo, Collor anunciava em sua campanha eleitoral que enfrentaria os “marajás”. Tratava-se de uma ideia que pautava o combate à corrupção, colocando um alvo sobre o funcionalismo público e a classe política tradicional. Sendo um político oriundo da elite de Alagoas, a aparência jovial do candidato de 39 anos foi entendida como novidade em uma eleição que tinha a participação de figuras carimbadas da política nacional. O que não foi assimilado pelo eleitorado, em ação proposital da campanha do jovem candidato, foi a intensa relação da família Collor com setores tradicionais da política alagoana. Por sua vez, essa rede se estendia a diversos grupos de comunicação, incluindo a família Marinho, proprietária da Rede Globo de Televisão. A emissora abraçou a campanha de Collor, principalmente no segundo turno, quando desempenhou um papel decisivo para a sua vitória.

Collor alcançou o poder representando os anseios de uma classe dominante que via a possibilidade de alcançar um novo patamar de desenvolvimento por meio de uma concepção ideológica baseada na radicalização da livre iniciativa. É atribuída a ele uma frase segundo a qual governaria deixando a esquerda perplexa e a direita enraivecida. Na verdade, buscava reordenar a política mediante a negação da própria política, como fizera no processo eleitoral. Na prática, conquistou o poder forçando uma unidade das classes dominantes brasileiras em torno de uma ousada campanha de oposição, de um programa “modernizante” de caráter neoliberal e da valorização do medo da vitória das

forças de esquerda. (CARVALHO, 2012, p.71)

Num cenário marcado por campanhas intensas e diversos candidatos com chances percentuais no pleito, ocorreram as primeiras eleições diretas para presidência da República após o longo período ditatorial. Durante as campanhas, os debates entre os candidatos compuseram espetáculos com direito a performances marcantes para a história da televisão brasileira. Além de ser a estreia do formato na programação no Brasil, os debates reuniram políticos de orientações políticas diversas e com retóricas notadamente eloquentes. O primeiro debate foi realizado pela Rede Bandeirantes, sendo conduzido pela jornalista Marília Gabriela. Já nos primeiros minutos do programa ficou evidente seu ineditismo, pois a todo o momento a apresentadora tinha que intervir na exposição dos candidatos que se interrompiam e travavam discussões intermináveis. Os embates entre Leonel Brizola (PDT) e Paulo Maluf (PDS), marcaram os confrontos do primeiro turno, em que a pauta sobre a memória da ditadura e as perspectivas sobre o futuro da redemocratização brasileira era colocada em questão pelo candidato pedetista. Leonel Brizola, inclusive, era um dos favoritos para ir ao segundo turno contra Collor, no entanto, por uma margem mínima, Lula avançou. Na votação do primeiro turno Collor obteve 30,48% dos votos válidos, enquanto Lula avançou após uma diferença de apenas 0,68% para o terceiro colocado Leonel Brizola, que obteve 16,51%.

Sem dúvida o fato mais emblemático ocorreu no segundo turno daquelas eleições, quando os candidatos Lula e Collor ficaram frente a frente no encontro realizado pela Rede Globo. A oposição entre o PT e a Rede Globo era notória desde a fundação do partido, que tinha a democratização das mídias com uma de suas pautas centrais. Em 1989, durante os programas eleitorais da campanha de Lula, seu partido exibiu um quadro chamado “Rede Povo”, onde estampava a seguinte chamada: “aqui você vê que não vê na outra tv”<sup>48</sup>. A referência à Globo não parava por aí, de modo que o partido também utilizou uma logo em formato de globo terrestre e o tão conhecido efeito sonoro “Plimplim”. Além disso, a exibição de diversos artistas globais nos programas do partido tencionou o embate público. O ápice do conflito chegou no que ficou marcado como uma das maiores intervenções midiáticas da história política brasileira. Segundo o depoimento do ex-diretor da

---

<sup>48</sup> Meteoro Brasil. Como a Globo vence a eleição. Youtube, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=meteoro+brasil+elei%C3%A7%C3%A3o+de+1989&oq=meteoro+brasil+elei%C3%A7%C3%A3o+de+1989&aqs=chrome..69i57j33i160l3.5706j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:37a7330a,vid:MwWWq3UPgkg>. Acesso em 8 abr. 2023.

Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, conhecido como Boni, o debate eleitoral entre Lula e Collor teria sido modificado pela emissora durante a sua edição. Além disso, o produtor entrevistou na apresentação do candidato alagoano, acrescentando em sua pele mais “suor” à base de glicerina, afrouxando a sua gravata e acrescentando pastas à sua frente com supostas denúncias contra Lula – pastas nas quais o candidato apenas mexia, mas não expunha, pois nada havia ali. O objetivo era deixá-lo mais popular aos olhos do grande público.

Por fim, o debate foi gravado e a sua edição foi veiculada no Jornal Nacional e no Jornal Hoje, onde foram acrescentados dados que mostravam Collor em primeiro lugar em todas as pesquisas. Na edição feita pela emissora, Collor foi apresentado com uma postura combativa frente a Lula, cuja imagem era associada ao eleitor médio<sup>49</sup>. Enquanto Collor apresentava falas calmas e lúcidas, Lula parecia nervoso e confuso em suas exposições. Para Vianey Pinheiro, produtor da emissora à época, a edição feita pela emissora mais parecia uma peça publicitária<sup>50</sup>. Por ter sido realizado dias antes da eleição, o debate desempenhou um papel determinante para a vitória do político alagoano.

Durante o processo eleitoral, a Igreja Universal também se engajou fortemente na campanha pró-Collor. Nas vésperas do primeiro turno, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) retirou de dois templos da Universal, mais de duas toneladas de materiais da campanha de Collor. Os membros da IURD seguiam as orientações de Edir Macedo, que anunciou ter tido uma recomendação divina para apoiar o candidato do PRN: “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido” (Jornal do Brasil, 3.12.89, apud MARIANO & GIUMBELLI, 1992). A Universal expunha um desejo alinhado ao anseio de outras denominações evangélicas de ter um representante dos evangélicos na presidência da república, e naquelas eleições Collor parecia, se não a figura certa, uma opção mais viável do que o líder petista.

A campanha eleitoral de 1989, também se destacou pela possível candidatura do evangélico Íris Rezende, ministro da Agricultura no governo Sarney. O político pretendia candidatar-se pelo PMDB, contando com o apoio de empresários e

---

<sup>49</sup> Carvalho, Mário Cesar. A globo segundo Boni. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/tv\\_12.htm](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/tv_12.htm). Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>50</sup> Muito além do cidadão Kane. Direção: Simon Hartog. Produção: John Ellis. Reino Unido: Channel 4, 1993.

pastores de diversas denominações. Porém, a candidatura de Rezende foi interrompida quando o partido optou pela indicação de Ulysses Guimarães, fazendo com que o setor evangélico se mobilizasse pouco a pouco na direção de Collor devido à desaprovação aos outros nomes na disputa, principalmente de Lula. Grande parte das igrejas evangélicas posicionou-se contrária ao Partido dos Trabalhadores, associado frequentemente ao comunismo em crise em todo o mundo por conta do fim da União Soviética. Dessa forma, o antipetismo ganhava corpo em grupos conservadores, ao passo que a cúpula do PT tentava se aproximar de algumas lideranças evangélicas. O partido enfrentou esse mesmo desafio durante as eleições dos anos 1990, conseguindo firmar apoios pontuais de setores progressistas de protestantes ligados a Igrejas históricas, o que não foi suficiente para sedimentar uma base sólida entre o eleitorado evangélico.

Além do apoio a Collor, a Universal engajou-se em campanhas para a Câmara dos Deputados, conquistando no pleito de 1990 a eleição de três deputados federais. Em 1986, nas eleições para Constituinte, a IURD havia eleito um parlamentar para o Congresso, Roberto Augusto Lopes. Natural de Três Lagoas (MT), o parlamentar quando jovem foi jogador de futebol, encerrando sua carreira dos gramados em 1960, quando atuava pelo Bangu Atlético Clube, do Rio de Janeiro. Convertido ao pentecostalismo, tornou-se diácono na Igreja Nova Vida da cidade de Niterói, onde conheceu Edir Macedo. Juntos, romperam com a igreja de Robert McAlister e firmaram uma parceria na fundação da Igreja Universal<sup>51</sup>.

Na IURD, Roberto Lopes assumiu funções estratégicas, sendo o responsável por consolidar, em 1979, os trabalhos da Igreja na cidade de São Paulo. Também foi o responsável por nomear Edir Macedo como o primeiro bispo da Universal, logo quando a Igreja assumiu seu modelo episcopal. Em seguida, também foi alçado ao posto de bispo e passou a representar a IURD em viagens a Jerusalém, em Israel. O líder iurdiano formou-se em teologia pela Faculdade de Teologia Evangélica do Rio de Janeiro e, em 1984, assumiu o posto de vice-reitor da Faculdade Teológica da Universal do Reino de Deus, contando com o apoio de José Cabral de Vasconcelos, ex-membro da Igreja Metodista e doutor em Ciências da Educação. A entidade tinha como objetivo promover a formação de pastores da Igreja, no entanto, o projeto não

---

<sup>51</sup> Cf. Verbete Roberto Augusto Lopes. Rio de Janeiro:CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-augusto-lobes>. Acesso em 20 dez. 2021.

se manteve por muito tempo. Isso porque Macedo entendia que o pastor da IURD deveria ser prioritariamente “bom de conversa”, saber convencer as pessoas e ter boa conduta durante os cultos, sem ter a necessidade de uma formação intelectual :

Sete meses depois da inauguração e após Cabral ter se empenhado em motivar os futuros pastores a estudar disciplinas como hebraico, grego, interpretação da bíblia e arte da pregação, Macedo foi à escola e disse ter refletido e chegado à conclusão que mantê-la seria perda de tempo. Dedicando-se aos estudos, os trezentos matriculados “perderiam o fervor” (NASCIMENTO, 2019, p. 56).

Roberto Lopes era uma figura significativa para a Igreja estando à frente de programas na rádio Copacabana, do Rio de Janeiro, e do programa Despertar da Fé, transmitido à época na TV Bandeirantes. Tendo essa experiência, o Bispo foi o indicado por Edir Macedo para representar a igreja na política. Primeiramente, Lopes filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS-RJ), mas logo trocou a legenda pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-RJ), disputando as eleições de 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito no pleito com as credenciais de deputado mais bem votado do partido e o primeiro parlamentar eleito com a força da mobilização política da Universal. Segundo relatos de dissidentes da IURD, a indicação do nome de Lopes para a política fez parte de uma estratégia elaborada por Edir Macedo que buscava isolar o pastor do espaço eclesiástico por conta do seu prestígio dentro da instituição. Os atritos com Macedo levaram-no a sair da IURD no ano de 1987 e retornar para a Igreja de Nova Vida, sem deixar, é claro, de apontar suas críticas a Macedo: “Do que que ele era, quando a igreja começou, não sobrou nada” (LOPES apud NASCIMENTO, 2019, p. 64).

Durante a sua legislatura, Lopes assumiu a Vice-Presidência da subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Nas votações da Casa, destacaram-se os seus votos contrários à legalização do aborto, à estabilidade do emprego, à legalização do jogo do bicho e à criação do fundo de apoio à Reforma Agrária. O deputado ainda votou a favor da nacionalização do subsolo, da manutenção da unicidade sindical e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Essa última votação foi realizada na base da troca de favores, quando foram publicizadas à época as negociações realizadas entre Sarney e diversos políticos<sup>52</sup>. Por fim, Roberto Lopes não concorreu às eleições de 1990, dando

---

<sup>52</sup> Cf. Biografia Roberto Augusto Lopes. Brasília: Câmarados Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139349/biografia>. Acesso em 10 dez. 2021.

contornos finais à sua participação na política ao término do seu mandato em 1991. Fora da política, dedicou-se às atividades da igreja de Nova Vida, onde tornou-se bispo.

O engajamento na política institucional fez parte de uma estratégia de crescimento articulada ao longo dos anos pela Universal, que possibilitou a ampliação do seu poder de influência no âmbito público. Foi comum nos anos 1980 e 1990 a lotação de estádios de futebol e de avenidas em eventos organizados pelos iurdianos. Em 1992, a Igreja reuniu 170 mil fiéis no Maracanã e 120 mil no Morumbi no mesmo dia (MAFRA, 1998). Já no ano de 1998, a Igreja levou 184 mil pessoas ao Maracanã e outras 20 mil ao Maracanãzinho ao mesmo tempo<sup>53</sup>. Com o acesso a espaços públicos, a Igreja conseguiu pautar sua agenda e interesses, ao passo que também conquistou uma importante ferramenta para utilizar como defesa e ataque aos seus adversários notáveis: Igreja Católica; Rede Globo; e demais setores da imprensa e da política tradicional. Dessa forma, a política foi um meio de articulação de projetos da IURD que permitiu o estabelecimento de relações com diversos setores políticos e empresariais do país. Além disso, se configurou como a possibilidade de defender a liberdade para o exercício de suas práticas litúrgicas:

A preservação desta liberdade religiosa será o eixo organizador do discurso de boa parte destes representantes políticos e/ou religiosos, e também será a justificativa para a presença destes nas esferas de decisão no campo político e social. É possível identificar que este significante irá se sedimentar no decurso de toda trajetória deste segmento pós anos 1980, seja para demarcar posição frente à Igreja Católica ou para frear iniciativas em prol do respeito e de avanços na legislação, às minorias religiosas (de matriz afro-brasileira) e de gênero, respectivamente (SILVA, 2015, 107)

Dessa forma, a análise das campanhas eleitorais e da atuação parlamentar dos deputados iurdianos apresenta elementos valiosos para a compreensão da trajetória e da consolidação da Igreja Universal na sociedade brasileira. Realizando uma análise crítica dos discursos parlamentares, é possível relacionar suas enunciações aos contextos históricos, sociais e políticos dos eventos referidos, trazendo à luz articulações e práticas. Assim, traçamos reflexões acerca do projeto político da IURD e suas estratégias de consolidação, bem como destacamos seu conjunto de valores, pautas e visões acerca da sociedade e do papel da igreja na cena pública do país.

---

<sup>53</sup> Culto da Igreja Universal reúne mais de 184 mil pessoas no Maracanã. Folha de S. Paulo, 30 out. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/geral/ult30101999032.htm>. Acesso em 21 ago 2021.

## 2.1 - Terror para alguns, alívio para outros: a Universal e o governo Collor

Ao longo do tempo, a atuação política da IURD e sua associação com o poder rendeu importantes retornos para seus empreendimentos. A compra da TV Record foi o passo mais ambicioso para a promoção do nome da Igreja no cenário político-empresarial e para a sua consolidação no campo religioso brasileiro. Segundo relato do pastor Caio Fábio, ex-líder presbiteriano, ainda no início da década de 1990, Roberto Marinho teria se impressionado com as cifras mobilizadas pela Universal e, em uma conversa particular, teria lhe confessado: “Eu não consigo competir com essa commodity”<sup>54</sup>. Ao mobilizar um público engajado, a arrecadação da igreja alcançava cifras exorbitantes. As campanhas realizadas nos templos da IURD para a compra da emissora de televisão foram apoteóticas. Em um período de grave crise financeira no país, onde a inflação batia recordes diários, os palcos das igrejas eram tomados por dinheiro e diversos bens de valor, enquanto os pastores carregavam as ofertas em grandes sacos plásticos<sup>55</sup>.

E foi arrebatando multidões por todo o país que Edir Macedo lançou sua Igreja a um novo patamar ao ingressar no setor midiático brasileiro, comprando uma das principais emissoras da história da TV brasileira. A concessão da TV Record foi emitida no ano de 1992 em um dos últimos atos do ex-presidente Fernando Collor. Naquele momento Collor enfrentava seu processo de impeachment e encontrava-se em um profundo isolamento político. Segundo Macedo, no dia da assinatura da concessão, o ex-presidente estava “indignado com a Igreja Católica e a mídia, que, de uma hora para outra, deixaram de apoiá-lo”. (TAVOLARO, 2007, p. 176).

A proximidade da IURD com o governo Collor foi estabelecida ainda em sua campanha à Presidência da República. A Igreja não só declarou apoio ao candidato alagoano, como também embarcou na campanha por sua eleição. Edir Macedo continuou tendo seu nome ligado ao de Collor por outras vezes. Uma das principais associações foi estampada pela *Folha de São Paulo*, no dia 30 de dezembro de 1995, quando o ex-pastor da IURD Carlos Magno afirmou que, durante as negociações da compra da TV Record, os vendedores teriam exigido uma carta de

---

<sup>54</sup> Referência a fala do pastor Caio Fábio no evento promovido pelo Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da PUC-SP (Campus Monte Alegre), disponível no canal “Caio Fabio” do Youtube: [https://www.youtube.com/watch?v=55\\_urLOhCYg&t=2119s](https://www.youtube.com/watch?v=55_urLOhCYg&t=2119s). Acesso em 20 dez. 2021.

<sup>55</sup> Ver reportagem do programa jornalístico “Documento Especial”, televisionado na TV Manchete em 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wDjg01OC55s>. Acesso em 10 set. 2020.

fiança expedida por um banco para que o acordo fosse firmado. Essa condição dizia respeito à desconfiança que tinham em relação ao nome de Edir Macedo como possível comprador da emissora. Para solucionar o impasse, as lideranças da IURD procuraram Fernando Collor, que recebeu os religiosos em Brasília. Segundo Carlos Magno, o Presidente para ajudar os iurdianos teria colocado seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, à frente do caso:

Três dias depois, numa reunião entre a Universal e os antigos donos da Record, Paulo Machado de Carvalho Filho teria alertado Silvio Santos sobre um telefonema dado por PC a Guilherme Stoliar.

No telefonema, PC teria dito que Collor era sócio de Edir Macedo na compra da emissora. Com a informação, Silvio Santos teria concordado em manter o negócio, sem a necessidade de um avalista. Segundo Miranda, Macedo e Collor voltaram a se encontrar "várias vezes" depois disso<sup>56</sup>.

Todas as informações prestadas por Carlos Magno à justiça e à imprensa são sensíveis e delicadas, exigindo, portanto, cautela na análise. Trata-se de denúncias que, em sua maioria, não tiveram sustentação material ao longo do tempo. De toda forma, o nome de Edir Macedo realmente sofreu grande resistência por parte dos negociadores da Rede Record no período de compra da emissora, sem contar que o líder da IURD reuniu-se por diversos momentos com Collor. Conforme expôs o jornalista Douglas Tavolaro, durante a campanha eleitoral de 1989, a única exigência feita ao político alagoano para que recebesse o apoio iurdiano à sua campanha à Presidência era permitir que o Bispo fizesse uma oração na posse do político (TAVOLARO & LEMOS, 2007). A proximidade da Universal junto a Collor renderia ainda mais frutos para a Igreja em sua empreitada pela compra da TV Record. Em 1990, em um novo momento de crise no processo de compra da emissora, Edir Macedo relata ter recebido um auxílio durante o governo, só que, dessa vez, ao seu ver, vindo dos céus:

Um dia após a posse do presidente Fernando Collor de Mello, uma sexta-feira, meio da tarde, pontualmente no dia 15 de março de 1990, o fiapo de uma luz gigantesca. O plantão de notícias na televisão anunciava, ao vivo, o lançamento do Plano Collor. Foi o mais ambicioso e drástico pacote econômico criado para vencer a inflação. Um plano tão radical em suas medidas e tão doloroso no bolso de quem possuía algum dinheiro guardado no banco.

[...] O pacote econômico, que se transformou em terror para a maioria dos brasileiros, virou um alívio para mim. (MACEDO & TAVOLARO, 2013, p. 54).

A instabilidade da economia brasileira levou o governo a um plano complexo e desastroso que, entre outras medidas, confiscou o dinheiro guardado na caderneta

---

<sup>56</sup> GUIBU, Fábio. Collor Viabilizou compra da Record, diz pastor. *Folha de São Paulo*, 30 dez. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/30/brasil/28.html>. Acesso em 20 dez. 2021.

de poupança de milhões de brasileiros que possuíam um valor acima de 50 mil cruzeiros. A medida não resolveu a questão da crise econômica e gerou ainda mais instabilidade social para o país com a desaprovação em relação ao governo. Conforme atestou Macedo, o que foi um problema para os brasileiros acabou sendo a sua solução. Embora a Universal tivesse desembolsado 14 milhões de dólares no momento da compra da emissora, em 1990 penava para quitar as demais parcelas que restavam: um total de US\$ 31 milhões. Mediante a dificuldade da igreja em saldar a dívida, Silvio Santos teria pressionado os negociadores da IURD para que devolvessem a emissora em troca da devolução de parte da quantia paga. Foi durante esse período que Macedo afirma ter sido auxiliado: “Fui salvo pelo gongo. O Plano Collor só ajudou a mim no Brasil inteiro, mais ninguém. Sorte? Acaso? Coincidência? Cada um acredite no que quiser. Eu tenho certeza de que foi Deus” (TAVOLARO, 2007, p. 159).

Com a efetivação do projeto econômico do governo, o dólar se desvalorizou e, conseqüentemente, reduziu o valor das parcelas para a compra da Record. Por fim, a igreja conseguiu saldar os débitos pela compra da emissora e as demais dívidas astronômicas que a instituição possuía. Já a boa relação da IURD com o governo não se manteve por conta da derrocada de Collor na perda de praticamente todos os apoios dos setores públicos às vésperas de sua destituição.

Chegava ao fim um governo desastroso marcado pelo agravamento da crise brasileira através da desindustrialização do país e da ausência de planejamento. Além disso, conforme aponta o historiador Rodrigo de Carvalho, somaram-se à conta negativa da gestão feita por Fernando Collor, o fato de ter transformado seu poder em propriedade privada através do patrimonialismo empregado. No entanto, mesmo fracassando, seu governo foi responsável por iniciar mudanças econômicas sensíveis, substituindo o modelo de dirigismo estatal conservador por uma perspectiva neoliberal, pautada nas seguintes características:

Controle da inflação baseado em cortes de gastos públicos; enxugamento da estrutura do Estado, com a diminuição de seu papel na economia; defesa das privatizações como forma de reduzir o papel do Estado, valorizar os mercados e comprimir os gastos públicos. (CARVALHO, 2012, 162).

Apesar do fracasso do governo Collor, o modelo neoliberal seguiu por toda a década de 1990, de modo que o apoio da IURD a esse projeto político-econômico quer seja por pragmatismo ou por alinhamento ideológico ao endossar os governos e articular-se no entorno de suas agendas. A reflexão que surge é, se ao final desta

década, os benefícios para a classe trabalhadora, maioria entre o público atendido pela IURD, foram de fato contemplados pelas medidas dos governos apoiados pela cúpula da igreja.

## **2.2- Os três mosqueteiros iurdianos: Aldir Cabral, Laprovita Vieira e Luiz Moreira**

Inserida no setor de mídias e organizando uma grande teia de relações políticas, a IURD lançou-se ao pleito de 1990 com mais afinco, investindo principalmente no eleitorado de dois estados onde tinha grande engajamento de fiéis, Rio de Janeiro e Bahia. Assim, foram eleitos para o Congresso Nacional os deputados Aldir Cabral (PTB-RJ) e Laprovita Vieira (PMDB-RJ), pelo estado do Rio de Janeiro, e Luiz Moreira (PTB-BA) pelo estado da Bahia. Os três foram responsáveis por sedimentar o solo do parlamento para a atuação da igreja, utilizando seus mandatos para defender a Universal em ocasiões oportunas.

Não é possível analisar de maneira crítica a trajetória parlamentar de um determinado político sem compreender sua trajetória pessoal e política. Além disso, é fato que a Igreja Universal articulou alianças locais para que fosse possível levar seus candidatos às Casas Legislativas do país. Para tal, esses candidatos detinham características importantes para que fossem viáveis não só eleitoralmente, como também durante seus mandatos. Além disso, possuíam identidades próprias, associadas, principalmente, à profissão, estado de origem e causas pessoais as quais defendiam enquanto bandeiras importantes. Assim sendo, frisamos que desassociar os sujeitos de suas identidades, como se fossem reduzidos ao longo dos mandatos a meros instrumentos da Igreja Universal no poder Legislativo é raso. Compreendê-los da maneira mais ampla possível, abarcando suas trajetórias biográficas, é uma opção teórico-metodológica que abre novos novos horizontes para nossas análises.

Aldir de Araújo Cabral nasceu em 12 de março de 1948, na cidade do Rio de Janeiro, à época capital do Brasil. Filho de Arlindo Araújo e Deolinda Cabral de Araújo, se formou na faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao encerrar a faculdade, seguiu carreira como agente e delegado da Polícia Federal do Rio de Janeiro e, posteriormente, ocupou o cargo de chefe de seção da Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira, na cidade de Nova Iguaçu. Membro de longa data da Universal, foi um dos indicados para disputar as eleições de 1990 para a

Câmara dos Deputados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-RJ).

Obtendo vitória no pleito, assumiu o primeiro de outros três mandatos que ainda teria como deputado federal<sup>57</sup>. Cabral integrou as comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (1991-1992) e de Defesa Nacional (1991-1995). Compôs ainda a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, comissão esta que despertou o interesse de todos os deputados iurdianos devido às acusações de supostas relações de membros da Universal com narcotraficantes colombianos. O político ainda ocupou a suplência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (1991-1992).

Por conta de sua profissão como delegado de polícia e o local por onde se elegeu, Aldir Cabral manteve-se ativo em debates relacionados à segurança pública e ao estado do Rio de Janeiro. Atuou na comissão especial que analisou o projeto que propôs a reorganização da polícia e na CPI do Sistema Penitenciário Brasileiro. Entre seus principais posicionamentos, foi favorável ao fim do voto obrigatório e acenou positivamente pela abertura do processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que na ocasião foi acusado pela CPI que investigou as denúncias de corrupção de Paulo César Farias, por crime de responsabilidade<sup>58</sup>.

Em seu primeiro discurso, realizado na sessão do dia 19 de março de 1991, durante o Pequeno Expediente, Cabral apontou que entre os principais assuntos que iria se debruçar durante seu mandato estariam aqueles relacionados ao estado do Rio de Janeiro que, segundo o deputado, encontrava-se em situação calamitosa. De maneira genérica, atribuiu como as demandas prioritárias para o estado carioca e para o país: “habitação”, “saneamento”, “transporte”, “saúde” e “educação”. Destacando sua “formação humanística” e apresentando-se enquanto um “homem de fé inquebrantável”, demarcou seu interesse nos assuntos ligados à segurança pública:

Ostentando, com orgulho, a condição de servidor da Polícia Federal, aproveitarei a longa experiência e conhecimento acumulados sobre essa área, para propor ações capazes de aprimorar o árduo e penoso trabalho dos que combatem o crime e procuram proteger a sociedade, muitas vezes incompreendidos e abrangidos em uma generalizada e distorcida imagem

---

<sup>57</sup> Cf. Verbete Aldir de Araújo Cabral. Rio de Janeiro:CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aldir-de-araujo-cabral>. Acesso em 20 dez. 2021.

<sup>58</sup> Cf. Biografia Aldir Cabral. Brasília: Câmarados Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74828/biografia>. Acesso em 10 dez. 2021.

apropriada apenas a pequena parcela de maus policiais<sup>59</sup>.

Outro representante da Igreja Universal no parlamento no mesmo período foi Odenir Laprovita Vieira. Filho de Agenor de Sousa Vieira e Maria Laprovita Vieira, nasceu em Vassouras (RJ), em 1938. Laprovita Vieira teve diversos cargos de confiança dentro dos projetos midiáticos da Igreja Universal. Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-RJ), elegeu-se Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, contando com forte engajamento das zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro<sup>60</sup>.

Durante seu primeiro mandato, o político carioca atuou em agendas próximas aos governos Collor e Itamar. Foi membro titular da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, e também atuou na CPI que investigou a impunidade de traficantes e o consumo de drogas no país. Votou a favor da criação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE). Também foi favorável à abertura do Impeachment de Collor e, diferentemente de Aldir Cabral, posicionou-se contra o fim do voto obrigatório<sup>61</sup>.

Em seu primeiro discurso, proferido no dia 11 de abril de 1991, durante o Pequeno Expediente, Laprovita Vieira saiu em defesa da IURD expondo aquele que seria um dos principais temas de seu primeiro mandato, sendo o parlamentar que mais defendeu a igreja no plenário. Num discurso de ataque ao *Jornal da Tarde* de São Paulo<sup>62</sup>, o deputado defendeu Edir Macedo a quem chamou de “líder espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus”. Segundo Vieira, as reportagens do jornal feriram a “honra de um brasileiro digno” ao fazer uma “Campanha que não se baseia em fatos, mas em suposições, o que demonstra que interesses inconfessáveis estão fazendo da manipulação da opinião pública uma arma totalitária”<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> CABRAL, Aldir. Discurso parlamentar em comunicações livres. Brasília: Câmara dos deputados, 19 mar. 1991, p. 2203. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20MAR1991.pdf#page=77>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>60</sup> Cf. Verbete Odenir Laprovita Vieira. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/odenir-laprovita-vieira>. Acesso em 20 dez. 2021.

<sup>61</sup> Cf. Biografia Laprovita Vieira. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74855/biografia>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>62</sup> A reportagem comentada por Laprovita Vieira não foi localizada, mas em compasso a demais discursos e aos acervos do jornal *Folha de São Paulo* e *A Manchete*, localizamos posicionamentos por parte da imprensa de exposição da IURD em longas reportagens. Além disso, em outros momentos das legislaturas, os deputados se posicionaram frente a reportagens de outros jornais que expunham publicamente a IURD. A bem da verdade, conforme apontou Freston (1993), muitas notícias utilizavam discursos estereotipados sobre os evangélicos e tons pejorativos. Macedo foi constantemente tratado como “bispo”, entre aspas, como uma forma de deslegitimar a atribuição da igreja, bem como os fiéis da IURD foram associados a pessoas influenciáveis e ignorantes.

<sup>63</sup> VIEIRA, Laprovita. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 11

Na mesma sessão, Aldir Cabral também teceu críticas ao *Jornal da Tarde*. O deputado em uma breve exposição no Pequeno Expediente repudiou uma reportagem feita pelo referido jornal, que em sua visão teria sido feita sem a devida aferição dos fatos. Isso porque o texto colocava em questão a nova administração da Rede Record devido a uma dívida adquirida ainda na antiga gestão da emissora. A renegociação da dívida teria sido intermediada pelo Banespa junto aos novos proprietários e segundo Cabral: “Como se tratava de um acordo compatível com as regras de mercado, a Justiça de São Paulo aprovou-a”<sup>64</sup>. Vale ressaltar que momentos como esse foram constantes ao longo das legislaturas, onde os deputados buscaram defender constantemente as instituições e personalidades ligadas à Universal.

O terceiro deputado eleito em 1990 foi Luiz Moreira, o primeiro deputado federal eleito pela IURD no estado da Bahia e peça-chave do trabalho da Igreja na região. Uma reportagem da *Folha de São Paulo*, de 22 de outubro de 1995, anunciava os feitos da igreja até aquele momento no estado: “sete emissoras de rádio, sendo duas FM e cinco AM”<sup>65</sup>. Além disso, a IURD já havia construído 150 templos na região, eleito dois vereadores em Salvador e uma deputada estadual, Zelinda Novaes (PFL- BA), e, é claro, o deputado federal Luiz Moreira. Na Bahia, entre as estratégias da IURD estava a incorporação da cultura local, principalmente do axé music – ritmo que crescia fortemente no período – às canções dos cultos. Além disso, a igreja empregava um discurso agressivo em relação às religiões de matriz africana muito presentes, principalmente, em Salvador, caracterizando-as como “rituais do demônio”<sup>66</sup>. Apesar do embate, a IURD emergiu neste estado, conquistando uma grande parcela de católicos, ao passo que estabeleceu relações com a elite política local.

Luiz Moreira da Silva, nascido em Jequié (BA), em 25 de janeiro de 1928, filho de Francisco Senhorinho da Silva e de Eurides Moreira Silva, teve uma extensa

---

abr. 1991, p. 3674. Disponível em:  
<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12ABR1991.pdf#page=100>.

Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>64</sup> CABRAL, Aldir. Discurso parlamentar em comunicações livres. Brasília: Câmara dos deputados, 02 maio 1991, p. 5195. Disponível em:  
<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03MAI1991.pdf#page=81>.

Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>65</sup> SANTIAGO, Vandek. Universal cresce na BA chamando culto afro de “ritual do demônio”. Salvador: Folha de São Paulo, 22 out. 1995. Disponível em:

[https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/22/caderno\\_especial/17.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/22/caderno_especial/17.html). Acesso em 20 dez. 2021.

<sup>66</sup> *Ibidem*, 1995.

carreira profissional até ingressar na vida pública. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, em 1953, e cursou a Escola de Saúde do Exército, na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, atuou durante 13 anos no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e no Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Moreira teve grande proximidade com a área de saúde das forças armadas, onde se formou oficial médico, em 1966, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército. No âmbito militar, em 1968, ficou à frente da presidência do Conselho Permanente de Justiça do Exército. Teve ainda funções administrativas na área da saúde, sendo fiscal administrativo no Hospital Geral de Salvador; chefe de Grupamento Médico da Capital, em 1971; diretor do Hospital geral de Fortaleza, em 1973; e dirigiu o Hospital Geral de Salvador (1975-1980) e o Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia (1980-1983)<sup>67</sup>.

Antes de ingressar na política, Moreira assumiu a direção regional do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) do estado da Bahia. Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-BA), elegeu-se deputado federal no pleito de 1990 e, em compasso com sua trajetória, engajou-se nas comissões parlamentares de inquéritos que se debruçaram sobre as relações do Ministério das Telecomunicações e das Telecomunicações Brasileiras STA. (Telebrás) no processo de venda da NEC do Brasil S.A. Em 1993, Moreira transferiu-se para o Partido da Frente Liberal (PFL-BA) e assumiu a vice-presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e fez viagens oficiais ao Iraque sob a justificativa de compreender as implicações da Guerra do Golfo<sup>68</sup>. Moreira, em posição contrária aos seus colegas iurdianos, foi um dos 38 deputados que votaram contra o processo de impeachment do presidente Collor. Este voto revela a grande proximidade do parlamentar com a elite política da Bahia, representada por sua lealdade a Antônio Carlos Magalhães. ACM, político historicamente considerado um dos coronéis da política baiana, foi um dos maiores aliados e um dos únicos políticos que permaneceu ao lado de Collor em oposição ao seu processo de impeachment.

---

<sup>67</sup> Cf. Verbete Luis Moreira da Silva. Rio de Janeiro:CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-moreira-da-silva>. Acesso em 20 dez. 2021.

<sup>68</sup> Cf. Biografia Luis Moreira. Brasília: Câmarados Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74632/biografia>. Acesso em 10 dez. 2021.

Já em sua primeira enunciação na Câmara, no dia 12 de março de 1991, Luiz Moreira comentou a alteração promovida pela Receita Federal na cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). O tributo, que anteriormente era cobrado pelo Incra, na ocasião, modificou a forma de pagamento dos trabalhadores rurais, criando, na visão do parlamentar, uma burocracia que fez aumentar a evasão de pagamento do mesmo. De acordo com Vieira - que se apresentou como um “proprietário rural” de uma pequena propriedade a qual chamou de “kitchenette rural” - no modelo anterior o formulário de pagamento chegava até a residência dos proprietários, de modo que, na nova forma, os documentos passaram a ser enviados para os bancos da cidade, que, por vezes, ficavam em locais distantes. O tema debatido por Moreira expressa a característica marcante da legislatura do deputado onde este se debruça por temáticas variadas, em sua maioria, é bem verdade, relacionadas ao seu campo de atuação profissional anterior, a área da medicina. Além disso, Moreira foi o deputado que mais discursou em sessões da Câmara dos Deputados tanto em Pequenos como em Grandes Expedientes, se comparado aos iurdianos durante o período analisado de 1991 a 1999<sup>69</sup>. Enquanto Aldir Cabral fez 117 discursos e Laprovita Vieira 87 exposições, Luiz Moreira proferiu 183 discursos<sup>70</sup>.

Ainda durante sua primeira participação em discursos no plenário, Moreira também fez um aparte na fala de José Falcão (PFL-BA). Em seu discurso proferido no Grande Expediente, Falcão discorreu sobre os problemas de seu estado, com enfoque na região de Feira de Santana, anunciando com entusiasmo a posse de Antônio Carlos Magalhães no posto de governador da Bahia no dia 15 de março de 1991. Em sua longa exposição, Falcão destacou a trajetória pública de Magalhães, afirmando:

Para felicidade da Bahia veremos retornar ao Governo do nosso estado, no próximo dia 15, o grande homem público Antônio Carlos Magalhães, que tem demonstrado o seu valor e a sua capacidade nos diversos cargos por onde tem passado. Se nesta própria Casa Antônio Carlos Magalhães se portou como um deputado combativo, foi, contudo, em cargos do Poder Executivo que mostrou a sua grande capacidade administrativa<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 12 mar. 1991, p. 1730. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13MAR1991.pdf#page=76>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>70</sup> Os três novos iurdianos eleitos em 1994, também discursaram muito menos do que Luiz Moreira no período até o final do mandato no início de 1999. Wagner Salustiano fez 21 discursos, enquanto Jorge Wilson proferiu 22 e Paulo De Velasco 17.

<sup>71</sup> FALCÃO, José. Discurso parlamentar em Grande Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 12 mar. 1991, pp. 1748,. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13MAR1991.pdf#page=76>. Acesso em 10 dez. 2021.

Na segunda parte da fala de José Falcão, Luiz Moreira solicitou o direito a uma intervenção e aproveitou para reiterar as palavras do colega de estado e partido. Concordou com a visão de Falcão em relação aos problemas sociais da Bahia e argumentou em favor de Antônio Carlos Magalhães, dizendo: “Temos esperança de que, na próxima sexta-feira, com a posse do Governador Antônio Carlos Magalhães – líder incontestado não só no nosso estado, mas uma figura de projeção no cenário nacional – a Bahia volte ao lugar de destaque que já ocupou”<sup>72</sup>. A postura em favor do governador da Bahia expõe já no início do mandato de Moreira a sua aproximação com essa liderança política e sua lealdade não apenas à IURD, mas também aos interesses do grupo político baiano que pertencia.

### **2.3 - O Bispo vai ao parlamento: A CPI do narcotráfico**

Diversos eventos marcaram o cenário político internacional e, conseqüentemente, o imaginário popular brasileiro durante os anos 1990. O colapso das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991) e a Guerra do Golfo (1990-1991) impactaram a geopolítica mundial; a internet avançou em seu processo de popularização e, em diversas partes do mundo, consolidaram-se as democracias liberais; e na América do Sul, a influência estadunidense se estabeleceu no plano das políticas neoliberais, referenciadas na experiência chilena da ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990).

No mesmo período o combate às drogas ocupou lugar central, principalmente no que se refere aos conflitos envolvendo cartéis latino-americanos. A tese da “guerra às drogas”, sedimentada pelo presidente estadunidense Richard Nixon, em 1972, balizou as políticas internacionais das décadas seguintes criando um discurso dual do qual países categorizados como produtores seriam uma ameaça aos países entendidos como meros consumidores de drogas. Nesse contexto, os Estados Unidos iniciaram diversas operações internacionais de combate ao tráfico de drogas, surtindo, assim, um demasiado efeito midiático e político e poucas conseqüências propriamente práticas na diminuição desse fenômeno:

Ainda que maniqueísta e reducionista, o discurso da “guerra às drogas” permitiu aos EUA considerarem-se “vítimas” de grupos ilegais provenientes de outros países, externalizando as “fontes” de um problema para, assim, acionar uma retórica de segurança nacional que, na linha dos efeitos dos processos de securitização estudados por Buzan et al. (1998), permitiu, com ampla chancela da sociedade estadunidense, ações excepcionais em nome da defesa do

---

<sup>72</sup> Ibidem, p. 1749.

Estado e da sociedade, tanto no plano interno (como o endurecimento das penas para traficantes e usuários, e consequente aumento do encarceramento) quanto no plano internacional, com intervenções policial-militares em países estrangeiros (RODRIGUES, 2012).

O entendimento presente na década de 1980 de que o Brasil seria um “país de trânsito” em relação ao consumo internacional de drogas, segundo Rodrigues (2012), não se sustentou, principalmente após o país despontar como um dos maiores consumidores de cocaína do mundo. Confirmando essa perspectiva, o debate sobre o narcotráfico e sua influência no Brasil foi levado à Câmara dos Deputados no ano de 1991. A CPI destinada a investigar a impunidade de traficantes de drogas e o crescimento do consumo no país, solicitada pelo deputado Moroni Torgan (PSDB-CE) através do requerimento nº 3 de 1991 e subscrito por 280 deputados, foi motivada após a divulgação dos resultados obtidos num levantamento feito pela Escola de Medicina Paulista. O documento destacou que 21,2% dos jovens brasileiros haviam feito uso de drogas no ano de 1987, chegando a 26,2% em 1989. Além disso, a disseminação do tráfico de drogas e a consequente sensação pública de impunidade foram destacadas pelo levantamento<sup>73</sup>.

As Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumentos de representação da sociedade previstas na Constituição Federal, no art. 58, § 3o, onde são apresentadas como espaços de investigações particulares à Câmara dos Deputados e ao Senado: “em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”<sup>74</sup>. Nesse sentido, esse tipo de comissão configura-se enquanto objeto de investigação que observa a prevalência de interesses coletivos. Conforme destacou o atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso:

Além do mais, a atuação da comissão há de restringir-se à esfera de estrito interesse público, embora no direito brasileiro, ao contrário dos sistemas italiano e espanhol, tal exigência seja implícita e não expressa. Nada obstante, seria inadmissível que se instalasse uma CPI para apurar fatos da vida privada de determinada pessoa, seja ela física ou jurídica (BARROSO, 2008).

---

<sup>73</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a impunidade de traficantes de drogas no Brasil, bem como o crescimento do consumo. **Relatório final**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991, 1v.

<sup>74</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 58, § 3º. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Desse modo, em 18 de abril de 1991, teve início a primeira sessão da CPI do Narcotráfico, que se estendeu até o dia 15 de novembro do mesmo ano. A Comissão foi presidida pelo deputado Elias Murad (PSDB-MG) e teve como vice-presidente o deputado Pauderney Avelino (PDC-AM). O relator foi o deputado Moroni Torgan, enquanto que Osmânio Pereira (PSDB-MG), Agostinho Valente (PT-MG) e Robson Tuma (PL-SP) foram os relatores substitutos. São muitas as perspectivas de análise sobre essa comissão, tendo em vista a participação de diversos deputados nas sessões e o aprofundamento de questões relativas à disseminação das drogas no Brasil. No entanto, destaca-se a convocação de Edir Macedo a uma sessão da comissão, bem como os desdobramentos de sua oitiva em outras sessões, de modo que nossa análise se atém sobre esse evento histórico específico.

A solicitação do comparecimento de Macedo à CPI foi feita pelo deputado Carlos Lupi (PDT-RJ), motivada pela reportagem do *Jornal do Brasil*, publicada no dia 27 de maio de 1991. A matéria colocou em questão a conduta de diversas lideranças da IURD ao entrevistar o ex-pastor da IURD, Carlos Magno de Miranda. Preliminarmente, chama a atenção a introdução da reportagem que afirma: “O pastor Carlos Magno, dissidente da Igreja Universal do Reino de Deus, ampliou suas acusações contra o chefe da seita, o bispo Edir Macedo”. O termo “chefe da seita”, referindo-se ao líder da IURD, revela o tratamento reservado pela imprensa do período à Igreja Universal. Esse tipo de referência, normalmente utilizada de forma pejorativa, contribuiu, em grande medida, para a defesa da tese de que o meio evangélico, especialmente a Universal, sofria algum tipo de perseguição. Isso porque “seita” é uma palavra comumente utilizada para designar movimentos religiosos minoritários e sectários com o objetivo de estigmatizá-los. Ricardo Mariano identificou em sua Dissertação de Mestrado o sentimento de perseguição existente entre o público evangélico, ao entrevistar 100 pessoas de comunidades evangélicas: “21 deles responderam nunca ter sofrido perseguição em razão de sua opção religiosa; 24 disseram sofrer problemas e perseguição com frequência; e 53 afirmaram que isso ocorria às vezes” (MARIANO, 2014, p. 79). O pesquisador destaca ainda que os fiéis compreendiam que a perseguição sofrida estava relacionada ao tratamento preconceituoso despendido pela sociedade em relação aos evangélicos.

Retornando à reportagem, Carlos Magno ainda expôs que por algumas vezes teria ficado desconcertado com ações referendadas pelo líder da IURD. Entre essas ocorrências, havia a denúncia de que a Igreja Universal teria recebido dinheiro

do narcotráfico, utilizado na compra da TV Record. Além disso, Edir Macedo também teria realizado por diversas vezes contrabando de ouro e remessa ilegal de dinheiro para os Estados Unidos. O aprofundamento dessas questões elevou o embate entre Magno e as principais lideranças da Igreja, fazendo-o romper com a instituição e a realizar uma série de denúncias na imprensa:

“Quis sair - afirma - mas descobri que não tinha de que viver. Os pastores são mantidos a pão e água exatamente para que o cativo continue e as rebeliões não ocorram”. Explica que daí em diante começou a ser visto como perigoso, apesar de o próprio Macedo o chamar constantemente de “nordestino ingênuo”. Mesmo assim, Carlos Magno explica que não pode ser afastado dos negócios, uma vez que era muito importante na hierarquia da igreja. Foi nesta condição que Macedo lhe telefonou prometendo um prêmio no princípio de 1990, uma viagem à Colômbia com mais alguns pastores e suas esposas “para descanso”<sup>75</sup>.

O tal prêmio recebido de Macedo foi justamente a viagem que gerou a principal queixa do ex-pastor da Universal. Segundo sua declaração à reportagem e, posteriormente, à Polícia Federal – durante o Inquérito que investigou a compra da TV Record –, Magno afirmou que o pastor Honorilton Gonçalves só lhe informou o real motivo da viagem quando desembarcaram na cidade de Bogotá: retirar US\$ 1 milhão doados por um traficante. Magno teria seguido viagem junto aos demais pastores até o retorno para o Rio de Janeiro e já nas dependências da rádio Copacabana, no Rio de Janeiro, questionou diretamente Macedo sobre o recebimento da quantia, ao passo que obteve a seguinte resposta: “Não é você que tem que dizer que é certo ou errado. Quem diz que é certo é o Espírito Santo”<sup>76</sup>.

O deputado Carlos Lupi, durante a convocação protocolada solicitando o comparecimento do líder da IURD, argumentou que a reportagem do *Jornal do Brasil* apresentava questões do interesse da CPI do Narcotráfico e aumentava a necessidade de investigação sobre as ações do líder religioso. Segundo o deputado, Edir Macedo não apresentava uma conduta respeitável, de modo que: “constantemente [ocupa] as páginas dos jornais por ser objeto de acusações que versam, de maneira geral, a respeito da utilização da boa fé do povo para o seu enriquecimento pessoal”<sup>77</sup>.

Na sessão do dia 6 de junho de 1991, Lupi protocolou o pedido de nº 056/91, solicitando o comparecimento de Macedo à comissão. Ocorre que alguns deputados

---

<sup>75</sup> NUNES, Terezinha. Novas denúncias contra o Bispo. *Jornal do Brasil*, 27 maio 1991. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&pagfis=42869](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=42869). Acesso em 05 abr. 2020.

<sup>76</sup> *Ibidem*, 1991.

<sup>77</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Ata da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a impunidade de traficantes de drogas no país, bem como o crescimento do consumo. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992. p. 18.

julgavam desnecessária a presença da liderança religiosa na CPI do Narcotráfico, tendo em vista as poucas informações divulgadas pela justiça a seu respeito. Osmânio Pereira argumentou que o comparecimento do Bispo não iria “acrescentar em nada, a não ser nas páginas de jornal e de televisão”<sup>78</sup>. Na mesma sessão do dia 10 de outubro de 1991, o deputado iurdiano Laprovita Vieira defendeu que as denúncias contra a igreja eram perseguições motivadas por interesses financeiros de dissidentes. Em seguida, provocando alguns adversários políticos ligados ao PT, que haviam criticado a cobrança de até 30% de dízimo dentro da IURD – o que poderia configurar crime de extorsão –, o deputado afirmou que os fiéis iam à igreja por vontade própria: “muitas pessoas vão deixar de entrar agora sábado (12/10/1991) no Maracanã, porque não vai comportar”<sup>79</sup>.

Por fim, no dia 22 de outubro de 1991, Edir Macedo compareceu à sessão da CPI do Narcotráfico. A reação de diversos deputados com a presença de uma figura como Macedo na Comissão evidenciou a imagem pública de uma igreja essencialmente midiática. Presidida pelo deputado Elias Murad, a sessão foi marcada por diversas discussões paralelas e inúmeras interrupções, principalmente daqueles que se incomodavam com as respostas evasivas e proselitistas de Macedo. O comportamento prolixo do Bispo pode ser identificado ainda na sua primeira exposição:

Mas nós levamos às pessoas uma palavra de estímulo, nós levamos às pessoas o conhecimento da verdade, o conhecimento que a faz não apenas em Deus, porque crer em Deus apenas não é suficiente, a pessoa tem que crer em Deus e tem que crer, em si mesma. Ela não tem que ficar na dependência exclusivamente de Deus, ela tem que depender de Deus, sim, mas também de si, parte é de Deus e parte é dela mesma<sup>80</sup>.

A repetição de trechos religiosos e respostas que continham comparações com histórias bíblicas incomodou muitos deputados que entendiam que o Bispo estaria utilizando essa narrativa como forma de fugir das perguntas propostas. Em contrapartida, outros deputados saíram em defesa de Macedo afirmando que as questões feitas pelos parlamentares eram complexas demais para serem respondidas de maneira estritamente objetiva, sendo direito do depoente apresentar sua linha de raciocínio da forma mais conveniente. Ressalta-se que durante a sessão Edir Macedo contou com a presença dos três deputados iurdianos e com o apoio em intervenções

---

<sup>78</sup> Ibidem, 1992, p. 158.

<sup>79</sup> Ibidem, 1992, p. 159.

<sup>80</sup> Ibidem, 1992, p. 162.

feitas pelos deputados Arnaldo Faria de Sá<sup>81</sup>, Costa Ferreira<sup>82</sup>, Francisco Silva<sup>83</sup>, Orlando Pacheco<sup>84</sup> e Salatiel Carvalho<sup>85</sup>. Com isso, o Bispo utilizou a sua primeira oportunidade de fala para confrontar os motivos que o levaram à CPI, seguindo a mesma linha discursiva dos deputados iurdianos. Pontuou que a sua presença naquela comissão fazia parte de um processo de perseguição perpetrado contra a Igreja Universal, e que esse tipo de ação estava relacionado a uma indisposição pública com uma igreja de caráter nacional:

Qual é a agressão que eu tenho feito a este País? Que mal eu tenho feito ao País? As nossas concentrações são completamente cheias. Por que isso? Os senhores hão de notar, - e eu naturalmente creio, tenho certeza da inteligência do nosso povo, especialmente dos nobres Deputados desta Comissão - de que é possível se enganar o povo um tempo, é possível se enganar o povo dois tempos, mas, não é possível enganar o povo todo tempo. E a Igreja Universal do Reino de Deus vem trabalhando há catorze anos, há catorze anos nós temos trabalhado, e onde está o nosso erro? Qual é a nossa falha? Qual é o nosso pecado?<sup>86</sup>

A fala revela a postura e o tom que foram utilizados pelo Bispo durante toda a sessão. Suas respostas foram organizadas numa linha narrativa que destaca os trabalhos da igreja, seus principais feitos e sua atuação junto a multidões durante a expansão da IURD. Na esteira de uma análise sobre as estratégias discursivas mobilizadas pelas lideranças iurdianas, destaca-se o engajamento dos deputados iurdianos em suas ações na Câmara dos Deputados. Assim, se faz necessário retornar ao primeiro discurso parlamentar de Laprovita Vieira, numa sessão do Pequeno

---

<sup>81</sup> Arnaldo Faria de Sá é um advogado e contador formado pela Fundação São Joanense (SP). Trabalhou em diversos programas de rádio e televisão da Rede Record. Filiou-se ao PRN, partido de sustentação da candidatura de Fernando Collor de Mello à Presidência, sendo eleito deputado federal.

<sup>82</sup> Antônio da Conceição Costa Ferreira é formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Foi diácono da Assembleia de Deus e iniciou sua vida política no ARENA, partido de sustentação da Ditadura Militar, transitando entre os anos 1980 e 1990 pelo PDS, PFL, PTR e PP.

<sup>83</sup> Oliveira Francisco da Silva nasceu em São Paulo, no entanto, construiu sua trajetória profissional no Rio de Janeiro, onde foi presidente do Instituto Fleming do Brasil entre 1985 e 1987, e comprou a rádio Melodia FM do Rio de Janeiro, em 1968, transformando-a em uma das rádios mais escutadas no estado, com programações evangélicas. Elegeu-se em 1990 pelo PDC-RJ.

<sup>84</sup> Orlando Camilo Pacheco, nasceu em Santa Catarina, mas construiu sua trajetória profissional e política por São Paulo, onde se formou em Teologia pela Faculdade de Teologia de Lorena(SP), e ingressou na política como deputado federal, pelo PFL, contando com o apoio da Igreja Evangélica de Deus onde era pastor, na Constituinte de 1986.

<sup>85</sup> Salatiel Sousa Carvalho, é um engenheiro e pastor nascido no Maranhão. Construiu sua carreira profissional em Pernambuco, por onde se elegeram deputado federal em 1986. Foi eleito pelo PFL, contando com sua base evangélica.

<sup>86</sup> Ibidem, 1992, p. 18.

Expediente<sup>87</sup> do dia 11 de abril de 1991, onde saiu em defesa de Edir Macedo questionando reportagens feitas pelo *Jornal da Tarde*<sup>88</sup>:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há 13 anos, no Rio de Janeiro, um brasileiro anônimo iniciava um trabalho de recuperação espiritual de pessoas carentes, pregando a Bíblia.

Através dos ensinamentos do Senhor Jesus, milhares de patrícios nossos se recuperaram para o convívio social e, gratos, passaram a disseminar os preceitos bíblicos.

O iniciador desta obra de salvação de homens e almas chama-se Edir Macedo, líder espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus<sup>89</sup>.

É curioso notar que a narrativa a propósito dos feitos de Macedo foi nutrida por um discurso proselitista, e em nenhum momento o deputado rebateu as possíveis ilações feitas pelo Jornal. Ao final do discurso, o deputado acrescentou que “a integridade física de Edir Macedo, homem de proeminência nacional, está ameaçada” por conta de uma suposta perseguição feita pelo Jornal que estaria “fazendo da manipulação da opinião pública uma arma totalitária”<sup>90</sup>. Nesse sentido, dois pontos destacam-se: o embate público com a imprensa do período e o posicionamento público em uma Casa legislativa em defesa do líder da Igreja. Ambos os apontamentos evidenciam a disposição de Laprovita Vieira de utilizar seu espaço para disputar a narrativa pública acerca de Macedo. Segundo o linguista Norman Fairclough (2016), o discurso é uma prática social que reproduz e transforma tanto a realidade quanto o sujeito da linguagem. Neste sentido, para uma compreensão crítica do discurso compreende-se que o sujeito está “tanto propenso ao amoldamento ideológico e linguístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos”, restando ao indivíduo resistir ou não a essas estruturas sociais, pois, conforme completa Melo: “a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela” (MELO, 2009, p. 3). Portanto, o posicionamento de Vieira corrobora com a estratégia da Igreja e, conseqüentemente, com as pretensões político-ideológicas da instituição, fazendo dele um político não

<sup>87</sup> Na mesma sessão, o deputado realizou a proposição do Projeto de lei que veda o comércio de bebidas alcoólicas às margens das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Federal.

<sup>88</sup> As reportagens não foram encontradas em nossa pesquisa, no entanto, foram encontradas reportagens do mesmo período de jornais do estado do Rio de Janeiro, como a *Manchete*, que destacam aspectos esotéricos da Igreja Universal, bem como colocam em xeque a conduta de suas lideranças.

<sup>89</sup> VIEIRA, Laprovita. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 11 abr. 1991, p. 3674. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12ABR1991.pdf#page=100>. Acesso em 05 out.. 2021.

<sup>90</sup> Ibidem, 1991, p. 3674.

apenas moldado pela estrutura, mas um agente que atua na construção dos projetos iurdianos.

Seguindo a mesma tônica proselitista para confrontar informações veiculadas na imprensa, o deputado Luiz Moreira (PTB-BA), também na sessão do dia 11 de abril de 1991, se pronunciou contestando matérias publicadas pelo *Jornal da Tarde*. Em seu discurso deixou evidente que se opunha à reportagem intitulada “Evangélicos: um lobby que faz negócios”. Segundo o parlamentar, a notícia vinha acompanhada da foto de um almoço que era realizado às quartas-feiras pelos deputados evangélicos da Casa. A notícia apontava a formação de acordos entre o que seria uma Bancada Evangélica, revelando nomes dos participantes da reunião e ligando-os à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Vieira afirmou que os encontros tinham o propósito de realizar estudos bíblicos e orações, e que muitos dos que participavam do almoço eram apenas suplentes da referida comissão. Destacou ainda que seu interesse pela comissão era meramente técnico: “Devo dizer que sou evangélico e dei preferência à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática porque, tendo sido durante cinco anos, Diretor Regional do Dentel, na Bahia, achei que poderia levar-lhe alguns conhecimentos”<sup>91</sup>. E, por fim, afirmou que Macedo, enquanto representante dos evangélicos de São Paulo, estaria sofrendo calúnias: “Através dos tempos, certamente a razão mostrará que esta é uma campanha da imprensa marrom”<sup>92</sup>.

Desta forma, durante a CPI do Narcotráfico, Macedo persistiu na mesma tese defendida nas tribunas do legislativo pelos deputados iurdianos, argumentando que a Universal sofria uma perseguição pública. Para o Bispo, o tratamento depreciativo não seria o mesmo caso a igreja fosse europeia ou estadunidense, de tal sorte que haveria uma espécie de complexo de vira-lata ligado à religião no país:

Eu digo, meus caros, nobres brasileiros, o nosso pecado é ter nascido no Brasil, o nosso pecado é ter nascido nessa terra, porque, se nós fôssemos americanos, então nós seríamos muito bem aceitos nessa terra, se nós fôssemos europeus nós seríamos muito bem aceitos nessa terra, se nós fôssemos da Coréia, se fôssemos da China, de qualquer lugar do mundo, nós seríamos muito bem aceitos nessa terra, mas porque somos brasileiros nós somos justamente perseguidos, nós somos caluniados, nós somos

---

<sup>91</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 11 abr. 1991, p. 3662. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12ABR1991.pdf#page=88>. Acesso em 05 out. 2021.

<sup>92</sup> Ibidem, 1991, p. 3662.

vituperados. Por quê? Porque somos brasileiros. Era isso que eu tinha que falar<sup>93</sup>.

Nesse trecho Macedo expõe um argumento utilizado durante anos pela igreja, evidentemente de maneira estratégica, ao apresentar a narrativa da perseguição. Todavia, esse discurso também destaca a maneira pejorativa – e por vezes jocosa – como eram tratadas as igrejas evangélicas pela classe política tradicional, por setores intelectuais e pela mídia do período, conforme já apontado nos embates discursivos realizados pelos deputados iurdianos nas sessões do legislativo. Seguindo uma análise interdiscursiva, podemos relacionar a argumentação de Macedo a outras exposições feitas anos após os eventos dos anos 1990, mostrando a continuidade das narrativas. Em entrevista concedida ao jornalista Roberto Cabrini, no programa Conexão Repórter, veiculado dia 26 de abril de 2015, no SBT, Macedo persistiu apontando para o fato de que sua imagem no Brasil foi frequentemente questionada devido aos problemas internos do país e a dificuldade em aceitá-lo como uma liderança religiosa:

Por que como... Tudo bem, se eu sou um charlatão num país subdesenvolvido, tudo bem, a gente aceita. Se eu sou um charlatão num país miserável, injusto, ah... Todo mundo aceita. Mas eu não sou charlatão nos Estados Unidos; eu não sou charlatão na Inglaterra; eu sou não charlatão nos países de primeiro mundo. Por que, hein? Por que eu só sou charlatão num país subdesenvolvido?<sup>94</sup>

O questionamento à imagem de Macedo enquanto liderança religiosa, de fato, foi algo que o Bispo teve que conviver ao longo de sua trajetória. Ainda utilizando sua participação na CPI do Narcotráfico esse questionamento fica evidente. Na ocasião, as primeiras perguntas direcionadas a Edir Macedo foram feitas pelo deputado Carlos Lupi. Para que possamos abordar as principais falas do depoente, apresentaremos os pontos destacados por Lupi e as seguintes respostas do Bispo. Primeiramente, o parlamentar questionou o líder da Universal sobre quem havia autorizado a viagem dos pastores a Bogotá, em 9 de dezembro de 1989, onde ficaram até o dia 11 de dezembro. As lideranças iurdianas que teriam realizado a viagem foram os pastores Honorilton Gonçalves, Ricardo Siz, Sr. Randal e Carlos Magno, acompanhados de suas respectivas esposas. Macedo respondeu de maneira dúbia afirmando que não havia enviado os pastores a Bogotá, pois não dirigia a igreja fisicamente, apenas espiritualmente. A resposta parece não corresponder à realidade material da igreja no

---

<sup>93</sup> Ibidem, 1992. p. 162.

<sup>94</sup> A trajetória de Edir Macedo. Conexão Repórter, 26 abr. 2015. [transcrição do autor]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LViRU8U0Xc&t=1539s>. Acesso em 10 mar. 2021.

período, tendo em vista o intenso envolvimento de Edir Macedo nas decisões da instituição, fato destacado por ele em outros momentos e por diversas lideranças da IURD.

Outro ponto relevante apontado por Lupi trata-se do voo fretado organizado pela igreja para ir até Bogotá. Isso porque no período da viagem a igreja estava empenhada em campanhas de arrecadação de recursos para concretizar a compra da TV Record, sendo, portanto, contraditória a atitude da instituição em defender a tese do sacrifício aos fiéis, que se empenharam fervorosamente nas contribuições do dízimo, bem como de muitos pastores que ficaram sem suas remunerações, enquanto a igreja mantinha um gasto com viagens dispendiosas sem motivos justificáveis. A motivação da viagem, segundo Macedo, foi o de implementar a igreja naquele país, no entanto, segundo depoimentos de pastores ao deputado Lupi, o início dos trabalhos da Universal em determinada região, geralmente, eram acompanhados da instalação de um sistema radiofônico, que permitia a divulgação da igreja no local. Desta forma, seria razoável imaginar que a Universal teria ao menos algum contato direto na Colômbia ou algum representante no país.

Sobre essas questões, o Bispo seguiu na linha de resposta proselitista sem manifestar informações objetivas. Em sua fala, a implementação da Igreja em Bogotá, sob responsabilidade dos quatro pastores e suas esposas, foi comparada à missão de Josué e Calebe rumo à terra prometida, ou seja, uma missão religiosa. Macedo afirmou que as esposas dos pastores estavam acompanhando-os na viagem, pois nenhuma igreja da IURD era dirigida por um pastor solteiro. De fato, a presença das esposas dos bispos e pastores da igreja são notadamente presentes e frequentes. A própria esposa de Edir Macedo, Raquel Bezerra, é exemplo dessa participação feminina na instituição. Como esposa do líder, desempenha trabalhos focais na Universal, ao passo que suas filhas, Cristiane Cardoso e Viviane Cardoso, também atuam em projetos ligados à Igreja<sup>95</sup>. Todavia, apesar do destaque em alguns projetos, as mulheres são apresentadas como auxiliares de seus esposos, não tendo protagonismo superior aos seus maridos na liderança de seus projetos pessoais e religiosos<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Embora as mulheres não exerçam postos de comando na estrutura da igreja, na política tiveram mais espaço para atuação. Por exemplo, em Belo Horizonte, nas eleições para o legislativo local em 1996, a Maria Helena Alves Soares foi a candidata mais votada.

<sup>96</sup> Na biografia de Ester Bezerra, esposa de Edir Macedo, "A dama da fé", e no livro "Casamento Blindado", escrito pela filha do Bispo, Cristiane Cardoso, e seu esposo, Renato Cardoso, a questão

Lupi ainda levantou duas últimas questões relevantes para o entendimento do caso. A primeira diz respeito ao fato de as rádios e emissoras de televisão da Igreja quase sempre serem colocadas em nome de pastores ou de amigos e familiares de Macedo. O deputado pedetista questionou o Bispo sobre sua fala à Polícia Federal, quando disse ter tomado “emprestado da Igreja o dinheiro para comprar a Record, pagando juros de mercado”<sup>97</sup>. No entanto, para Lupi, se as igrejas são isentas de tributos, como Macedo explicaria tal tipo de transação? O Bispo argumentou que a igreja dependia dos recursos de comunicação que não podem ser registrados em nome da instituição e, assim, são registrados em nome dos presbíteros da igreja. Dessa forma, a IURD emprestaria o dinheiro e o receberia de volta apesar de não possuir fins lucrativos. Por fim, quando questionado se a TV Record pertencia a ele, Macedo afirmou que a emissora ainda estava em processo de aquisição e assim que a compra fosse efetuada não teria mais nada em seu nome<sup>98</sup>.

Os deputados iurdianos revezaram-se em diversos momentos da arguição de Edir Macedo com o objetivo de contrapor os demais parlamentares que pressionavam o religioso na sessão. A forma como realizavam suas intervenções variou; em boa parte do tempo as falas não eram agressivas e carregavam certa cordialidade. Foi o caso da intervenção feita por Aldir Cabral, que buscou defender as falas de Macedo logo no início de sua exposição. Por exemplo, o deputado Valter Pereira, em um pedido por uma palavra de ordem, solicitou ao presidente da sessão, Elias Murad, que interviesse no discurso do Bispo para que o mesmo evitasse fugir das perguntas propostas em prol de proselitismos religiosos. Em resposta, o deputado Aldir Cabral solicitou uma palavra de ordem para confrontar Murad: “Sr. presidente, aceito em parte as colocações do nobre Deputado, mas realmente a resposta do Sr. Bispo Macedo em relação ao Evangelho com as repostas que S. S<sup>a</sup> tem que dar às perguntas do Deputado Carlos Lupi são reais e corretas”<sup>99</sup>. Para Cabral havia sentido citar os trabalhos da Igreja e relacioná-los às perguntas feitas pelo Deputado Carlos Lupi, pois, assim, o Bispo estaria destacando sua índole e os objetivos de seus trabalhos religiosos.

---

feminina é destacada dessa maneira. Ver: BEZERRA & TAVOLARO, 2016; CARDOSO & CARDOSO, 2012.

<sup>97</sup> Ibidem, 1992. p. 165.

<sup>98</sup> No entanto, ainda hoje a emissora consta como pertencente a Edir Macedo e Ester Bezerra.

<sup>99</sup> Ibidem, 1992, p.163.

Por outro lado, Laprovita Vieira adotou um discurso ácido, conforme visto em outros momentos na Câmara dos Deputados. Para Vieira, exigir que Macedo fizesse falas objetivas para perguntas complexas era inaceitável: “Se convocaram o Sr. Edir Macedo para aqui estar, s. S<sup>a</sup> deve fazer uma explanação. Então quem não estiver satisfeito, que vá embora. Esta é a verdade”<sup>100</sup>. Logo em seguida, o terceiro deputado da linha de frente iurdiana, Luiz Moreira, argumentou que o relator do processo possuía um tempo maior para realizar suas perguntas, de modo que não seria possível Macedo respondê-las em tão pouco tempo. Assim sendo, cada resposta do Bispo deveria ser melhor elaborada e não “ser simplesmente resposta de quadrinhos de sim ou não, tem que ser dissertada. E acho que a Comissão, como responsável pela condução e pelo resultado da apuração, tem que ter paciência para escutar num prazo mais dilatado”<sup>101</sup>.

O deputado Costa Ferreira pareceu incomodado com os pedidos feitos para que Edir abreviasse sua fala, posto que se dirigiu ao presidente da sessão, em um pedido de ordem, dizendo que não convinha a ninguém pertencente àquela CPI limitar as falas de outras pessoas. O pequeno infortúnio inicial contou ainda com a fala incisiva de Wilson Müller:

Sr. Presidente, não perturbando os trabalhos, é evidente que o depoente tem o direito de dizer o que quer, desde que, em dizendo o que quer e fazendo pregação, não deixe de responder as perguntas. Esta é a questão. A mim me agrada muito ouvir a palavra de Deus. Gostaria de hoje ouvir a palavra do Sr. Edir Macedo. Muito obrigado<sup>102</sup>.

Macedo retornou à sua fala, entre debates paralelos na casa, não registrados nas notas taquigráficas. O Bispo utilizou o minuto final que restava de sua primeira exposição para afirmar que as rádios eram colocadas em nome de pastores da Universal, pois não podiam ser colocadas em nome da Igreja. Comparou ainda essa prática à da Igreja Católica, pontuando: “A Igreja Católica possui mais de cem emissoras de rádio em nome de seus padres. Eu, a partir de agora, estou retirando o meu nome e o da minha esposa de todas as emissoras de rádio e televisão ou de todos os bens”<sup>103</sup>.

A menção à Igreja Católica também foi feita por representantes da IURD em outras ocasiões. O objetivo da citação aos católicos era destacar de alguma forma que

---

<sup>100</sup> Ibidem, 1992. p. 163.

<sup>101</sup> Ibidem, 1992, p. 163.

<sup>102</sup> Ibidem, 1992, p. 163.

<sup>103</sup> Ibidem, 1992, p. 163.

o tratamento público aplicado à Igreja Católica não coincidia com as igrejas evangélicas. Novamente, destacamos que essa argumentação buscou amparo em muitas manifestações públicas, midiáticas e acadêmicas acerca dos grupos evangélicos, que eram tratados com conotações pejorativas. Em seguida às falas de Macedo, o vice-presidente da Comissão, Pauderney Avelino, entrevistou: “Pediria ao nobre depoente que se limitasse a dar as suas respostas e não citasse aqui outras religiões, como a Igreja católica”<sup>104</sup>. A defesa à fala de Macedo desta vez veio do deputado Costa Ferreira: “S. S<sup>a</sup> tem liberdade de dizer o que quiser. V. Ex. não pode se sentir tão ofendido com isso”<sup>105</sup>. Em meio a debates paralelos, o deputado Pauderney argumentou que acreditava que rádios católicas ficavam em nome de dioceses e não de padres. Através da transcrição que consta na Ata da CPI, a discordância entre os deputados foi aguda a ponto de o presidente da sessão ter dificuldades para conciliar a continuidade da arguição de Macedo em meio a sucessivos pedidos de ordem advindos de diversos deputados.

Ainda na ocasião, Macedo destacou o empenho dos fiéis da Igreja que de tão aplicados haviam lotado o estádio do Maracanã no dia 12 de outubro de 1991: “O dinheiro vem do povo da Igreja Universal do Reino de Deus. Esse povo da Igreja Universal não é um povo mendigo. Ele é bem aprendido que é dando que se recebe...”<sup>106</sup>. A fala de Macedo foi interrompida pela reação dos deputados, mas logo o Bispo tratou de completar: “Bom, os senhores estão rindo, mas é o que está escrito e é o que cremos”<sup>107</sup>. Macedo argumentou que os recursos da Igreja por terem origem na doação de seus frequentadores era legítimo:

[O dinheiro] Não vem do Governo, o dinheiro vem exclusivamente do povo da Igreja Universal do Reino de Deus. Ele faz sacrifício, sim. Os pastores, conforme o Deputado falou, fizeram seus sacrifícios por quê? Porque nós nos acostumamos a fazer sacrifícios desde o início, pela causa que abraçamos. O dinheiro sujo, bem, eu não sei se ele é sujo. Ele cai na sacola. Se ele tem cheiro ou se ele tem sujeira, eu não sei. Eu sei que o banco o recebe e com ele nós pagamos as nossas contas<sup>108</sup>.

Em meio a discussões tão intensas sobre as atividades da IURD, chama a atenção a fala do deputado Arnaldo Faria de Sá que levantou a possibilidade de a sessão não estar de acordo com votações definidas em momentos anteriores, onde os deputados teriam votado pela oitiva de Edir Macedo com a condição da convocação do

---

<sup>104</sup> Ibidem, 1992, p. 163.

<sup>105</sup> Ibidem, 1992, p. 163.

<sup>106</sup> Ibidem, 1992, p. 164.

<sup>107</sup> Ibidem, 1992, p. 164.

<sup>108</sup> Ibidem, 1992, p. 164.

deputado Carlos Lupi à Comissão, para que este apresentasse provas sólidas para a convocação do Bispo. O presidente da sessão foi dúbio na condução desta questão de ordem, limitando-se a argumentar que, em sessões anteriores, a oitiva de Macedo havia sido apenas adiada e não condicionada a outros fatores. Além disso, argumentou que o líder iurdiano havia se apresentado voluntariamente à sessão, não fazendo sentido colocar em questão sua presença na data. Realmente a convocação do Bispo foi feita de maneira genérica, todavia o pedido do deputado Carlos Lupi desde o início foi acolhido pela presidência da CPI. Dessa forma, o questionamento do deputado Arnaldo Faria demonstra ser oportuno justamente para confrontar o andamento da sessão e para blindar de alguma forma Edir Macedo.

A estratégia do deputado Arnaldo Faria de Sá, à época comentarista da TV Record há mais de quinze anos, tornou-se ainda mais evidente quando em seu discurso defendeu a administração feita pela Igreja Universal à frente da emissora. De acordo com o Deputado, a TV Record até a compra feita pela IURD estava em estado falimentar e graças a administração recente estava salvando tanto os empregos quanto a história da emissora. Ao final de sua fala, o deputado ainda fez uma denúncia, com base em notícia divulgada no *Diário Popular* na semana anterior, apontando que um policial federal havia se surpreendido com a presença de Edir Macedo na sede da Polícia Federal quando fora prestar depoimento, pois a intenção da operação era conduzi-lo em uma viatura:

E essa viatura policial já tinha um defeito mecânico previamente acertado, para que quebrasse a alguns metros da sede da Polícia Federal, a fim de que o Bispo Edir Macedo 'fosse' conduzido do local onde estava a viatura quebrada até o prédio da Polícia Federal, numa tentativa de execução. Penso que deve haver um basta para tudo isso<sup>109</sup>.

O argumento levantado pelo deputado aponta para uma suposta perseguição à figura de Edir Macedo e expõe a boa relação mantida pela IURD junto aos demais deputados não ligados diretamente à Igreja. Essa articulação permitiu a solidificação política da Universal junto a grupos que compartilhavam interesses e ambições políticas similares. Ou seja, para além dos três mosqueteiros, a Igreja dispunha de uma rede de relações pautadas por práticas políticas próprias de um grupo que se acomodou ao sistema político brasileiro, sendo atravessado pelo fisiologismo.

A participação de Macedo na Comissão foi avaliada de maneira interessante pelo deputado Valter Pereira. Logo no início da fala do Bispo, o deputado contestou,

---

<sup>109</sup> Ibidem, 1992, 165.

em sucessivos pedidos de palavra de ordem, o fato de a convocação ter sido realizada sem um motivo sólido aparente. Para o deputado, a presença de Macedo em nada estava contribuindo para o debate proposto pela CPI, do contrário, servia apenas para o uso do espaço público em prol do proselitismo religioso do Bispo em tom de pregações. A análise de Valter Pereira possui nexos na medida em que analisamos o relatório final da CPI do Narcotráfico. O documento abordou inúmeras temáticas sobre o narcotráfico e suas estratégias de infiltração nos países por meio das fronteiras. O nome de Edir Macedo foi citado unicamente na introdução do relatório, na sessão onde foram apresentadas todas as pessoas ouvidas pela comissão, sendo que o nome do Bispo foi transcrito com a grafia errada: “Eder Macedo”<sup>110</sup>.

A convocação do Bispo à CPI demonstrou ter ocorrido, em grande medida, devido aos holofotes midiáticos sobre a Igreja Universal. Por se tratar de uma igreja que procurava os embates e defendia a tese de que era perseguida, estar em evidência não parecia incomodar as lideranças da Universal. Inclusive, alguns deputados que discursaram a favor de Edir Macedo durante a CPI do Narcotráfico eram evangélicos, com exceção de Cardoso Alves, deputado católico, e Arnaldo Faria de Sá, ligado aos iurdianos por conta dos seus trabalhos realizados na Tv Record. É perceptível o estabelecimento de redes de conexão no parlamento, onde deputados de igrejas e interesses outros, mas que convergem com a IURD, se dispõem a comparecer na sessão e sabotá-la de alguma forma. Essa percepção baseia-se no fato de que foram poucas as perguntas direcionadas a Macedo e, conseqüentemente, poucos momentos de discursos do religioso, restando mais espaço para longas falas de apoio ao Bispo, onde os aliados procuraram interferir no andamento da sessão e manifestar seu incômodo com a presença do religioso na oitiva. Além disso, entraram em confronto com a direção da Comissão, postura que revela a indignação dos mesmos como estratégia para retirar o foco sobre o Macedo e tomar para si a narrativa sobre a convocação do Bispo: um erro procedimental da direção da CPI e uma perseguição perpetrada por setores da mídia, reproduzida pela própria comissão.

#### **2.4 - O Bispo em xeque: das denúncias à prisão de Edir Macedo**

Os mandatos dos deputados iurdianos iniciaram com participações em comissões parlamentares e em reuniões burocráticas da Câmara. O apoio de princípio ao governo se fez presente durante as enunciações dos primeiros

---

<sup>110</sup> Ibidem, 1991.

discursos nas sessões. Em 6 de maio de 1991, Aldir Cabral elogiou o acordo firmado entre o governo do estado do Rio de Janeiro e o governo federal, no qual a União se comprometeu a repassar recursos para obras do Rio de Janeiro e permitir a rolagem da dívida mobiliária. Entretanto, Aldir Cabral aproveitou para criticar o governador do estado, Leonel Brizola, e o ex-governador Moreira Franco. Isso porque a relação entre a Igreja e o pedetista era extremamente conflituosa. Segundo Cabral, as gestões anteriores à frente do estado provocaram danos na relação com o governo federal: “cujas consequências hoje sensivelmente agravadas atingem de forma perversa as camadas mais humildes da população”<sup>111</sup>.

Entre os temas que atraíram a atuação dos iurdianos, pautas como o aumento da desigualdade no Brasil, preocupação referente à segurança pública, questão das drogas e a jogos de azar, foram constantes. Esses temas foram priorizados pelos parlamentares devido à forma com que a IURD lidava com essas práticas, analisadas sob uma ótica moralista. Além disso, a trajetória dos deputados corroborou para a recorrência de ataques a grupos LGBTs e outras minorias sociais, sob orientação conservadora<sup>112</sup>.

No ano de 1992, a atuação dos deputados foi intensa no Congresso. Isso porque a agenda parlamentar foi preenchida com debates acirrados em relação à abertura do processo de Impeachment de Collor. Enquanto isso, a Igreja Universal também enfrentava uma série de processos jurídicos complexos que a colocavam no radar da imprensa e da opinião pública. No desenrolar de uma investigação policial, Edir Macedo foi acusado de charlatanismo, curandeirismo e estelionato. Por conta disso, o Bispo foi detido no dia 24 de maio de 1992, permanecendo preso por onze dias. A operação comandada pela polícia civil de São Paulo realizou um cerco ao carro de Macedo na saída de um culto em Santo Amaro (SP). Segundo o líder da IURD, a prisão ocorreu por conta das sucessivas perseguições protagonizadas por setores tradicionais da política, da mídia e da Igreja Católica. Macedo alegou que no dia em que foi prestar depoimento à justiça, um homem de batina estava sentado num canto da sala tomando nota de tudo que estava ocorrendo (MACEDO & TAVOLARO, 2012). Essa versão foi repetida por diversas vezes, sendo exposta,

---

<sup>111</sup> CABRAL, Aldir. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 06 maio 1991, p. 5375. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07MAI1991.pdf#page=125>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>112</sup> Muito embora Edir Macedo e outros membros da IURD tenham sinalizado por diversas vezes em entrevistas posição favorável ao aborto.

inclusive, em seus livros e filmes biográficos.

Para defender o líder da IURD, foi contratado um renomado advogado, Márcio Thomaz Bastos, que, posteriormente, seria ministro da justiça do governo Lula. Bastos negociou um *habeas corpus* para o Bispo no dia 3 de junho, e após a concessão da liberdade de seu cliente, o advogado declarou o seguinte à imprensa:

Estamos diante de um caso em que vão entrar em jogo princípios extremamente importantes, como a intolerância, o preconceito, o conflito entre as religiões, o princípio da liberdade de culto. Questões fundamentais para que o Brasil construa realmente um regime democrático. (BASTOS, apud TAVOLARO, 2007, p. 47).

Esta narrativa também foi assimilada pelos demais líderes da Igreja, ou seja, a ideia de que a prisão do Bispo se tratava de uma afronta aos princípios liberais constitucionais. No momento da prisão, o deputado Laprovita Vieira encontrava-se ao lado de Edir Macedo, mas nada pôde fazer em relação à ordem cumprida pelos policiais. Na terça-feira, dia 26 de maio de 1992, tanto Cabral como Luiz Moreira pronunciaram-se na Câmara dos Deputados repudiando a ação da polícia durante a operação. O primeiro não apenas mobilizou seu discurso enquanto um representante da Igreja, como também buscou utilizar suas credenciais profissionais para embasar seu argumento:

Não abordo este fato apenas como Deputado Federal e legislador, mas também como delegado da Polícia Federal que sou, observando, que o delegado que chefiava o grupo exorbitou de suas funções. Portanto, será natural que responda a processo por abuso de autoridade, enfrentando, assim, o mesmo constrangimento legal, já que contrariou a Constituição vigente em nosso País.

Também é natural que muitos segmentos da nossa sociedade estejam contra o Bispo Edir Macedo, cabendo aqui a nossa pergunta: essa perseguição é política, administrativa ou religiosa?<sup>113</sup>

O discurso do deputado, em compasso à narrativa de Thomaz Bastos, deixou clara sua interpretação de que Macedo havia sido alvo de uma perseguição política e religiosa. Esse elemento fica mais evidente ao final do discurso quando completa: “no campo religioso, não temos uma perseguição? Há duas semanas, o jornal *O Globo* publicou em duas páginas entrevista de uma autoridade eclesiástica que dizia que iria acabar com a Igreja Universal do Reino de Deus”<sup>114</sup>. Ponto central nos argumentos da Igreja, a ideia de uma perseguição político-religiosa foi mobilizada em diversos contextos pelos parlamentares, compondo, inclusive, uma narrativa

<sup>113</sup> CABRAL, Aldir. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 26 maio 1992, pp. 10525-10526. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCCD27MAI1992.pdf#page=131>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 10526.

estruturante da história da IURD, ou seja, desde sua fundação, a Igreja entende-se num campo de batalha público frente a poderosos adversários. As incontáveis referências à ruptura da liberdade religiosa, política e de expressão pontuadas pelos parlamentares, sustentaram a tese de que haveria um preconceito latente na sociedade para com as comunidades evangélicas e, desse modo, a IURD passou a reafirmar sua postura combativa nos espaços públicos.

No discurso de defesa do Bispo, o deputado Luiz Moreira qualificou a prisão como um “Espetáculo grandioso da polícia do governador Fleury”, realizada a partir de um “comportamento lastimável, degradante, infeliz e foguetório” da polícia e sendo apenas uma tentativa de desgastar a imagem da Igreja Universal: “Poderia resumir todo o aparato policial em poucas palavras: uma grande “palhaçada”.”<sup>115</sup>. Moreira foi mais incisivo ao citar a Igreja Católica, argumentando que a prisão do Bispo estava relacionada a um “jogo de interesses religiosos, empresariais e políticos”, ao que completou: “Por ocasião da Semana Santa, Dom Paulo Evaristo Arns, numa entrevista infeliz, invejoso da movimentação de seguidores da Universal, declarou que os “atravessadores” serão esmagados com o passar do tempo, pois assim aconteceu no passado”<sup>116</sup>. Moreira ressaltou que a Igreja Católica havia sofrido a mesma perseguição no passado e, na visão do deputado, estaria aplicando o mesmo jugo contra os evangélicos. Em sinal de grande descontentamento, ainda comparou o julgamento público contra Edir Macedo a casos ligados à Igreja Católica:

Vale a pena lembrar que as revistas *Veja* e *Isto É* da semana passada publicaram matéria, não muito grande, em que comentavam o ocorrido com o Bispo Eamonn Casey, um dos líderes da diocese de Galway, que confessava ter mantido, entre 1973 e 1974, um caso amoroso com uma americana, de cuja aventura teria nascido um filho, hoje com 17 ou 18 anos. Portanto, infringiu os dogmas de Igreja Católica. Mas não ficou nisto. Usurpou 150 mil dólares, retirados de uma conta reservada da diocese para dar à sua ex-amante, e registrou tal retirada como empréstimos a terceiros, para justificar a sua contabilidade. Em resumo, não guardou castidade, fecundou para o nascimento de um filho ilegítimo, furtou dinheiro e praticou outras aberrações.

Houve desdobraimento destes fatos? Ninguém os viu. Porém, se fosse na linha evangélica, o “prato”, como se dizem linguagem popular, estava feito. Os comensais procediam como verdadeiros abutres<sup>117</sup>.

A revolta do deputado revela grande parte da insatisfação da IURD em relação aos seus adversários político-religiosos. A indignação cresceu na medida em

<sup>115</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 26 maio 1992, p. 10552-10553. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27MAI1992.pdf#page=158>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>116</sup> Ibidem, MOREIRA, 1992, p. 10553.

<sup>117</sup> Ibidem, MOREIRA, 1992, p. 10553.

que condução de Edir Macedo também foi contestada por diversas lideranças políticas e autoridades públicas da época, como lideranças do Partido dos Trabalhadores, principalmente, através do presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva. Além disso, o Bispo também recebeu a solidariedade de uma das maiores instituições críticas à IURD, a Associação Evangélica do Brasil (AEVB), na figura do presidente da entidade, o pastor Caio Fábio. Durante a sessão do dia 26 de maio, a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) mencionou o manifesto emitido pela AEVB intitulado “Acerca de Charlatanismo e curandeirismo e estelionato”<sup>118</sup>. Na nota a entidade deixa claro seu posicionamento contrário a certas práticas da Igreja Universal, mas questiona a determinação judicial sobre o suposto charlatanismo praticado por Edir Macedo. Segundo a exposição da AEVB, a acusação colocava em xeque todas as lideranças religiosas do país:

Qual é a diferença entre o misticismo dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus e o daqueles que vão às procissões de Aparecida ou do Círio de Nazaré? Qual é a diferença entre as empresas do Vaticano (compradas também com dinheiro do povo) e as empresas da Igreja Universal do Reino de Deus? Qual a diferença entre uma santa de gesso que chora e os alegados milagres de cura da Igreja Universal do Reino de Deus? Qual é a diferença entre os milhões de dólares da Igreja Católica e os milhões de dólares da Igreja Universal? Por acaso não são ambos dinheiro do povo? Por acaso não é também dinheiro que resulta de doações movidas pela fé? Por acaso não é também, muitas vezes, dinheiro usado para adquirir propriedades cuja administração nem sempre está aberta a auditorias públicas e nem ao gerenciamento dos fiéis? Qual é a diferença entre o complexo de comunicação da Igreja Católica (composto de várias dezenas de rádios) e da Igreja Universal do Reino de Deus? Talvez aqui a diferença esteja no fato de que a última sabe usar seus recursos de maneira mais moderna e eficiente.<sup>119</sup>

Nesse sentido, o posicionamento da AEVB é extremamente relevante, pois mesmo sendo a Igreja Universal sua opositora ferrenha, a nota estabelece um ponto em comum. Durante a declaração, a AEVB qualifica a prisão do Bispo como perseguição e ressalta os perigos de tais práticas por parte do Estado a todas as demais religiões do país. Portanto, ao contar até com o apoio de adversários, o alinhamento do discurso das lideranças da Igreja em relação à suposta perseguição sofrida por Edir Macedo levou centenas de fiéis para a porta da delegacia. No entanto, vale ressaltar que a declaração pública da AEVB chamou a IURD para assumir responsabilidades no debate público, de modo que solicitou à Instituição que abrisse sua contabilidade para que a Associação fizesse uma auditoria das

---

<sup>118</sup> SILVA, Benedita da. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 26 maio 1992, p. 10516-10518. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCCD27MAI1992.pdf#page=122..> Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>119</sup> Ibidem, SILVA, 1992, p. 10517.

contas da igreja, o que do ponto de vista institucional dificilmente ocorreria. Em seguida, a nota trouxe uma análise da condição social do país e fez uma convocação aos evangélicos para relacionarem-se com sua fé de maneira mais consciente. Neste ponto, um trecho destaca-se por sua extensa análise social e pela crítica às elites políticas e religiosas do país:

Como elemento profundamente agravador da crise da vida no Brasil está o fato de que o comportamento das elites é muitas vezes assimilado pelos que almejam um dia se tornar elite: os pobres vitimados pela força dos poderosos. Essa prática acontece num processo vicioso: “Assim como os sacerdotes (elite) tal é o povo, e assim como é o povo, tais são os sacerdotes” (Oséias 6:6). Elites corruptas, enquanto oprimem, corrompem; e os membros de um povo oprimido e corrompido quase sempre se tornam tão ou mais corrompidos que seus corruptores quando ascendem ao poder. A recente história política do Brasil prova tal afirmação<sup>120</sup>.

Assim sendo, apesar de se posicionar contra a prisão de Edir Macedo, a AEVB coloca-se em oposição às práticas da IURD, destacando, em grande medida, seu trabalho distante das demandas populares. De fato o desempenho da IURD na Câmara dos Deputados foi centralizado no projeto político da Igreja, que até poderia estar alinhado aos anseios de seus fiéis, mas que do ponto de vista político é questionável quando seu apoio em votações às agendas neoliberais dos governos ao longo dos anos 1990, responsáveis por promover o sucateamento de diversos setores públicos e a precarização do mundo do trabalho, é colocado em perspectiva. Além disso, os embates da Universal estavam organizados em duas frentes, ambas contra grandes organizações públicas brasileiras. Seus interesses já não estavam restritos aos templos e à propagação da fé, mas a uma disputa por hegemonia política, religiosa e pública. Décadas mais tarde, em entrevista ao jornalista Roberto Cabrini, Macedo persistiu nomeando aqueles que julgava terem sido os responsáveis por sua prisão:

*Roberto Cabrini:* A quem o Sr. atribui a sua prisão?

*Edir Macedo:* A minha prisão é uma composição da Igreja Católica, cabeça, e a Rede Globo, que é o corpo.

*R.C:* Como é que o Sr. acha que foi planejada a sua prisão?

*E.M:* Então, por conta dessa... Do sucesso da Igreja, do desenvolvimento da Igreja, então, ela tinha que fazer alguma coisa para barrar o nosso crescimento. Então, unida com a Rede Globo, que tinha comunicação maior, então fizeram um par perfeito para nos destruir<sup>121</sup>.

Os processos jurídicos contra Edir Macedo e sua Igreja percorreram durante toda a década de 1990. Enquanto isso, a participação política tornou-se central, na

<sup>120</sup> Ibidem, 1992, p. 10518.

<sup>121</sup> A trajetória de Edir Macedo. Conexão Repórter, 26 abr. 2015. [transcrição do autor]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LViRU8U0Xc&t=1539s>. Acesso em 10 mar. 2021.

medida em que permitiu ao Bispo posicionar-se cada vez mais publicamente. Nas palavras do próprio Macedo: “Os políticos são para defender a causa do Evangelho. Para fazer frente a todos os movimentos de perseguição que enfrentamos” (TAVOLARO & LEMOS, 2007, p.222). Assim, novas articulações foram propostas para as eleições municipais e rearranjos foram feitos durante o governo Itamar Franco, quando, em troca do apoio da Bancada de Deputados Evangélicos, foram estabelecidas concordâncias em diversas votações. Os deputados evangélicos deram sustentação ao governo e receberam em troca apoio em seus projetos midiáticos.

O jornal *Folha de São Paulo*, em notícia do dia 17 de outubro de 1995, destacou a transferência em definitivo da Rede Record para Edir Macedo feita durante o governo Itamar Franco, apontando os favores políticos que permearam as tratativas. Em 1993, a Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados foi informada de que a Record ainda estaria no nome de Silvio Santos, o que poderia levar o grupo de bispos da IURD a ter problemas em concessões futuras. Segundo a *Folha*, o deputado Laprovita Vieira prontamente passou a negociar a transferência da emissora com Henrique Hargreaves, à época chefe da Casa Civil do governo Itamar Franco. Hargreaves desengavetou, através do Ministério das Comunicações, o processo da Igreja e articulou um parecer jurídico para que as irregularidades apontadas fossem desconsideradas. Por fim, o ministro apresentou ao presidente as demandas da IURD e lhe assegurou as vantagens que o governo teria em atendê-las, conforme expôs a reportagem: “Hargreaves convenceu Itamar de que a solução do caso Record garantiria os votos dos evangélicos para o FSE, cuja aprovação estava ameaçada”<sup>122</sup>.

Embora alguns deputados iurdianos tenham negado publicamente o toma lá dá cá realizado junto ao governo Federal, a autorização da transferência em definitivo da TV Record para Edir Macedo foi assinada em 23 de fevereiro de 1994, exatamente na data em que foi aprovada a criação do FSE (Fundo Social de Emergência) em segundo turno, medida muito importante para a viabilização do Plano Real. Nessa votação, a bancada evangélica, à época formada por 32 deputados, foi massivamente a favor, beneficiando os planos do governo. Luiz Moreira, no entanto, ao defender seu voto favorável à criação do Fundo criticou a

---

<sup>122</sup> Itamar assinou transferência. *Folha de S. Paulo*, 17 out. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/17/brasil/31.html>. Acesso em 10 mar. 2022.

postura do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso:

Sr. e Srs. Congressistas, hoje deveremos votar o Fundo Social de Emergência, e todos sentimos que ele será aprovado. Porém é bom esclarecer que a aprovação se fará pela negociação realizada do projeto inicial, e não pela coação do Sr. Ministro da Fazenda, o Senador Fernando Henrique Cardoso<sup>123</sup>.

No período já existiam articulações para a viabilização do nome de FHC para assumir um cargo no Legislativo ou no Executivo nacional, todavia, seu sucesso eleitoral dependia do êxito das medidas econômicas as quais estava à frente no governo Itamar. Cabral, ao criticar o tucano, demonstra como sua candidatura era colocada em xeque no início de 1994 – no caso, ganharia adesão e força apenas no decorrer daquele mesmo ano. Além disso, expõe o fato de que a Igreja Universal não tinha total confiança no apoio à FHC, de modo que a adesão à chapa tucana se deu em detrimento de acordos políticos costurados entre os partidos dos deputados iurdianos e por conta do antiesquerdismo por parte das lideranças iurdianas. Por fim, também se destaca na fala de Aldir Cabral o fato de o político defender os militares ao argumentar que o art. 70 do Fundo que seria votado pelos parlamentares congelava salários da categoria, representando, em sua visão, uma injustiça para com o grupo: “Afirmando mesmo que são injustiçados. As Forças Armadas constituem os pilares de sustentação da democracia em nosso País, através da segurança e confiança que depositam nos poderes constituídos da Nação”<sup>124</sup>. Ou seja, num mesmo discurso o deputado questionou a imagem de uma importante figura do governo do período e ao mesmo tempo saiu em defesa de um outro grupo publicamente relevante. Essa linha discursiva expõe tanto o caráter fragmentário quanto o conciliatório dos discursos políticos iurdianos.

## 2.5 - A negação da Bancada Evangélica

A eleição de políticos evangélicos para os mais diversos cargos públicos durante os anos 1990 apresentou a possibilidade da formação de um bloco político organizado. No entanto, as divergências entre as diversas igrejas evangélicas impôs

<sup>123</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 08 fev. 1994, p. 740. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DAC0019940209000190000.PDF#page=14>. Acesso em 05 nov. 2021.

<sup>124</sup> A associação do discurso à defesa dos militares não configura uma ação isolada do mandato de Luiz Moreira visto que o deputado defendeu as Forças Armadas em outros momentos, como em apoio à proposta do Ministério da Justiça que reuniria todos os jovens dispensados pelas forças armadas, por excesso de contingente, para prestação de serviço civil obrigatório. Ver Apud MOREIRA, 1995, p. 7679.

um desafio muito grande à união do grupo, tendo em vista a característica dissidente entre as comunidades. De toda forma, a imprensa do período insistiu em categorizar esses políticos enquanto partícipes de um agrupamento homogêneo, denominando-os enquanto uma Bancada Evangélica. Em novembro de 1994, durante o telejornal transmitido pelo SBT, “TJ Brasil”, o jornalista e apresentador Boris Casoy fez referência à existência da tal Bancada Evangélica no Congresso Nacional, um grupo que seria tão poderoso quanto o Banco do Brasil e a bancada ruralista. Já o jornal *Folha de São Paulo* repercutiu em junho de 1994 os projetos políticos das igrejas evangélicas para as eleições daquele ano com a seguinte manchete “Evangélicos querem duplicar a bancada”<sup>125</sup>. Em fevereiro de 1999, o mesmo jornal, ao analisar o desempenho eleitoral evangélico nas eleições de 1998, destacou “Bancada Evangélica cresce 63% na Câmara”<sup>126</sup>. Ou seja, na cobertura política da imprensa do período, o termo ganhou grande popularidade e a força das igrejas evangélicas na política passou a ser cada vez mais notada.

Em grande medida, essa percepção foi balizada por conta da relação estabelecida entre os políticos evangélicos com as pautas sensíveis às suas respectivas igrejas, principalmente em relação à agenda de comportamento e costumes. Entretanto, alguns políticos resistiam em aceitar tal generalização, conforme demonstra o discurso de Luiz Moreira, no dia 23 de novembro de 1994. Ao rebater os comentários feitos pelo jornalista Boris Casoy, em novembro de 1994, argumentou que a atuação parlamentar evangélica era correta e que não havia nenhum tipo de ativismo religioso por parte dela, quer seja: “proselitismo, cooptação de votos, obstrução ou qualquer outro ato que venha evidenciar esta pecha que o comentarista quer nos consignar”<sup>127</sup>. Além disso, o fato de os políticos evangélicos pertencerem a partidos políticos diferentes impossibilitaria a homogeneização de suas pautas. Isso porque o desenvolvimento histórico dos líderes religiosos na política expõe uma disputa pela hegemonia do meio evangélico, tendo em vista a descentralização eclesiástica entre as igrejas, o que não acontece, por exemplo, entre grupos católicos organizados politicamente.

---

<sup>125</sup> VAZ, Lúcio. Evangélicos querem duplicar a bancada. *Folha de S. Paulo*, 12 jun. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/12/brasil/27.html>. Acesso em 11 jan. 2022.

<sup>126</sup> TREVISAN, Cláudia. Bancada Evangélica cresce 63% na Câmara. *Folha de S. Paulo*, 01 fev. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01029907.htm>. Acesso em 11 jan. 2022.

<sup>127</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 23 nov. 1994, p. 14201. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Cqz-JXxaXLydjilmRtQM63mbV0v70PbrUJmyJI3YJrw/edit#gid=1385076595>. Acesso em 05 nov. 2020.

Por fim, Luiz Moreira complementou o seu posicionamento desejando que deputados evangélicos formassem uma bancada o quanto antes para terem: “uma evolução para o futuro, pois assim obteríamos a força de decisão em muitos temas, principalmente naqueles em que a calúnia, a perseguição, às críticas infundadas e injustas seriam refutadas”<sup>128</sup>. Ou seja, mesmo que não formassem um grupo coeso, existia, no mínimo, a intenção de torná-lo mais coerente e estratégico.

Ao analisar o contexto histórico do período é notória a aproximação entre os parlamentares evangélicos em torno de assuntos comuns, principalmente aqueles relacionados à religião e a questões de âmbito moral. Além disso, o fato de esses parlamentares não estarem reunidos em um partido específico não se tornou um impeditivo para a formação de uma bancada. Do contrário, as bancadas foram criadas justamente na formação de grupos parlamentares pertencentes a partidos diferentes, que partilhavam de causas similares.

Ainda sobre a abordagem feita por Luiz Moreira acerca da proximidade entre evangélicos no Congresso Nacional, convém pontuar a forma como o deputado apresentou os políticos religiosos como membros desarticulados e até mesmo inexpressivos nesse ambiente. Realmente, a representação evangélica nessa legislatura foi ainda muito pequena se comparada aos êxitos que alcançou em pleitos posteriores. Porém, ao contrário do que afirmou Moreira, os políticos evangélicos realizavam constantemente ações e discursos de cunho proselitista, principalmente quando suas igrejas estavam no centro do debate público. A própria fala do parlamentar possui camadas, pois é encerrada utilizando argumentação essencialmente religiosa ao afirmar que seria de bom tom a existência de uma bancada evangélica: “Assim, aqueles que maldosamente imputam comentários injustos, discriminatórios, vejam que somos sempre vencedores pois assim nos guia o nosso Deus”<sup>129</sup>. Também fica evidente a forma de articulação em defesa dos interesses de sua igreja quando esta se torna alvo de críticas dentro do parlamento, haja vista a mobilização dos integrantes da IURD durante a arguição de Edir Macedo na CPI do Narcotráfico.

Se o desejo de Moreira era que os evangélicos tivessem uma bancada coesa, que unificasse agendas e que trabalhasse coletivamente independente das siglas, esse êxito só seria obtido concretamente na formação da Frente Parlamentar

---

<sup>128</sup> Ibidem, MOREIRA, 1994, p. 14201.

<sup>129</sup> Ibidem, MOREIRA, 1994, p. 14201.

Evangélica no ano de 2003. Entretanto, a bem da verdade, é possível identificar alguns esforços realizados por parlamentares evangélicos durante os anos 1990 buscando interesses afins. Não à toa a imprensa da época já destacava as reuniões e encontros realizados por esses parlamentares, enquanto acadêmicos já observavam suas mobilizações públicas.

E, desta forma, negando a existência de uma articulação coletiva, as igrejas evangélicas tiveram sucesso eleitoral superior a alguns partidos. Somente a Universal elegeu em 1994 mais deputados do que o PRN, partido do ex-presidente Collor, e o PPS<sup>130</sup>. Assim, a atuação dos iurdianos ao longo dos anos 1990, ocorreu mediante à confluência de interesses da igreja, dos seus grupos políticos locais nos estados pelos quais foram eleitos e dos seus agrupamentos políticos na Câmara Federal.

---

<sup>130</sup> TREVISAN, Cláudia. Igreja Universal elege bancada de 6 deputados e supera PR e PSB. Folha de S. Paulo, 16 out. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/16/brasil/47.html>. Acesso em 11 jan. 2022.

### **CAPÍTULO III - O OMELETE NEOPENTECOSTAL: A UNIVERSAL E A BATALHA PELO ESPAÇO PÚBLICO**

Desde a sua fundação, a Igreja Universal tem destacado explicitamente os grupos, organizações ou instituições consideradas suas adversárias. Das religiões de matriz africana à Igreja Católica, passando pela Rede Globo, a imprensa e setores da política brasileira – inicialmente associados à esquerda – todos foram combatidos nos mais diversos espaços públicos: nas mídias, nas avenidas e estádios, nos templos e nas tribunas legislativas. Na disputa por espaço entre o público cristão, nem mesmo as demais igrejas evangélicas foram poupadas. As ações controversas realizadas pelas lideranças iurdianas, provocaram, inclusive, o afastamento de diversas comunidades evangélicas das demais lideranças da Universal.

Historicamente, em suas mobilizações, a IURD deixou explícito grande parte dos seus objetivos: disputar as narrativas e os espaços públicos. Segundo Edir Macedo e Carlos Oliveira, na obra “O plano de poder: Deus, os cristãos e a política”, a ocupação desses espaços trata-se de um desejo do próprio Deus cristão, um ser de visão estadista que possui planos que se destacam desde a antiguidade:

Desde os primórdios da humanidade o ser humano vem lutando por espaços, por domínio e estabelecimento de poder [...] Hoje, em sua maioria, essas disputas se dão por meio das estratégias políticas, o que requer jeito, ideologia, habilidade, poder de mobilização e convencimento. Para haver disputas, é óbvio que sempre haverá o outro lado da parte interessada em se estabelecer. Existem os agentes do mal, que são aqueles que fazem oposição acirrada em vários sentidos - inclusive, ou principalmente, na política - aos representantes do bem. (MACEDO & OLIVEIRA, 2008).

A perspectiva iurdiana, portanto, compreende que ocupar a política é, no limite, combater ideologicamente tudo aquilo cuja perspectiva de mundo se dissocia da lógica cristã, interpretada sob uma visão maniqueísta. Trata-se, conforme exposto, de um combate contra “os agentes do mal”, ou seja, daqueles que disputam as narrativas e o poder pelo outro lado. Essa divisão estabeleceu um campo de batalha na cena religiosa brasileira, de modo que os discursos agressivos se camuflaram em muitos momentos numa defesa das liberdades de expressão e política. Por um lado, a IURD buscou disputar espaço com instituições mais estruturadas, como a Igreja Católica e a Rede Globo. Todavia, grupos minoritários, como as religiões de matriz africana, o espiritismo kardecista e a comunidade LGBTQIAP+, também se tornaram alvos dos combates iurdianos. Em reportagem publicada no dia 24 de dezembro de 1994, o *Jornal A Manchete* noticiou uma manifestação feita pelo coletivo Gays Atobá em frente

à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o grupo, o protesto ocorreu contra o texto publicado por Edir Macedo no periódico da IURD, *Folha Universal*, afirmando que o vírus da Aids era um castigo de Deus<sup>131</sup>.

A dinâmica de atuação pautada no confronto resultou no tensionamento com todos os grupos enfrentados pela Igreja. Nos mais diversos espaços foram travados duelos públicos, sendo as mídias e as Câmaras Legislativas espaços estratégicos para a demarcação política e religiosa. Sempre que criticada, a IURD utilizou esses veículos em prol de seu alcance e influência pública, fazendo uso de argumentos que mencionam uma suposta perseguição sofrida pela Igreja em discursos que apelavam para princípios democráticos, carregados de teor proselitista. Essa exposição pública rendeu à Igreja o desgaste de sua imagem, tendo em vista que foi relacionada a práticas de extorsão e até a crimes de lavagem de dinheiro. Entretanto, todas essas adversidades parecem ter realçado os princípios combativos da Igreja, pois, após tantos anos de vida pública, Macedo persiste em afirmar que: “A Igreja Universal é como omelete, quanto mais você bate mais ela cresce”<sup>132</sup>.

### **3.1 - O crescimento parlamentar: os novos representantes Paulo De Velasco, Jorge Wilson e Wagner Salustiano.**

Em reportagem do dia 12 de junho de 1994, o jornal *Folha de São Paulo* revelou algumas estratégias da Igreja Universal para as eleições daquele ano. Nesse período, a Igreja Universal buscava ampliar suas bancadas nas Casas legislativas e segundo o correspondente do jornal, Lúcio Vaz, reportando notícias diretamente de Brasília, a Igreja pretendia eleger ao menos 12 deputados federais. Para isso, a IURD buscou estruturar a campanha de seus deputados num modelo semelhante ao “centralismo democrático” notório em alguns partidos de esquerda: “O Conselho Bispal, composto por oito ou dez bispos, faz uma reunião nacional e escolhe os candidatos de cada Estado. Os fiéis (cerca de 1 milhão) são orientados a votar apenas nestes candidatos”<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> LIMA, Eucy. Um bispo na mira dos gays. *A Manchete*, 24 dez. 1994. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=286889>. Acesso em 10 jul. 2023.

<sup>132</sup> A trajetória de Edir Macedo. *Conexão Repórter*, 26 abr. 2015. [transcrição do autor]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LViRU8U0Xc&t=1539s>. Acesso em 10 mar. 2021.

<sup>133</sup> VAZ, Lúcio. Evangélicos querem duplicar a bancada. *Folha de S. Paulo*, 12 jun. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/12/brasil/27.html>. Acesso em 11 jan. 2022.

Na ocasião, Luiz Moreira destacou que a estratégia da Igreja na Bahia para aquela eleição seria lançar um nome à Câmara Federal e dois deputados estaduais. Segundo a reportagem: “O deputado Luiz Moreira (PFL-BA), da Igreja Universal, diz que todos os pastores dos 160 templos da Bahia serão seus cabos eleitorais”<sup>134</sup>. Seguindo essa articulação, a Igreja conseguiu organizar sistematicamente a eleição de seus representantes e atuar em prol de assuntos que mais lhe interessavam, destacando pautas comportamentais e de costumes, conforme destacava o jornal: “Tanto os históricos como os pentecostais têm em comum o menosprezo pelos partidos e o interesse por temas ligados à família, como aborto, divórcio, homossexualismo e prostituição”<sup>135</sup>.

As estimativas de deputados federais eleitos pela IURD publicizadas na reportagem demonstraram-se bastante pretensiosas, tendo em vista o resultado final alcançado pela Igreja com a eleição de seis deputados federais. Todavia, a Universal consolidou os nomes dos deputados eleitos anteriormente, reelegendo Aldir Cabral, Laprovita Vieira e Luiz Moreira. A novidade das eleições de 1994 foi a chegada de três novos parlamentares ao Congresso: Paulo de Velasco, Wagner Salustiano e Jorge Wilson. Após o pleito, em nova matéria da *Folha de São Paulo* do dia 16 de outubro, a jornalista Cláudia Trevisan apresentou a análise do coordenador de campanha da IURD, o Bispo Rodrigues. Segundo o articulista, a meta real da Igreja para aquelas eleições era eleger oito deputados federais, menor que a divulgada anteriormente, mas igualmente frustrada. Demonstrando a intensa organização política da IURD, o líder argumentou que o objetivo da Igreja não foi cumprido devido ao fracasso eleitoral experimentado nos estados do Paraná e Minas Gerais, onde em sua visão teria faltado “consciência política” por parte das lideranças<sup>136</sup>.

Apesar de a meta para o Congresso não ter sido alcançada, a Igreja aumentou sua influência nas Câmaras estaduais. Em São Paulo, a IURD elegeu dois deputados estaduais, sendo Edna Bezerra<sup>137</sup>, irmã de Edir Macedo, uma das eleitas no estado. Já no Rio de Janeiro, outro irmão de Edir Macedo obteve sucesso eleitoral, Eraldo Macedo (PMDB), reeleito deputado estadual, formando a bancada da Igreja junto a

---

<sup>134</sup> Ibidem, 1994.

<sup>135</sup> Ibidem, 1994.

<sup>136</sup> TREVISAN, Cláudia. Igreja Universal elege bancada de 6 deputados e supera PR e PSB. *Folha de S. Paulo*, 16 out. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/16/brasil/47.html>. Acesso em 11 jan. 2022.

<sup>137</sup> Durante a campanha, Edna Bezerra Sampaio Fernandes utilizou o sobrenome “Macedo”, durante a campanha. Ao final do pleito, teve a terceira maior votação da coligação PPR-PP, 41141 votos.

outros dois deputados. Para o Bispo Rodrigues, a eleição de todos os deputados era uma conquista dos membros da Universal, de modo que os políticos eleitos deveriam manter vínculo e responsabilidade com quem os elegeu: “Eles não são donos de seus mandatos. O mandato é do povo de Deus”<sup>138</sup>. Romper a fidelidade com a igreja representaria a perda de apoio eleitoral no pleito seguinte.

No plano do Congresso Nacional, a maior força eleitoral da IURD emergiu do Rio de Janeiro, estado onde elegeu três dos seis deputados federais. Entre os novos parlamentares iurdianos na Câmara dos Deputados, estava presente Jorge Wilson (PMDB-RJ). Formado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o deputado filiou-se ao PMDB no ano eleitoral de 1994. Em sua participação política daquele ano enfrentou um problema, por conta da anulação feita pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ) no estado do Rio de Janeiro para o Congresso Nacional. A medida foi tomada devido a uma denúncia de fraude eleitoral motivada pela grande quantidade de votos em branco do pleito. Sendo convocadas novas eleições, Jorge Wilson sagrou-se, novamente, eleito. Ao tomar posse no ano de 1995, o político desligou-se do PMDB e passou a integrar o quadro do Partido Progressista Brasileiro (PPB)<sup>139</sup>.

No exercício do ofício parlamentar, Jorge Wilson compôs a importante Comissão de Constituição e Justiça, responsável pela análise dos projetos e leis e emendas constitucionais que transitam na Casa. O político também fez parte da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; da Comissão de Direitos Humanos e de Relações Exteriores; e Defesa Nacional. Durante as votações das principais pautas do período, foi favorável a quebra do monopólio na exploração do petróleo, dos setores de telecomunicações, navegação de cabotagem e distribuição de gás canalizado. Entretanto, foi contra a prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE), que passou a ser chamado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). O FEF concedia ao governo a possibilidade de utilizar 20% dos impostos de maneira dissociada das áreas da saúde e educação. Mantendo votos contrários a algumas propostas governistas, o deputado também foi contrário à criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), substituta do IPMF, imposto que recolhia recursos para a área da saúde.

---

<sup>138</sup> Ibidem, 1994.

<sup>139</sup> Cf. Verbete Jorge Wilson Matos. Rio de Janeiro:CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-wilson-de-matos>. Acesso em 20 dez. 2021.

Em compasso a algumas pautas governistas, Jorge Wilson foi a favor da emenda constitucional que propôs a reeleição para os cargos de presidente da República, governadores e prefeitos. Também votou a favor da reforma administrativa, que apresentou a possibilidade de desligamento de funcionários públicos em caso de constatada postura inadequada no exercício de sua função, assim como quando os gastos públicos com quadro de funcionários excedesse 60% da arrecadação. O deputado retornou ao PMDB e integrou a vice-liderança do bloco formado junto ao Partido da Reedificação Nacional (Prona).

Entre os novos parlamentares iurdianos também se encontrava Paulo César Marques de Velasco (1937-2022), uma das lideranças mais destacadas da Igreja no período. Natural da cidade de Curvelo-MG, o político iniciou sua trajetória profissional na área da comunicação a partir de 1964, tendo passagens pelas rádios Guanabara e Carioca, e pela equipe de jornalismo das TVs Continental e Tupi. No ano de 1969, cursou inglês na Universidade de Berkley, na Califórnia (EUA), onde também se aprofundou nas áreas do Direito e da Comunicação. De Velasco atuou ainda no Banco do Estado do Rio de Janeiro, na empresa Serviços Gerais Ltda., na Interplan, na Gold Invest, Indústria e Comércio de Ouro S.A e na Zurich do Brasil S.A<sup>140</sup>.

O político fez trabalho na televisão, como debatedor do Canal Livre e em participações nas programações da Rede Bandeirantes de televisão. Foi diretor-geral da Rádio Ipanema e do programa “Do outro lado da cidade”, transmitido em 1990 pela Rádio de São Paulo. Nesse mesmo ano, tornou-se comentarista político do programa Record em Notícias, sendo também responsável pela direção administrativa e financeira da Rede Record. Sua aproximação da Igreja Universal ocorreu em 1987, quando De Velasco se tornou pastor e, em pouco tempo, assumiu a suplência da secretaria-geral da Igreja. Em fevereiro de 1996, De Velasco assumiu a secretaria-geral da Igreja após o afastamento do bispo Honorilton Gonçalves<sup>141</sup>.

Paulo De Velasco iniciou sua trajetória na política em 1989, filiando-se ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), legenda que abrigou a candidatura de

---

<sup>140</sup> Cf. Verbetes Paulo Cesar Marques De Velasco. Rio de Janeiro:CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-cesar-marques-de-velasco>. Acesso em 20 dez. 2021.

<sup>141</sup> Em 1996, em meio aos conflitos entre a IURD e a Rede Globo, um vídeo do bispo Honorilton Gonçalves, secretário-geral da Igreja, foi divulgado. Nas filmagens, o Bispo estava cercado pelo dinheiro do dízimo da Igreja e realizava gestos considerados inadequados. Por conta disso, Gonçalves foi afastado do cargo.

Fernando Collor à Presidência da República. Em 1991, assumiu o mandato como Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo, saindo do PRN para filiar-se ao Partido Social Trabalhista (PST). Permaneceu pouco tempo na nova legenda, migrando, desta vez, para o Partido Social Democrático (PSD). O político teve atuação importante enquanto deputado estadual, assumindo a vice-liderança do seu partido na Casa e participando da comissão de Promoção Social e da comissão de Transporte e Comunicações, além de integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou casos de violência física perpetrada contra crianças e adolescentes em São Paulo. Em 1994, o político tornou-se vice-presidente nacional do PSD, e participou da CPI que investigou o jogo do bicho no estado<sup>142</sup>.

No ano de 1994, foi eleito Deputado Federal contando com uma base eleitoral sedimentada na Grande São Paulo. Durante seu mandato, De Velasco participou das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos, de Relações Exteriores, Viação e Transportes e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Dentre as principais agendas do governo FHC, foi contrário à quebra do monopólio estatal na exploração do petróleo, ao passo que foi favorável à abolição do monopólio estatal das telecomunicações. O deputado também foi a favor da prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE) e da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que previa a cobrança de 0,2% sobre as transações bancárias com a finalidade de gerar recursos para a saúde e substituir o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Por fim, o político votou a favor da emenda que propôs a reeleição para presidente, governadores e prefeitos<sup>143</sup>.

Em julho de 1998, De Velasco filiou-se ao Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona), legenda que deu sustentação à candidatura de Enéas Carneiro. O parlamentar destaca-se entre os deputados iurdianos devido à sua grande articulação em prol de assuntos relacionados aos interesses da Universal. Assuntos religiosos foram a tônica de grande parte de suas exposições, somados às pautas pontuais relacionadas à política do período. No recorte analisado, dos seus 20 discursos feitos em Pequeno e Grande Expediente, 12 continham conteúdo explicitamente religioso. Entre os assuntos tratados por De Velasco encontrava-se, por exemplo: “Homenagem ao dia da Bíblia”, “Homenagem à Igreja Presbiteriana do Brasil pelo transcurso dos

---

<sup>142</sup> Cf. Biografia de Paulo De Velasco. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73554>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>143</sup> Cf. Biografia de Paulo De Velasco. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73554>. Acesso em 10 dez. 2021

seus 137 anos”; “Homenagem à comunidade evangélica brasileira e mundial pelo transcurso dos quadringentésimo septuagésimo nono ano da reforma protestante”. Dentre os discursos recorrentes, a homenagem ao Dia da Bíblia foi feita pelo deputado no dia 30 de outubro de 1995 e repetida em 31 de outubro de 1996. Ou seja, a grande maioria dos discursos de De Velasco foram destinados às comunidades evangélicas e assuntos religiosos, visto que também se empenhou em defender a IURD e a atacar setores da imprensa.

A relação de De Velasco com a imprensa não foi amistosa, talvez por sua experiência pregressa na administração da TV Record. No dia 10 de julho de 1997, o jornal *Folha de São Paulo* divulgou uma reportagem afirmando que a Bancada da Igreja Universal teria votado junto ao governo FHC pela PEC nº 173/95, principalmente no polêmico artigo 7 que previa a quebra da estabilidade dos servidores públicos. Em troca, a Igreja poderia se livrar da autuação de mais de R\$ 98 milhões da Receita Federal por sonegação fiscal<sup>144</sup>. Segundo a matéria, o acordo foi costurado entre os ministros Sérgio Motta das Comunicações, Luiz Carlos Santos de Assuntos Políticos, e o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA). Ambas as partes negaram o acordo, no entanto, a reportagem destacou uma declaração de De Velasco, apontando-o como fonte:

O deputado De Velasco (Prona-SP) confirmou à Folha que a bancada negociou com o governo. À pergunta sobre por que os cinco deputados mudaram de voto de um dia para o outro, respondeu: "Sentimos alguma coisa no ar. Decidimos dois minutos antes de começar a votação"<sup>145</sup>.

No mesmo dia da divulgação da reportagem, durante a sessão de Pequeno Expediente da Câmara dos Deputados, o deputado leu uma carta que teria enviado ao Diretor Executivo da Folha de São Paulo, Valdo Cruz. Segundo o parlamentar:

Contrariando antiga posição de não conceder entrevistas, pela experiência que tenho das distorções que são feitas, concedi uma a esse senhor, que mais uma vez desonrou a credibilidade desse jornal.  
O Senhor Lúcio Vaz afirmou: "O Deputado De Velasco (Prona - SP), confirmou à Folha que a bancada negociou com o Governo".  
Mentira! Jamais proferi tal frase! Nem o poderia fazer a bem da verdade.  
Encontrando-me hoje com o Senhor Vaz, tive a oportunidade de chamá-lo "leviano, não confiável e que não honra o título de jornalista que diz ter".

<sup>144</sup> VAZ, Lúcio; RODRIGUES, Fernando. Ministros negociam votos com a Universal. *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc100722.htm>. Acesso em 05 ago. 2021.

<sup>145</sup> *Ibidem*, 1997.

Fica aqui o protesto de quem se recusa a receber como verdade informações apenas contidas no cérebro mesquinho de profissionais menores<sup>146</sup>.

De acordo com Paulo De Velasco, de fato teria ocorrido um encontro junto ao jornalista, ao passo que este teria distorcido suas palavras ao longo da reportagem. Ao chamar o Lúcio Vaz de “leviano” e “não confiável”, o deputado expõe um comportamento repetido em outras oportunidades pelas demais lideranças iurdianas em prol do confronto. A imprensa, desta forma, firma-se como um adversário público para a Igreja, cuja estratégia cada vez mais passa pela rejeição desses veículos, conforme o próprio deputado apresenta no início da fala que havia contrariado sua própria prática em não conceder entrevistas. Para um grupo político que aumentava cada vez mais seu poderio midiático, o conflito com outros veículos de comunicação intensificou-se no campo narrativo. Por mais que tenha contrariado a matéria feita pela *Folha de São Paulo*, De Velasco e seus companheiros iurdianos votaram pela Reforma Administrativa. Na mesma ocasião, o deputado Luiz Moreira também se posicionou em crítica severa ao jornalista Lúcio Vaz, afirmando:

Nossa presença aqui visa exatamente contestar essa mentira, essa excrescência manifestada na Folha de S. Paulo. Somos leitores desse jornal e não podemos aceitar tal situação. Ninguém melhor do que eu pode testemunhar o que se passou para poder comprovar o que foi escrito. Ontem, nesta Casa, votei contra a quebra da estabilidade. Portanto, pertenço à bancada da Igreja Universal. E, se houve alguém com compromisso de que a bancada fosse unânime na votação, por meio de acordo, esse alguém seria eu, o único Deputado que não poderia faltar com o seu voto. Em primeiro lugar, porque pertenço ao PFL da Bahia. em segundo, porque sou amigo particular do Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, e, finalmente porque tenho grande estima, afinidade e amizade pelo Líder do Governo nesta Casa, Deputado Luís Eduardo<sup>147</sup>.

Esse discurso possui algumas camadas que são centrais para a compreensão da atuação parlamentar dos deputados iurdianos. Pois, se por um lado os deputados possuíam a ligação umbilical com a Universal, visto que foram eleitos através da indicação e pelos esforços da igreja, por outro sedimentaram suas legislaturas dentro das legendas a que pertenciam, assim como buscavam ter um bom relacionamento com outras lideranças políticas tanto estaduais como dentro da Câmara dos Deputados. A enunciação de Luiz Moreira feita no dia 10 de julho evidencia as ligações políticas que possuía na Casa. Em primeiro lugar, reafirma sua condição de

<sup>146</sup> DE VELASCO, Paulo. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 10 jul. 1997, p. 19453. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11JUL1997.pdf#page=117>. Acesso em 10 abr. 2021.

<sup>147</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 10 jul. 1997, p. 19448. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11JUL1997.pdf#page=112>. Acesso em 10 abr. 2021.

representante político da IURD e, em seguida, aponta seu bom relacionamento com o Presidente do Senado Antônio Carlos Magalhães, um dos seus principais aliados no estado da Bahia. Além disso, sua relação próxima ao líder do governo na Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, também é explicada pela aliança estadual, visto que Luís Eduardo era filho de ACM. Portanto, ao fazer essa introdução, Moreira argumenta que teve um posicionamento contrário ao dos seus colegas iurdianos e à indicação da família Magalhães:

Tive ontem um grande drama de consciência, porque a amizade que tenho pelo Deputado Luís Eduardo é muito grande. Entretanto, votei contra a sua orientação.

Se não fosse eu aquele Deputado que tivesse feito um acordo dentro de uma bancada, será que alguém, de sã consciência, poderia perceber que eu iria trair esse voto?<sup>148</sup>

A grande questão é por qual motivo Luiz Moreira teria tido um drama de consciência em não votar junto ao seu aliado Luís Eduardo – que havia deixado o posto de presidente da Câmara dos Deputados há pouco tempo – e aos demais deputados iurdianos. Para além disso, o que teria levado Moreira a votar contra todas as lideranças. Se levarmos em conta o seu partido, não encontramos respaldo para seu voto, tendo em vista que dos 104 deputados que o PFL possuía na Câmara, 89 votaram a favor da quebra da estabilidade, enquanto apenas 15 foram contrários<sup>149</sup>. Entre os votos contrários, estava o de Luiz Moreira.

A opção por não acompanhar a maioria esmagadora do partido também parece não ter base em um possível desgaste político entre Moreira e seus aliados, conforme a própria declaração deixa claro. Em 4 de fevereiro, dia da eleição de ACM para a presidência do Senado, Moreira declarou no plenário sua lealdade a Luís Eduardo: “Hoje tenho na sua pessoa aquele amigo para todas as horas. Tenho certeza de encontrar exatamente aquela rocha da qual posso me aproximar, porque sei que ela é dura, verdadeira, mas é receptiva e amiga, e sempre tem um conselho para nossas aflições”<sup>150</sup>.

<sup>148</sup> Ibidem, 1997, p. 19448.

<sup>149</sup> BRASIL. Plenário da Câmara dos Deputados - Proposição: PEC. N. 173/95 - DVS N. 40 (ARTIGO 7 - ESTABILIDADE). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/votacao/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/votacao/default.asp?datDia=09/07/1997&numSessao=7>. Acesso em 12 ago. 2022.

<sup>150</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 04 fev. 1997, p. 3750. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05FEV1997.pdf#page=220>. Acesso em 10 abr. 2021.

Nesse sentido, o voto de Luiz Moreira contrário ao artigo 7 da PEC enviada pelo governo, não parece ter sido fruto de um desgaste político com a família Magalhães, até porque todos os outros cinco iurdianos posicionaram-se a favor da proposta governista. Podemos interpretar que Moreira votou contra a quebra da estabilidade dos servidores públicos por dois motivos. Primeiramente, porque sabia que tanto os demais iurdianos como a maioria expressiva do seu partido estariam a favor da medida. Assim, seu posicionamento transmitiu a mensagem de que não teria ocorrido nenhuma articulação entre o governo e os deputados iurdianos, conforme noticiado pela *Folha de São Paulo*. Moralmente, a Universal tinha o argumento que precisava para rebater as críticas da imprensa e da oposição. Além disso, Luiz Moreira posicionava-se enquanto um defensor da causa dos servidores públicos, algo aparentemente caro ao deputado, conforme fica claro em outros discursos proferidos pelo parlamentar.

Em 15 de abril de 1996, em mais um embate de Luiz Moreira com a imprensa, o parlamentar criticou a reportagem feita pelo *Jornal do Brasil* que afirmava: “O PFL vai defender na Câmara o fim da estabilidade do funcionalismo público”. Segundo a reportagem, o deputado Inocêncio Oliveira teria informado a intenção dos pefelistas: “Queremos reduzir o número de funcionários a 60% do que temos hoje”. Para Moreira, as palavras de Inocêncio teriam sido manipuladas pelo jornal, pois não tinha confiança na redação do *Jornal do Brasil*. Ao argumentar que a notícia seria falsa, pontuou que seu posicionamento contrário à proposta da quebra da estabilidade:

Sou do PFL, mas este voto ninguém terá de minha parte. Não posso concordar com isso. Se aqui estamos nos insurgindo quanto à expectativa de direito, como é que vamos aceitar a quebra de um direito adquirido?  
Digo isso porque no art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias, está claro que todos aqueles que possuíam, na ocasião da promulgação da Constituição, cinco anos efetivos de serviço, tinham estabilidade garantida.

Ou seja, valendo-se do argumento constitucional, Moreira colocou-se contrário à proposta, argumentando que em seu partido não existia unanimidade positiva frente à proposta. Em 29 de outubro de 1997, marcado como “dia do servidor público”, Moreira se pronunciou novamente. Foi o único iurdiano que se posicionou no dia e suas colocações foram ao encontro da causa dos funcionários públicos. O deputado utilizou um discurso mais moderado se comparado a outros parlamentares que se pronunciaram no dia e criticaram as medidas adotadas pelos últimos governos que retiraram diversos direitos da categoria<sup>151</sup>. Todavia, a fala do parlamentar demonstra

<sup>151</sup> Exemplo de crítica enfática às ações do governo federal em relação aos servidores públicos pode ser

seu alinhamento à causa dos funcionários públicos e as críticas, mesmo que dosadas, em relação às ações feitas pelo governo FHC: “

Poderia, do mesmo modo, falar sobre o desestímulo, a falta de perspectiva, o descrédito, a ansiedade e as preocupações que os aflige e, por extensão, os seus familiares, fruto de decisões e de políticas governamentais nem sempre bem avaliadas, quanto ao seu mérito, conveniência, oportunidade e prazo para implementação. Poderia, ainda enfatizar o errôneo tratamento dado pelo Estado, através dos sucessivos Governos, aos seus servidores como se estes não fossem seus agentes e, como tais, fiéis aliados, mas adversários que inexplicavelmente passam a ser assim tratados, algumas vezes arremetendo-os para indesejáveis demandas judiciais, desgastantes para ambas as partes. Caberia, por último, enfatizar que a arcaica estrutura de administração do Estado não responde às crescentes necessidades da sociedade, o que leva a descumprir as modernas funções públicas, de um prestador dos efetivos serviços que lhe são devidos, como retribuição aos impostos pagos<sup>152</sup>.

Assim sendo, Luiz Moreira aponta para ações que impactaram o desenvolvimento das funções do servidor público e culminaram na precarização do seu trabalho. Entretanto, mesmo encampando a defesa do funcionalismo público, Moreira persistiu ligado às demandas iurdianas e da família Magalhães, mesmo que as agendas se confrontassem, como foi o caso do artigo 7 da PEC nº 173/95. Em outras agendas centrais para o andamento do governo FHC, como a quebra do monopólio estatal nos setores de telecomunicações, exploração do petróleo e distribuição de gás canalizado e navegação de cabotagem, bem como na agenda de mudança do conceito de empresa nacional, em todas elas foi favorável<sup>153</sup>. Isso posto, não estamos diante de um parlamentar que se dissocia de seu grupo político por convicções pessoais gerando desgastes no grupo. Do contrário, pontualmente teve posicionamentos divergentes, mas que apenas ressaltaram seu poder de articulação no Congresso junto a diversos argumentos políticos, para além do berço iurdiano. Os mandatos parlamentares dos representantes da IURD estavam longe de serem isolados e sectários, do contrário, existia certa mobilização em uma base ampla. Para um grupo político tão novo para o período, os iurdianos pareciam muito bem

---

visto, por exemplo, no discurso do deputado Valdenor Guedes (PPS-AP): “Sr. Presidente, nunca o Governo fez algo para que estes funcionários pudessem reciclar-se melhor esta máquina administrativa para atender à população brasileira com mais proficiência. Hoje, portanto, é momento não de alegria, mas de tristeza para todos nós, funcionários públicos deste País” (GUEDES, Valdenor. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 28 out. 1997, p. 34593. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29OUT1997.pdf#page=178>. Acesso em 10 abr. 2021)

<sup>152</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 28 out. 1997, p. 34560. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29OUT1997.pdf#page=178>. Acesso em 10 abr. 2021

<sup>153</sup> Cf. Verbete Luiz Moreira. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-moreira-da-silva>. Acesso em 20 dez. 2021.

orientados sobre quais caminhos e articulações realizar, demonstrando certa acomodação aos embates e impasses da política brasileira.

O sexto iurdiano a adentrar a Câmara dos Deputados foi Wagner Amaral Salustiano, nascido em 27 de julho de 1955, na cidade de São Paulo. Salustiano, advogado e empresário, trilhou sua trajetória profissional junto às atividades da Igreja Universal, por onde foi diretor regional. Filiou-se em 1993 ao Partido Progressista Reformador PPR, por onde disputou as eleições de 1994 e elegeu-se deputado federal por São Paulo<sup>154</sup>. Elegendo-se por um partido que formava a base do governo FHC, foi a favor da quebra do monopólio estatal nos setores de telecomunicações, exploração de petróleo, distribuição de gás canalizado e navegação de cabotagem. Também foi favorável à manutenção do Fundo Social de Emergência (FSE) e pela extinção do conceito de empresa nacional. Em suas atividades parlamentares, assumiu a Comissão de Economia, Indústria e Comércio, assim como foi vice-líder do seu partido na Câmara<sup>155</sup>.

No ano de 1995, o PPR fundiu-se ao Partido Progressista (PP), formando o Partido Progressista Brasileiro (PPB), levando Salustiano a participar da nova legenda e assumir sua vice-liderança. No posto de Vice-líder do bloco PPB-PL, no ano de 1996 votou pelo estabelecimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Por determinação do seu partido absteve-se de se posicionar pela emenda constitucional que propunha a reeleição para Presidentes da República, Governadores e Prefeitos. No entanto, já no segundo turno da proposta, alterou seu posicionamento e votou a favor do projeto. Prestigiado, assumiu a suplência na chapa vitoriosa de Michel Temer (PMDB-SP) à presidência da Casa. Wagner Salustiano conquistou prestígio político, sendo reeleito em 1998 e assumindo o posto de coordenador político da IURD em São Paulo.

Salustiano teve sua trajetória política estendida até os anos 2000, quando dessa vez elegeu-se como deputado estadual por São Paulo<sup>156</sup>. Esse fato chama a atenção, pois não se trata de um movimento comum a políticos que ocupam cadeiras no âmbito

---

<sup>154</sup> Cf. Verbete Wagner Amaral Salustiano. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wagner-amaral-salustiano>. Acesso em 20 dez. 2021.

<sup>155</sup> Cf. Biografia de Wagner Salustiano. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73643>. Acesso em 10 dez. 2021.

<sup>156</sup> Ao disputar sua campanha eleitoral em 2006 pelo PSDB, foi acusado de participar do “escândalo das sanguessugas”, denúncia que apontava a compra superfaturada de ambulâncias da empresa Planam. Em 2006, após o relatório parcial da CPI dos Sanguessugas, 72 parlamentares sofreram processo de cassação, sendo que Salustiano foi poupado.

federal. Soma-se a isso, o fato de a igreja não ter diminuído suas cadeiras no período, pois enquanto na eleição de 1998 elegeu 12 deputados federais, em 2002 o número chegou a 18 parlamentares. Nesse sentido, a trajetória de Salustiano demonstra como os deputados federais indicados possuíam mandatos referendados pelos planos da IURD. Não se tratava de lideranças que possuíam trabalhos e causas populares, do contrário eram eleitos através dos esforços da Igreja. Quando não atendiam às expectativas ou não estavam nos planos estratégicos não seguiam ocupando aquele espaço.

O mandato de Wagner Salustiano mostra como o parlamentar foi um aplicado defensor dos interesses iurdianos na Câmara dos Deputados. Dos 20 discursos proferidos no período de 1996 a 1999, o deputado por oito vezes comentou assuntos relacionados à IURD, à TV Record ou ao Bispo Edir Macedo. Nas demais enunciações, tratou, de maneira geral, de assuntos relacionados: à execução do hino nacional nas escolas; à defesa do seu partido PPB e do principal líder da legenda, à época prefeito da cidade de São Paulo, Paulo Maluf; à erradicação da aids; e ao combate a casos de corrupção nos órgãos públicos. Salustiano foi o parlamentar iurdiano que de forma mais explícita manifestou suas orientações políticas conservadoras. Graças a seu destacado desempenho como parlamentar, Salustiano foi escolhido para ser suplente na chapa vencedora de Michel Temer à presidência da Câmara no biênio 1997-1999, o que atesta a relevância da sua atuação tendo em vista os objetivos iurdianos.

Na sessão do dia 7 de fevereiro de 1996, Wagner Salustiano teceu um grande discurso no qual versou sobre três temáticas diferentes. Na primeira parte do discurso homenageou o político Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), que havia falecido no dia 27 de janeiro de 1996. Na homenagem ao ex-parlamentar, Salustiano frisou que Cardoso era um “Político de tradição fortemente conservadora” e que havia liderado “blocos parlamentares de centro-direita que derrubaram grande mudanças que a esquerda tentou passar na constituição”<sup>157</sup>. Destaca-se que Roberto Cardoso foi um político que passou ao longo de sua vida por legendas como o Partido da Democracia Cristã (PDC), Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Movimento da Democracia Brasileira (MDB) e, por fim, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tratava-se, portanto, de um

---

<sup>157</sup> SALUSTIANO, Wagner. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 7 fev. 1996, p. 4010. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCCD08FEV1996.pdf#page=182> Acesso em 10 abr. 2021

político de viés conservador e de uma trajetória política construída nos tempos de ditadura militar.

Ainda na esteira do discurso de Salustiano no dia 7 de fevereiro, outro assunto tratado na ocasião chama a atenção. No final do mês de janeiro, o escritor português, José Saramago, estava de passagem pelo Brasil para receber algumas homenagens, inclusive, vinda diretamente do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em uma palestra concedida ao jornal *Correio Braziliense*, Saramago teria afirmado que a Igreja Universal era uma “organização criminosa, uma quadrilha que se dedica ao crime e ao roubo”<sup>158</sup>. Para Saramago, que na ocasião se declarou ateu: “Se os crimes da Igreja Católica na Inquisição são reconhecidos como tal, por que não os da Igreja Universal do Povo (sic) de Deus?”<sup>159</sup>. As falas do escritor português geraram grande comoção entre os iurdianos, levando Salustiano a rebater em seu discurso parlamentar, no qual pontuou sobre o fato de o Brasil ser um país acolhedor a todos os estrangeiros, mas que a fala de Saramago não poderia ser aceitável: “Este meu pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não ficará só para registros nos Anais desta Câmara. Estarei enviando cópia à Embaixada brasileira em Portugal pedindo a este senhor que apresente provas do que declara”<sup>160</sup>.

Por fim, Wagner Salustiano, ainda no dia 7 de fevereiro de 1996, comentou sobre as críticas sofridas à época pelo prefeito da cidade de São Paulo, Paulo Maluf. Segundo o parlamentar, Maluf seria um “Político de fibra e com visão estrategista como poucos neste país”<sup>161</sup>, de modo que o prefeito estaria sendo vítima da mesma oposição que combateu o Plano Real. Salustiano, ao sair em defesa da principal liderança de seu partido, previu que seu governo marcaria a história do país “como o que mais fez, mais produziu, mais idealizou e concretizou, mais aplicou em bem-estar da população”<sup>162</sup>. Nas palavras do parlamentar, Maluf alcançaria êxito mesmo com a grande oposição ao seu mandato:

Os partidos de oposição, em todos os níveis, orquestrados e regidos pelo PT, desejam, sempre, que todas as iniciativas sejam barradas já no seu nascedouro, independentes da sua intenção ou aplicação, pois não têm

---

<sup>158</sup> Para Saramago, Universal é uma “quadrilha que se dedica ao roubo”. Folha de S. Paulo, 30 jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/30/brasil/34.html>. Acesso em 10 ago. 2022.

<sup>159</sup> Ibidem, 1996.

<sup>160</sup> Ibidem, 1996, p. 4011.

<sup>161</sup> Ibidem, 1996, p. 4013.

<sup>162</sup> Ibidem, 1996, p. 4013.

interesse de ver um Brasil melhor, mas só única e exclusivamente conseguir dar poder a qualquer custo<sup>163</sup>.

Assim, Wagner Salustiano posicionava-se com mais veemência na Câmara dos Deputados, deixando claras suas aspirações e expondo um alinhamento conservador explícito se comparado aos demais iurdianos. Além de seu mandato defender os interesses e a imagem da Igreja Universal, colocou-se em confronto com os partidos de esquerda, apoiou o governo federal conforme a aliança articulada pela IURD e permaneceu ligado às lideranças de seu partido, mesma prática vista no mandato de Luiz Moreira. Assim sendo, por mais que a fidelidade partidária não fosse uma necessidade na carreira dos deputados iurdianos, a boa relação poderia garantir cargos, indicações e prestígio dentro das legendas.

Além das articulações partidárias, a organização política iurdiana no Legislativo durante os anos 1990 buscou alinhamento com o poder Executivo. Após as turbulências do início da década de 1990, protagonizadas pelo governo Collor, e a expectativa de resposta político-econômica do Plano Real, encabeçada no governo Itamar Franco, as eleições de 1994 ganharam uma importante proporção. Apesar de não possuir apoio político nem popularidade, Itamar Franco assumiu a presidência inesperadamente. Com o desafio de estabilizar a economia, seguiu com algumas trocas no comando do Ministério da Fazenda, até indicar Fernando Henrique Cardoso:

Itamar não tinha apoio político, havia apoiado Collor. Assumiu interinamente em outubro de 1992. Desorientado, trocou de ministro da Fazenda três vezes em poucos meses. Definiu-se, afinal, por Fernando Henrique Cardoso, integrante do PSDB que concordara fazer parte do governo Itamar Franco como ministro das Relações Exteriores. Itamar, mais um vice-presidente que assumia inesperadamente o poder, tinha convicções nacionalistas e pouco domínio dos temas econômicos. Teve o mérito de não atrapalhar as iniciativas de Fernando Henrique Cardoso (FICO, 2015, p.129).

Foi através de sua participação no governo Itamar Franco, que a candidatura à presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ganhou força ao longo do ano de 1994, principalmente, com a associação de sua imagem ao projeto de estabilização da moeda. O grande oponente de FHC naquele ano seria Luiz Inácio Lula da Silva, que se consolidou enquanto um dos principais expoentes de oposição à esquerda, principalmente após sua derrota eleitoral na campanha para Presidente da República de 1989. O petista iniciou o ano eleitoral de 1994 muito à frente de seu adversário tucano, mas viu suas intenções de voto derreterem a ponto de assistir à vitória da coalizão União, Trabalho e Progresso ainda no primeiro turno das eleições, com

---

<sup>163</sup> Ibidem, 1996, p. 4012.

54,24% dos votos válidos. Inicialmente formada por PSDB, PFL e PTB, a coligação contou com a adesão do PPB e PSD, na mobilização pela eleição da chapa FHC e Marco Maciel (PFL) para o Executivo nacional: “Foi o sucesso do Plano Real que catapultou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Lula, que fora derrotado em 1989, também perdeu a eleição de 1994. Ele despontou na frente nas pesquisas, mas suas críticas ao Plano Real o derrotaram” (FICO, 2015, p. 131).

Na articulação eleitoral, os tucanos buscaram alianças sólidas para a construção do nome de FHC ao longo da campanha presidencial. Isso porque, até o início de 1994, especulava-se um embate nas urnas entre Lula e Paulo Maluf (PPR), todavia a candidatura do então prefeito de São Paulo não ganhou força, gerando a perspectiva de uma chapa encabeçada pelo PSDB. Segundo o historiador Poméia Genáio, enquanto Itamar Franco buscava articular uma coligação entre PMDB, PSDB e PFL, lideranças do PPR buscavam atrair o PFL para uma aliança com partidos de direita:

Desse modo, o senador Esperidião Amin e o deputado Antônio Delfim Netto articularam uma coligação PPR com PFL, PP, PTB e PL. Pensavam em uma alternativa ao nome do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, suspeito de financiamento irregular em suas campanhas. Esse arranjo sugeria nomes de candidatos como o ex-governador da Bahia do PFL, Antônio Carlos Magalhães, do cirurgião Adib Jatene e do próprio Amin. Mas os líderes dos partidos envolvidos não confiavam na desistência de Maluf da candidatura, e vetaram a aproximação (GENAIO, 2013, p. 156).

No redirecionamento das alianças, o PPR indicou o senador Esperidião Amin para disputar a Presidência, enquanto o PMDB não conseguiu trazer o PFL e o PSDB para sua chapa, indicando o nome de Orestes Quércia para a disputa eleitoral. Já a campanha de FHC foi ganhando corpo ao longo do ano de 1994, fazendo com que o PFL aguardasse oportunamente o aumento de sua popularidade para decretar a união com os tucanos. Nesse contexto, destacou-se a visão do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, sobre o cenário político do momento. Segundo a visão do político baiano, uma união entre PSDB e PFL seria bem-vinda, pois os resultados de FHC à frente do Ministério da Fazenda, principalmente em relação ao controle da inflação, seriam determinantes para suas pretensões políticas. Todavia, por mais potente que fosse o posicionamento de Magalhães, havia lideranças do partido que apoiavam uma aliança à direita com PPR, PMDB, PTB, PL e o PP, indicando, inclusive, o nome do próprio governador baiano (GENAIO, 2013).

Entre os tucanos, o debate interno se intensificou com a possibilidade de associação ao PFL. A ala social democrática do partido criticou a aproximação ideológica com os pefelistas, havendo, inclusive, quem considerasse uma aliança com o PT. Apesar de contar com muitos adeptos, a aproximação não avançou devido à oposição feita pelos petistas aos planos econômicos do governo Itamar à resistência do partido em aceitar ser vice na chapa de FHC. Por fim, a coligação tucana terminou costurada por FHC, que encontrou no PFL um partido disposto a compor a vice-liderança da chapa. Ou seja, mesmo com críticas entre políticos e militância de ambos os lados, que apontavam a incoerência programática da união, o retorno econômico positivo do país determinou o sucesso da chapa:

Nesse processo, o que ficou claro foi o pragmatismo político superando as questões ideológicas. Novos atores foram inseridos e ocorreu uma acomodação do tradicional com as novas forças. A aliança configurou, grosso modo, a permanência de privilégios econômico-políticos, ou de uma tradição arcaica brasileira, num contexto de transformação do capitalismo. A aliança representou uma garantia para as elites econômicas, que passariam a apoiar o plano de estabilização, garantido o poder aos seus autores, ao mesmo tempo em que afastavam a possibilidade de ascensão de novos atores político-eleitoral, aparentemente era que prometia o PT, de então (GENAIO, 2013, p.175).

Dentro desse desenho político, destacou-se a associação política realizada pela Igreja Universal na eleição de seus candidatos à Câmara dos Deputados em 1994. Pelo Rio de Janeiro, Aldir Cabral foi eleito pelo PTB-RJ e Luiz Moreira pelo PFL-BA, partidos que compuseram a chapa União, Trabalho e Progresso. Já Wagner Salustiano foi eleito pelo PPR-RJ e Laprovita Vieira pelo PP do Rio de Janeiro, partido que à época tinha a liderança do prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Por fim, Paulo de Velasco elegeu-se pelo PSD-SP, enquanto Jorge Wilson chegou à Câmara dos Deputados pelo PMDB-RJ. Ambos elegeram-se pela coligação Desenvolvimento do Brasil que contou com PMDB, PSD E PRP. Eleita a chapa liderada pelos peessedebistas à Presidência da República, formaram a base governista os seguintes partidos: PSDB, PFL, PTB, PPB, PMDB e PL. Ou seja, mesmo que não eleitos junto à chapa liderada pelos tucanos, os deputados iurdianos compuseram a base do governo FHC.

### **3.2 - Um representante iurdiano no governo do estado do Rio de Janeiro**

Na tarde de sábado do dia 18 de junho de 1991, um evento no Aterro do Flamengo, localizado na cidade do Rio de Janeiro, foi responsável por uma grande

concentração de evangélicos. O encontro foi organizado pelo Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), grupo formado em julho de 1993 após a detenção de Edir Macedo. Liderado por Macedo e pelo pastor Manoel Ferreira, presidente da Convenção Nacional das Assembleias de Deus (Conamad), o objetivo do conselho era posicionar-se em favor das pautas evangélicas em prol de sua liberdade religiosa no país. Na prática, o CNPB pretendeu representar os evangélicos em sua grande diversidade e replicar para o meio evangélico a organização dos católicos no entorno da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). O grupo ainda se colocou em oposição à Associação Evangélica Brasileira (AEVB), liderada pelo então pastor presbiteriano Caio Fábio.

A aproximação da IURD junto a outras igrejas evangélicas, sem sombra de dúvidas, não ocorreu de maneira orgânica, tendo em vista a forma combativa com que a igreja liderada por Edir Macedo comportava-se publicamente. Um depoimento feito pelo deputado Paulo de Velasco em uma palestra realizada na Faculdade Metodista de São Bernardo do Campo, em 1993, explicita a relação controversa da IURD com o meio evangélico:

No início [desde a fundação da Universal], nós fomos muito perseguidos, profundamente perseguidos. Quando você é perseguido, o que você tem que fazer? Criar uma couraça para se defender. Foi o que nós fizemos. Nós nos recolhemos (...) Então nós nos isolamos das outras igrejas por causa disso. Porque todo mundo combatia (...) Todo mundo estava contra a Igreja Universal. Então a igreja se fechou e fechou as portas às outras igrejas também. Onde nós assumíamos uma emissora de rádio, nós tiramos os programas das outras igrejas. Fazíamos tudo isso, claro, faziam conosco. Nunca ninguém nos deu a mão. Até que o bispo Macedo foi preso. Aí as igrejas vieram a nós. Aí nós abrimos também para as outras igrejas (DE VELASCO, 1993, apud MARIANO, 2014).

Conforme expõe Ricardo Mariano, a aproximação da Universal em relação às demais igrejas evangélicas, de fato, apenas se estreitou após a prisão do Bispo. Isso porque figuras ligadas à Assembleia de Deus, como o pastor e televangelista Silas Malafaia, o presidente do Conselho de Pastores de São Paulo e da Assembleia de Deus, Jabes de Alencar, e o pastor Manoel Ferreira, fizeram aparições na TV Record, bem como tiveram programas próprios na emissora (MARIANO, 2014).

Destarte, o evento realizado no Aterro do Flamengo, organizado pela CNPB, teve o protagonismo do público da Igreja Universal, sendo o bispo Macedo seu principal locutor. O encontro não se restringiu a um culto comum, contando também com diversas manifestações políticas vindas tanto da plateia de fiéis como da cúpula iurdiana. Entre a multidão o recado deixava expressa a vontade dos populares

religiosos em cartazes com os dizeres: “Queremos um presidente evangélico”<sup>164</sup>. Enquanto isso, no palanque junto às lideranças da Igreja, estavam os candidatos a governador do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1994: Marcelo Alencar (PSDB-RJ), Anthony Garotinho (PDT-RJ) e Jorge Bittar (PT-RJ).

Dos três candidatos, o petista foi o que buscou distância do nome de Macedo, afirmando que havia ido ao evento apenas porque fora convidado como todos os candidatos e que dispensaria o apoio do Bispo. Todavia, a presença dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de votos da época, demonstrava a força estabelecida pela Universal por intermédio da CNPB no cenário público do país. Em termos políticos, qualquer candidatura que se pretendesse viável eleitoralmente ao governo do estado não conseguiria negar o convite para participar de um evento com tantos possíveis eleitores do meio evangélico. O voto evangélico crescia cada vez mais em importância, tendo sido determinante em eleições anteriores, como em 1989 (FREESTON, 1993). O Rio de Janeiro crescia enquanto local de iniciação de novas igrejas neopentecostais e passava a ser o centro desse fenômeno religioso do país. Portanto, seria privilegiado eleitoralmente o político que conquistasse o apoio dessas lideranças religiosas.

O pedetista Anthony Garotinho, à época um político de esquerda ligado a Leonel Brizola, afirmou que aceitaria um possível apoio de Macedo, destacando: “O que salva o homem não é a religião, é a fé. E eu sou cristão, não sou nenhum ateu”<sup>165</sup>. Porém, quem mais defendeu Edir Macedo em entrevista à reportagem da *Manchete*, foi o tucano Marcelo Alencar, que afirmou: “Ele não foi condenado e não sou eu quem vou julgá-lo”<sup>166</sup>. Na continuidade de sua fala, o político deixou clara a sua receptividade quanto a um possível apoio do Bispo: “Respeito a sua pregação, porque fala de paz, de ordem e do esforço coletivo por uma nação próspera. Aceito o apoio dele com o maior prazer”<sup>167</sup>. O estabelecimento das conexões políticas de Alencar e a IURD durante a campanha eleitoral, fortaleceu a influência da Igreja no governo do estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a vitória eleitoral do tucano.

---

<sup>164</sup> “A polêmica festa no Aterro”. Jornal Manchete (RJ), 1994. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20199&pesq=Festa%20no%20aterro>. Acesso em 15 de ago. 2022.

<sup>165</sup> Ibidem, 1994.

<sup>166</sup> Ibidem, 1994.

<sup>167</sup> Ibidem, 1994.

Na reportagem do dia 6 de janeiro de 1996, veiculada na *Folha de São Paulo*, o jornalista Aziz Filho expôs uma acusação que pairava sobre o deputado iurdiano Aldir Cabral. Na ocasião, Cabral se licenciou do cargo de deputado federal para assumir a Secretaria do Trabalho do estado do Rio de Janeiro, no governo de Marcello Alencar. A matéria intitulada “Secretário é acusado de privilegiar a Universal”, investigou a contratação de funcionários da pasta liderada pelo iurdiano. Segundo a denúncia, entre janeiro e setembro de 1995, a Secretaria demitiu 380 pessoas, enquanto outras 209 foram contratadas através do Sine (Sistema Nacional de Empregos). Ocorre que entre os contratados se encontravam diversas pessoas ligadas às lideranças religiosas e políticas da IURD.<sup>168</sup>

Um dos contratados na pasta foi Jorge Wilson de Matos Júnior, filho do deputado federal iurdiano Jorge Wilson Matos (PPB-RJ), que ocupou o cargo de chefe do posto do Sine na cidade de Niterói, com um salário de R\$964. Já os irmãos do deputado federal Odenir Laprovita Vieira, Marilene Laprovita e Enyr Laprovita Vieira, assumiram, respectivamente, o cargo de psicóloga, com salário de R\$ 511,00, e de supervisor dos postos do Sine, com salário de R\$1554,00. Até mesmo a irmã do então secretário Aldir Cabral, Andrea Cabral de Araújo, ocupou a chefia do Sine na Cidade de Deus, também recebendo R\$964,00 ao mês. De acordo com apuração da reportagem, Fátima Regina de Oliveira Laudino, anteriormente chefe do Sine em São Gonçalo, afirmou que foi: “demitida em agosto para dar lugar a Vania Fernandes Lemos, há dez anos obreira de um templo da Universal em Zé Garoto, bairro central de São Gonçalo”<sup>169</sup>.

É curioso notar que Marcelo Alencar, ao buscar certo distanciamento da IURD, argumentou que sua relação com Aldir Cabral tratava-se apenas de uma aliança estritamente política, independente do apoio da Igreja à sua campanha no segundo turno do pleito ao governo do estado do Rio de Janeiro em 1994. Mas a afirmação do governador era frágil, principalmente por conta da densidade da denúncia apresentada pela reportagem que também destacou o depoimento do presidente da Associação de Funcionários do Sine, Carlos Antônio Nascimento. O presidente afirmou que na gestão de Cabral à frente da pasta: “a absoluta maioria dos contratados e dos indicados para

---

<sup>168</sup> FILHO, Aziz. Secretária é acusado de privilegiar Universal. *Folha de S. Paulo*, 6 jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/06/brasil/25.html>. Acesso em 12 mar. 2022.

<sup>169</sup> *Ibidem*, 1996.

os empregos do Sine é de evangélicos”<sup>170</sup>. Com as denúncias vindas a público, o Aldir Cabral não permaneceu no cargo, retornando ao seu mandato de deputado federal.

Dessa forma, observa-se na atuação parlamentar iurdiana a utilização do meio político para conquistar espaços de poder. Fato é que as relações sociais, sejam as instituições ou interações em grupos, são atravessadas pelo poder. A política, representada pelos partidos e instituições estatais, compõe um dos espaços mais complexos na luta de poder. Compreende-se que o poder é exercido materialmente, mas nem sempre está relacionado a uma condição econômica, como é o caso do poder religioso. Nos locais religiosos também existem espaços privilegiados de poder onde o “poder ou sua maneira de ser e correr se concebe, articula, constrói, se exerce e se perpetua” (NETO, 2003, p. 132). Da perspectiva foucaultiana, o poder possui estruturas modernas que constituem as relações sociais e não necessariamente é centralizado em um Estado global (FOUCAULT, 1979 Apud NETO, 2003).

Para além da coerção, o poder ocorre através do controle de recursos. Nos espaços religiosos, as relações estabelecidas contribuem para a formação de um poder emanado destes mesmos locais, onde para Bourdieu: “A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja, a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1987, p. 70). De maneira geral, a Igreja busca impor pensamentos e utiliza sua autoridade para combater possíveis subversões às suas práticas. Assim, o estabelecimento da religião enquanto espaço de autoridade, confere um poder que transcende o local sagrado. O poder religioso passa pela imposição de vontade e aceitação do fiel, na medida em que a autoridade é legitimada pela relação com o sagrado.

Estes elementos acompanham o profissional da fé a todo lugar, visto haver confusão entre ele e sua função ou vocação. Não é apenas no altar, mas na rua, em casa, já que não há dissociação plena nem do ponto de vista do fiel, nem do próprio especialista da fé. Neste caso, ocorre uma troca simbólica entre fiel e profissional, o que nos leva à constatação da bilateralidade do poder religioso que se afirma no fiel e se projeta no profissional da fé (NETO, 2003, p. 137).

Portanto, a participação política iurdiana foi conformada em uma articulação pública que emerge dos templos religiosos e se concretiza em projetos de poder. Estes projetos versam sobre a ocupação dos espaços públicos e a conquista de empreendimentos diversos. O produto desse projeto político é uma instituição que

---

<sup>170</sup> Ibidem, 1996.

transborda a esfera religiosa, constituindo e influenciando na formação da sociedade brasileira. Compreendemos que as relações estabelecidas através dos discursos parlamentares é um recurso precioso para o entendimento da expansão pública iurdiana. Isso porque os discursos são, em última instância, dialéticos e estabelecem uma relação com o meio social. Enquanto o discurso é moldado por uma estrutura social, influenciada, por exemplo, pelo próprio Estado, a ciência, a religião ou a família, também influencia nessas estruturas conscientemente, associando-se a elas ou resistindo às suas influências (FAIRCLOUGH, 2016). No caso dos parlamentares iurdianos, atuam na Câmara dos Deputados com vistas a defender conscientemente o projeto político da Igreja Universal, mobilizando suas atuações em prol dos interesses da igreja.

É interessante notar a forma com que os deputados iurdianos utilizam a posição parlamentar para se expressarem em nome da Igreja sem qualquer receio. Em discurso proferido no dia 19 de setembro de 1995, o deputado Jorge Wilson (PMDB-RJ) criticou uma reportagem veiculada no programa “Fantástico” da Rede Globo que noticiava que a Igreja Universal havia adquirido um imóvel no valor de dois milhões de reais, situado no bairro da Urca, Rio de Janeiro. Ao defender a denominação, Jorge Wilson argumentou que o imóvel havia sido adquirido pela ABC, grupo parceiro da igreja. Indignado com o teor utilizado pelo noticiário, o deputado apontou o seguinte: “dispomos e colocamos à disposição da Rede Globo de Televisão, para os reparos necessários, o contrato de locação pertinente”<sup>171</sup>. Curioso notar que neste caso o parlamentar assume o papel de porta-voz da instituição na Casa Legislativa ao usar a expressão “dispomos e colocamos à disposição”. Ou seja, faz uso de seu espaço de fala como deputado federal eleito para defender uma instituição privada de uma reportagem feita por um veículo de informação do país. No caso, a instituição trata-se de uma Igreja Evangélica.

### **3.3 - A Igreja Universal e a esquerda**

De acordo com as análises acerca do voto dos religiosos nas eleições de 1994, os sociólogos Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi observaram que o público evangélico teve muita resistência aos nomes dos dois candidatos mais bem colocados na disputa à Presidência da República, o tucano Fernando Henrique Cardoso e o

---

<sup>171</sup> WILSON, Jorge. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 19 set. 1995, p. 22736. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/D20SET1995.pdf#page=44>. Acesso em 21 abr. 2021.

petista Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto o segundo teve uma grande influência entre o público católico, o primeiro alcançou alto desempenho entre os espíritas. Entre os evangélicos a candidatura que mais teve adesão foi a do pemedebista Orestes Quércia. Entretanto, um dado já esperado para a época em relação à campanha petista foi confirmado: “A candidatura Lula mostrou-se mais próxima dos católicos das comunidades de base, dos afro-brasileiros e dos eleitores que se declaram sem religião, e mais distante dos católicos carismáticos e dos pentecostais” (PIERUCCI & PRANDI, 1994, p.47).

O afastamento pentecostal das esquerdas e, especificamente, do PT já ocorria desde processos eleitorais anteriores. A Igreja Universal destacou-se nesse processo de repulsa à aproximação de setores da esquerda, de tal sorte que é possível destacar alguns elementos relacionados a essa convicção. Em primeiro lugar, a indisposição de diversos setores da esquerda brasileira em dialogar com igrejas evangélicas foi notória ao longo do tempo. A distância em relação a essas comunidades tornou-se tão destacada que, durante as campanhas eleitorais nos anos 1990, o PT buscou em diversos momentos criar esses vínculos, conquistando apenas contato com pequenos grupos progressistas ligados às Igrejas Protestantes históricas. Por outro lado, os grupos pentecostais também demonstraram aversão a alguns projetos de esquerda, sendo em muitos momentos influenciados por discursos anticomunistas que ligavam a esquerda ao ateísmo e a perseguição religiosa. Em meio a esse tensionamento e ao passo que adentraram na política, as igrejas evangélicas passaram a estabelecer práticas fisiológicas junto a governos e partidos, prática que os levaria uma década mais tarde a abrirem diálogo com o governo Lula.

Mas enquanto não pareceu conveniente, a IURD manteve um relacionamento conturbado com o Partido dos Trabalhadores. No livro-reportagem de Douglas Tavolaro, publicado no ano de 2007, Edir Macedo confirma a acidez da relação entre IURD e PT. Uma reportagem do *Folha Universal*, folhetim da Igreja, chegou a chamar o líder petista, Luiz Inácio Lula da Silva, de Diabo (TAVOLARO & LEMOS, 2017). Nos anos 2000, Edir Macedo encontrou-se com Lula, em uma reunião organizada pelo político Cristovam Buarque, quando este ainda pertencia ao PT. No encontro, o Bispo pediu desculpas pelo tratamento conferido anteriormente e, em sinal de um selamento de paz, orou pelo petista<sup>172</sup>. Mas a postura de aversão da Universal em relação à

---

<sup>172</sup> Em março de 2023, durante o início do governo Lula III, Edir Macedo declarou, em vídeo postado nas suas redes sociais, que, no ano de 2011, enquanto Lula enfrentava um câncer na laringe, teria orado por

esquerda não foi isolada no meio evangélico. Durante a década de 1980, o afastamento de igrejas evangélicas em relação aos partidos de esquerda foi notório. No período, existia o temor de que a nova Constituição brasileira tivesse leis que representassem uma ameaça ao meio evangélico:

Pouco afeitos à vida político-partidária do país durante décadas, os evangélicos entraram abertamente na disputa eleitoral temerosos de que a Constituição devolvesse à Igreja católica antigos e exclusivos privilégios. Temiam também que a nova carta incluísse a defesa dos homossexuais, dos comunistas, das feministas, da liberalização do aborto, do uso de drogas e de outros temas contrários à moral pregada por suas igrejas (PRANDI & SANTOS, 2017, p. 2)

As notícias distorcidas e imprecisas do período levou igrejas com notório absenteísmo político a engajarem-se nas campanhas para a Constituinte, caso notório da Assembleia de Deus. Isso resultou no engajamento evangélico na Constituinte com a finalidade de garantir a manutenção da liberdade religiosa e afirmar princípios morais outrora defendidos apenas em espaços de culto evangélico. Era o momento em que os evangélicos se colocaram na disputa, para além das narrativas, das políticas públicas e dos projetos de lei do país. Dessa forma, passariam a combater agendas que versassem sobre a legalização do aborto<sup>173</sup>, o casamento civil homoafetivo e a regulamentação das drogas e cassinos. Muitas dessas pautas foram associadas à esquerda e, principalmente, ao PT, por ser o partido de maior expressão do campo.

As desavenças públicas em relação à esquerda não se restringiram ao PT. O então governador do estado do Rio de Janeiro Leonel Brizola e o seu partido o PDT também estiveram na mira das críticas da Igreja Universal. Vale lembrar que foi o pedetista Carlos Lupi quem convocou Edir Macedo a prestar depoimentos à CPI do Narcotráfico, que, mesmo não resultando em acusações no relatório da comissão, serviu para realçar as críticas a Edir Macedo e para demonstrar a força das denúncias

---

ele em um de seus templos na cidade de São Paulo. Posteriormente, após um tratamento feito no Hospital Albert Einstein, Lula foi curado. De acordo com o Bispo, ele não deve favor nenhum ao petista, já Lula deve muito a ele e a Deus: "O Lula esteve oito anos no governo. Pergunta a ele o que ele me fez, o que ele me deu? O que ele me deu? O que ele deu à Igreja? O que ele deu à Record? Ele não deu nada, ele apenas fez o que ele tinha que fazer, como fez com todas demais emissoras de propaganda. Obviamente que pagou, honrou lá seus compromissos. Mas eu não devo nada ao Lula. Eu estou livre". Ver: PRATES, Vinicius. Edir Macedo diz que orou para curar câncer de Lula: 'Deus nos usou'. Estado de Minas, 17 mar. 2023. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/17/interna\\_politica,1470024/edir-macedo-diz-que-oro-u-para-curar-cancer-de-lula-deus-nos-usou.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/17/interna_politica,1470024/edir-macedo-diz-que-oro-u-para-curar-cancer-de-lula-deus-nos-usou.shtml). Acesso em 18 mar. 2023.

<sup>173</sup> Desde 1991, uma lei que propõe a regulamentação do aborto, proposta inicialmente pelo deputado Edurado Jorge, quando ainda fazia parte dos quadros do PT de São Paulo, tramita sem sucesso na Câmara dos Deputados, sendo barrada ainda nas comissões parlamentares. Ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>. Acesso em 06 dez. 2020.

realizadas contra a Igreja na imprensa brasileira. No dia 21 de junho de 1994, ainda no seu primeiro mandato, o deputado Aldir Cabral se opôs à proposta de desarmamento do governo estadual de Brizola. Cabral, ex-delegado e policial, argumentou que a proposta do pedetista buscava desarmar a polícia entregando:

o controle da força e da dominação pública à contravenção e ao crime organizado, segmentos que, segundo parece, se comunicam bem com o Sr. Leonel Brizola, pois o ex-Governador, em qualquer de seus períodos de Governo, não revelou a menor intenção de reprimi-los, de combatê-los<sup>174</sup>.

Muito embora a proposta de Brizola feita na Associação Comercial do Rio não foi de retirar as armas da polícia, ao contrário, o político posicionou-se pelo controle ostensivo do acesso às armas no Brasil caso saísse vencedor das eleições para Presidente do país no ano de 1994<sup>175</sup>. Todavia, o discurso ácido de Aldir Cabral deixou claro o distanciamento da Igreja do político pedetista. Em meio a tantos conflitos com os setores progressistas, a Universal recebeu alguns apoios isolados. Quando Edir Macedo foi preso pela polícia de São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva posicionou-se contra a prisão do Bispo. A fala de Lula foi reproduzida no livro biográfico de Macedo, escrito por Douglas Tavolaro:

Acho um abuso a prisão sob o argumento de que o bispo está enganando as pessoas com sua religião. As pessoas têm fé naquilo que querem ter. Eu estou convencido de que, se a gente não tomar cuidado nesse país, daqui a pouco a polícia entrará em sua casa e prenderá qualquer um, sem nenhum critério. Precisamos discutir os critérios pelo qual o juiz julga o charlatanismo. A Igreja Universal do Reino de Deus consegue lotar o Maracanã e isso é visto por alguns religiosos ou pela polícia como charlatanismo. O bispo dizia: “E as pessoas que fazem romaria, as pessoas que acreditam em outro tipo de santo, também não estão sendo vítimas de charlatanismo?”. Para que as pessoas sejam presas, é preciso a apuração total da responsabilidade e do crime cometido. Fora disso, acho que todos os brasileiros têm o direito de esperar seu processo em liberdade. (LULA apud TAVOLARO, 2007, p. 41).

A citação a Lula contém ponderações relevantes a serem feitas, pois dois cenários relativos ao discurso do petista são passíveis de observação. O primeiro diz respeito ao momento da fala do petista, ou seja, em 1992. Nesse período, Lula, então presidente nacional do PT, era constantemente atacado pela Universal e três anos antes havia sido combatido nos templos iurdianos durante a campanha eleitoral para Presidente da República. Todavia, quando o jornalista Douglas Tavolaro reproduz a longa declaração do petista, escolhe utilizá-la em um contexto em que Lula era o

<sup>174</sup> MOREIRA, Luiz. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 21 jun. 1994, p. 9153. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09JUN1994.pdf#page=93>. Acesso em 21 abr. 2021.

<sup>175</sup> MOLICA, Fernando. Brizola defende o desarme da polícia. Folha de S. Paulo, 8 jun. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/08/brasil/19.html>. Acesso em 24 abr. 2021.

Presidente do Brasil, tendo, inclusive, a Universal como uma aliada política de seu governo. Portanto, utilizar o discurso feito no passado pelo Presidente, o qual este criticou duramente a ação perpetrada contra o Bispo traz credibilidade ao discurso mobilizado pela Igreja e suas lideranças acerca do evento traumático da prisão de Macedo.

### **3.4 - Muito além do chute na santa: a Universal e o campo religioso brasileiro**

No que se refere ao campo religioso brasileiro, a relação entre a IURD e a Igreja Católica passou por tensões sensíveis. Ao longo do tempo os embates passaram para a arena pública, superando o campo das divergências doutrinárias. Curiosamente, a forma como a IURD lidou com os católicos, aparentou em muitos momentos querer espelhar a Igreja de Roma em sua hegemonia religiosa e social. A própria origem da palavra “Católica” em sua raiz epistemológica grego-romana significa aquilo que é “geral” ou “universal”, justamente a expressão adotada por Edir Macedo para denominar sua própria igreja. Aliás, Macedo, que durante sua infância frequentou a Igreja Católica, se afastou dela na sua juventude, e ao fundar a IURD firmou um embate teológico e público contra sua antiga religião.

Para a Universal, a Igreja Católica é uma instituição que promove o culto a imagens e, portanto, essa idolatria deve ser repreendida. Em abril de 1987, a Universal promoveu um culto no feriado da sexta-feira santa no estádio do Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro. O evento foi chamado de “Duelo dos deuses” e buscou sinalizar a força da IURD frente às demais igrejas do país, principalmente a Católica. Nas palavras de Edir Macedo, o culto teve o objetivo de “aguçar a fé de quem presenciou o confronto entre o Deus da Universal contra os deuses deste mundo”<sup>176</sup>.

Em meio a tantas rugas com os católicos, a ação do Bispo Don Von Helde na madrugada do dia 12 de outubro de 1995, desgastou ainda mais a imagem já muito abalada da Igreja Universal. Isso porque o líder iurdiano, no ápice de sua exortação contra os santos católicos, levou uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida, padroeira do Brasil, pelos católicos, para o seu programa televisivo na Rede Record. Discursando que a santa seria um “boneco feio, horrível e desgraçado”, o bispo desferiu pontapés na imagem. A repercussão da atitude de Von Helde se deu após a

---

<sup>176</sup> Maracanã: um grande templo a céu aberto.  
<https://sites.universal.org/universal40anos/artigo/19-maracana-um-grande-templo-a-ceu-aberto>

exibição da cena no Jornal Nacional na mesma semana. Notas de repúdio de veículos de imprensa e de diversos setores da Igreja Católica forçaram Edir Macedo a ir a público pedir perdão aos católicos. Templos da Igreja Universal foram atacados Brasil afora e as represálias chegaram à justiça. Edir Macedo ao se referir ao episódio do chute na santa, conforme ficou conhecido, disse:

*Edir Macedo:* É um chute no estômago, para não dizer num lugar mais baixo. Aquele chute foi a pior coisa que aconteceu dentro do trabalho da Igreja Universal

*Roberto Cabrini:* Por quê?

*Edir Macedo:* Porque não é o nosso estilo agredir religião de ninguém. Nós temos a liberdade de crer na palavra de Deus e nós exigimos respeito para conosco. Ora, se nós exigimos respeito para com a nossa crença, para com a nossa fé, nós temos que ter respeito para com a crença alheia.

*Roberto Cabrini:* O Sr. condena o ato de se chutar a santa?

*Edir Macedo:* Eu condeno o ato não só de chutar a santa ou mesmo falar de qualquer outra igreja ou religião. Eu apenas não concordo com as religiões, mas não quer dizer que eu não tenha que respeitar os seus religiosos, compreende o que eu estou falando? Eu não aceito as religiões, mas eu aceito os religiosos, eu respeito os religiosos, porque eu sei que eu também fui um deles no passado. Eu também fui cego no passado e Deus teve compaixão de mim, porque eu não vou respeitar e ter compaixão daquelas pessoas que estão lá, cegas<sup>177</sup>.

A fala do Bispo é curiosa, pois representa em grande medida o discurso repetido pela Igreja ao longo dos últimos trinta anos. No entanto, a relação conflituosa com outras igrejas, principalmente a Católica, não se resumiu ao ataque à imagem de Nossa Senhora. No dia 11 de outubro de 1995, o deputado Paulo De Velasco apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de lei de sua autoria que visava a revogação da lei 6802, de 1980. Tratava-se da alteração da lei que instituiu a data de 12 de outubro como dia oficial de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil. Em seu discurso, De Velasco argumentou:

Temos certeza de que no ano que vem, ao termos extirpado do rol das extravagantes leis deste País a lei que tem feito tremer os céus e a terra pela Ira do Senhor nosso Deus, teremos o dia 12 de outubro dedicado a Ele e às Suas crianças. Que se Lhe devolva a dignidade da criação e o Senhorio de todos os dias, como diz o salmista: "este é um dia feito pelo Senhor. Regozijemo-nos e alegremo-nos nele". Teremos, então, razão para regozijo e alegria<sup>178</sup>.

Para o deputado, a data em homenagem à Santa Católica cometia um equívoco jurídico, enquanto que sua proposta buscava colocar a Câmara dos Deputados “nos

<sup>177</sup> A trajetória de Edir Macedo. Conexão Repórter, 26 abr. 2015. [transcrição do autor]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LViRUp8U0Xc&t=1539s>. Acesso em 10 mar. 2021.

<sup>178</sup> VELASCO, Paulo De. Discurso parlamentar em Pequeno Expediente. Brasília: Câmara dos deputados, 11 out.. 1995, p. 1354. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT1995.pdf#page=127>. Acesso em 21 abr. 2021.

trilhos constitucionais”. No entanto, quando analisamos o Projeto de Lei 1.083 de 1995, encontramos uma proposta com fortes contornos de intolerância e que em nenhum momento propõe a laicização da data e do Estado, mas busca apenas a substituição de uma data religiosa por outra. Entre as fundamentações apresentadas no PL 1.083, utiliza-se o argumento de que a lei 6802 de 1980, seria inconstitucional, desrespeitando a separação entre Igreja e Estado e as demais religiões no país. No que se propõe como uma medida laica, o PL aponta que a data em homenagem a Nossa Senhora seria um desrespeito a Deus, pois:

24.3.1 A Palavra de Deus é textual, irrefutável, irrefragável, quanto ao ditame dessa lei. A Bíblia, a Palavra de Deus, seja ela no cânone católico, evangélico ou outro, adverte-nos:

24.3.1.a - "Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR teu Deus ... (Êx.20A,5a). (Grifo nosso.)

24.3.1.b - porque está escrito: Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele darás culto" (Palavras do Senhor Jesus em Mt. 4.10).

24.3.1.c - "Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (1a. Carta de S. Paulo, Apóstolo, a Timóteo, 2.5).

24.3.1.d - "Feliz a nação cUJo deus é o SENHOR " (SI.33 .12)<sup>179</sup>.

Dessa forma, o projeto, que propunha a alteração de uma data religiosa contendo críticas supostamente laicas, apresentava em sua base forte proselitismo em prol de uma perspectiva evangélica. A relatoria feita pelo deputado Jarbas Lima (PPR-RS) explicita o caráter contraditório do projeto proposto por De Velasco. Nas palavras do deputado gaúcho, o que o deputado iurdiano propôs tratava-se de um sofisma que, se levado ao rigor, exporia facilmente sua contradição:

Para ser coerente deveria Sua Excelência propor, também, a supressão dos feriados de Natal, de Corpus Christi da Sexta-Feira Santa, do Dia da Confraternização Universal, de Finados. Não o faz porque estes lhe convêm. Daí porque advoga os próprios interesses e desconsidera a crença alheia, num lance de conveniência insustentável do ponto de vista ético. Acrescente-se ainda a extensa lista dos feriados municipais que evocam datas religiosas. Compare-se, no Direito Internacional, com as datas religiosas celebradas em países do Primeiro Mundo, sem menoscabo algum para as suas práticas democráticas<sup>180</sup>.

Assim, Jarbas Lima destaca o interesse pessoal e religioso do iurdiano e aponta para a contradição teórica do argumento proposto que se apresenta balizado sob uma perspectiva intolerante e preconceituosa:

<sup>179</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1.083 de 1995. **Dossiê**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995, 1v.

<sup>180</sup> Ibidem, 1995.

O projeto, como todos sabem, é mero desdobramento de recentes atitudes de desrespeito religioso, estas sim fundadas no preconceito. E o diz com clareza quando fala numa simples imagem "enegrecida". De certo "usada em algum despacho de cachoeira", onde resta insinuado depreciativamente que, além de imagem, é negra. Inoportuno, o projeto agride profundamente o "ethos" da Nação brasileira e a dignidade da alma popular<sup>181</sup>.

O parecer final conferido ao PL 1803/1995 foi o de inconstitucionalidade e injuridicidade, fazendo com que o projeto não seguisse adiante. Por fim, em 23 de outubro de 1997, Paulo De Velasco solicitou a retirada de seu projeto de lei. No entanto, esse documento destaca-se enquanto uma fonte que revela as concepções religiosas que a IURD buscava aplicar na política. As lideranças da Igreja se colocaram ao longo do tempo como defensoras dos preceitos democráticos, porém, na prática, atuaram em confronto com outras igrejas e religiões nos mais diversos espaços públicos. Em relação à Igreja Católica, o debate religioso foi levado à Câmara dos Deputados e às mídias da Igreja. Já no que diz respeito às religiões de matriz africana, a oposição emergiu de cima dos púlpitos, passou pelas ruas, chegou às livrarias e alcançou as mais diversas programações de rádio e televisão.

A forma com que a Igreja Universal se posicionou no cenário religioso brasileiro, em diversas ocasiões implicou posturas combativas frente às demais religiões. Os adversários declarados da Igreja foram constantemente enfrentados através do discurso religioso proferido nos templos, nos discursos religiosos e nas manifestações públicas. Desde a aquisição da primeira programação de rádio, ainda no início das atividades da Igreja, Edir Macedo atraiu fiéis para seus templos através de pregações que enfrentavam as programações de uma Mãe de Santo. Esse enfrentamento se perpetuou ao longo do tempo, de maneira que as religiões de matriz africana, a Igreja Católica e o espiritismo foram compreendidos enquanto religiões opostas aos preceitos do cristianismo pentecostal.

As principais concepções da IURD frente às religiões de matriz africana, certamente, estão expressas no livro de Edir Macedo, publicado pela editora Unipro no ano de 1997, chamado "Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônios". Na obra, o Bispo apresenta uma concepção extremamente combativa frente a estas religiões, vinculando-as aos demônios pertencentes ao cosmo cristão e atribuindo a estas a existência de enfermidades, vícios e complicações diversas na vida de indivíduos que não pertencem à fé cristã. A compreensão perpetuada por Macedo, que tem suas

---

<sup>181</sup> Ibidem, 1995.

raízes nas formulações de Robert McAlister, foi elaborada na obra que alcançou mais de 4 milhões de vendas de exemplares.

O livro enfrentou desafios para a sua disseminação, sendo em 2005 retirado de circulação por determinação da justiça que compreendeu haver discursos de intolerância na produção de Macedo. A ação perante a justiça foi motivada pela mobilização de diversas entidades públicas e grupos pertencentes às religiões de matriz africana. Um ano após a proibição, em uma decisão despachada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi autorizada a veiculação da obra atestando a manutenção da liberdade de expressão constitucional.

As ações combativas da IURD perpetradas em ações de intolerância religiosa ocorrem devido a um entendimento de que religiões de matriz africana também atuam em um campo que propõe “soluções simbólicas” às adversidades experimentadas pelos frequentadores dos templos evangélicos (MARIANO, 1995, p. 108). Na obra, Edir Macedo é apresentado como uma pessoa cuja bagagem pode esclarecer o povo sobre a existência e forma de ação dos demônios. No prefácio do livro, o Bispo é apresentado como alguém que tem se “empenhado ferrenhamente, há mais de 30 anos, na obra de libertação”, de modo que “quem o conhece pessoalmente se contagia com sua ardente fé”. Os editores acrescentaram ainda que Macedo é um “homem, que Deus levantou para uma obra de grande vulto no cenário evangelístico nacional e mundial” e que “conhece todas as artimanhas demoníacas” (MACEDO, 2016, p. 11).

Ainda de acordo com os editores, o livro busca denunciar “as manobras satânicas através das práticas de feitiçaria; coloca a descoberto as verdadeiras intenções dos demônios, que se fazem passar por orixás, exus e erês, dentre outras entidades, e ensina a fórmula para que as pessoas se libertem do mal que tenta dominá-las” (MACEDO, 2016, p.11). No entanto, o discurso pejorativo sobre as religiões de matriz africana não é tratado pelo Bispo como algo intolerante. Em sua apresentação, Edir Macedo diz esperar que o livro não cause conflitos com as demais religiões:

Espero que este livro não se transforme em um pomo da discórdia, e também não seja considerado meramente polêmico ou discriminatório. Se assim acontecesse, eu me arrependeria de tê-lo escrito. Quero, sim, que sirva de bússola a mostrar o caminho certo a todos os navegantes errantes deste mundo, levando o leitor a examinar cuidadosamente, sem preconceitos, a religião que tem praticado (MACEDO, 2016, p. 16).

Apesar da menção pacífica, as pretensões do Bispo se esvaem na medida em que, ainda na apresentação de sua obra, expõe posicionamentos extremamente pejorativos em relação a outras religiões: “Sempre desejei colocar em livro toda a verdade sobre os orixás, os caboclos e os mais diversos guias, dentre outras entidades, que vivem enganando as pessoas e fazendo delas “cavalos”, “burrinhos” ou “aparelhos”, sendo que Deus as criou para serem a Sua imagem e semelhança” (MACEDO, 2016, p. 15). A recorrência desse discurso também pôde ser identificada na fala do Bispo Honorilton Gonçalves, destacado líder da IURD nos anos 1990, quando este declarou para o *Jornal do Brasil*, em fevereiro de 1988, que: “É verdade que os orixás são o Diabo e que as pessoas que estão na macumba não prestam, mas nós não brigamos com eles. Só queremos levar a palavra de Cristo até eles” (GONÇALVES, Honorilton apud MARIANO, 2014, p. 121). Ora, se a motivação dos bispos não era ofender praticantes de outras religiões, qualificá-los como “burrinhos” das entidades que seguem ou como pessoas que “não prestam”, não parece ser o discurso mais adequado. Essa prática reforça o estigma perpetrado pela IURD em relação às demais religiões, de modo que se torna ainda mais implacável quando vem munido da suposta liberdade de expressão e religiosa. Em nome da liberdade religiosa, a IURD generaliza as religiões de matriz africana, estereotipa suas lideranças e, de maneira etnocêntrica, inviabiliza qualquer tipo de perspectiva religiosa, prática e social que não esteja sob o molde cristão ocidental.

Segundo o Bispo, seguir religiões de matriz africana é estar em uma “vida errante, enfronhada nas falsas religiões”, de maneira tal que sua missão é fazer com que esse indivíduo frequente a IURD e torne-se “um verdadeiro cristão”. Assim sendo, essa posição estabelecida pela Universal apresenta mais uma faceta da “Batalha Espiritual”, que junto com a Teologia da Prosperidade, caracterizam os aspectos mais presentes no meio pentecostal. De acordo com Ricardo Mariano, neste meio religioso: “Pastores e fiéis enxergam a ação divina e demoníaca nos acontecimentos mais insignificantes do cotidiano. Para ele não há acaso. Tudo é prenhe de sentido, e a Bíblia contém todas as respostas de que precisam” (MARIANO, 2014, 110). Nesse sentido, se tratando de uma Igreja de atuação pública massiva, com forte presença na política e na mídia, a estrutura de pensamento formada sobre as demais religiões, principalmente de matriz africana, culmina em um combate desproporcional. Em outras palavras, sendo religiões de expressão desigual na sociedade, a força pública detida pela Universal, somada ao seu discurso bélico, culmina num ataque frontal à

existência e continuidade de diversos grupos religiosos. No final das contas, quem mais se queixou de sofrer perseguição, é acusada de ser uma voraz perseguidora.

A grande questão é que essa perseguição perpetrada contra os opositores não é escondida pela IURD. Como premissa básica de sua atuação, a igreja compreende estar em constante conflito contra seus adversários públicos, de modo que o confronto é constantemente incentivado, surgindo daí um empenho em prol de uma *guerra santa*. De acordo com Macedo “Os cristãos é que devem perseguir os demônios”, de modo que a luta dos evangélicos deve ser “muito mais combate do que de defesa; devemos nos armar de toda a armadura de Deus para libertar os oprimidos”, restando à igreja, por fim, “ser triunfante estar sempre na ofensiva” (MACEDO *apud* MARIANO, 2014, p. 122). Este argumento corrobora para a noção de Batalha Espiritual presente no Neopentecostalismo brasileiro cujo conceito teológico ligado à Teologia do Domínio refere-se à luta entre forças espirituais do bem e do mal, com ênfase na ideia de que os fiéis devem manter vigilância em suas vidas cotidianas, através de diversas práticas religiosas. Com isso, a Igreja promove um “[...] processo ‘pedagógico’ de reeducação quanto ao estigma lançado sobre as religiões de matriz africana e a cultura africana” (PACHECO, 2019 APUD ARAÚJO, 2022, p, 2).

O acirramento público entre iurdianos e pessoas pertencentes a religiões de matriz africana tomou as páginas de jornal da década de 1990, destacando-se episódios de intolerância religiosa e até mesmo confrontos físicos. Por este motivo, apesar de o *chute na santa* ter ficado no imaginário popular como um dos episódios mais sensíveis envolvendo a relação da IURD com as demais religiões no país, o evento tratou-se apenas de uma das muitas ações perpetradas pela igreja contra seus adversários públicos. Nesse aspecto é relevante destacar que toda a polêmica envolvendo o episódio do Bispo Von Helde, tomou grande proporção por conta da divulgação das imagens feita pela Rede Globo.

Principal adversária midiática da Rede Record, a Globo comportou-se no período como antagônica aos projetos da IURD. Na sessão de 17 de novembro de 1995, o deputado federal Laprovita Vieira confrontou as críticas sofridas pela Igreja. Para Vieira, a mídia que condenou a ação do pastor Von Helde, não havia se pronunciado em relação a uma minissérie produzida pela Rede Globo chamada “Decadência”, escrita em 12 capítulos por Dias Gomes. O enredo da obra apresentava a história de um pastor corrupto que enriquecia enganando e roubando seus fiéis. Segundo membros da IURD, a novela chegou a utilizar trechos diretos de falas do

Bispo Macedo (TAVOLARO, 2007). Laprovita Vieira, durante seu discurso, acusou a Rede Globo de promover ataques preconceituosos contra os cristãos por meio desta minissérie. Inclusive, ao se referir à Rede Globo, destacou: “Você, grande César, que põe e depõe Presidentes, que está acostumado a mandar e desmandar neste País, não irá calar a nossa boca, tentando impor-nos um regime de exceção”. (VIEIRA, 1995). O deputado ainda encerrou seu discurso mobilizando uma fala pretensamente democrática para justificar suas críticas:

Assim sendo, sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não podemos tolerar a insensatez de poucos em detrimento de muitos. Aqueles que hoje fazem parte da mídia deveriam ser, por lei, mais responsabilizados sobre o que passam à opinião pública, pois do contrário a democracia estará sendo sufocada e o País desgovernado. (VIEIRA, 1995).<sup>182</sup>

Assim sendo, as lideranças da Igreja Universal demonstram, desde a fundação da igreja, compreensão da importância do confronto público para a obtenção de seus propósitos. Conforme a forma como Edir Macedo define sua própria trajetória, nunca teve “nada a perder”. Um líder que ascendeu da classe média carioca e, participando de diversas religiões, chegou ao patamar de representante máximo de uma das maiores denominações evangélicas do país. Enquanto expandia-se publicamente utilizando o discurso liberal, a Universal tinha atitude fortemente autoritária sobre as demais religiões. O ataque frontal não lhe rendeu apenas desafetos, como também processos jurídicos por intolerância religiosa e acusações relativas à integridade financeira de seus empreendimentos. Nada disso fez a Universal recuar em sua estratégia de ser vista para ser lembrada. No entanto, enquanto crescem suas contradições, mais a igreja busca enraizar-se nos espaços de poder, pois estes permitem a conquista de seus ambiciosos projetos. O bispo, que não tinha nada a perder, na verdade tem muito com que se preocupar, pois detém um império sob a sua tutela.

---

<sup>182</sup> VIEIRA, Laprovita. Diário Oficial da Câmara dos Deputados, 1995. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1995.pdf#page=62>. Acesso em 01 set. de 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão pública da Igreja Universal do Reino de Deus, conforme trabalhado em nossa dissertação, possui um estreito vínculo com a política. Analisar a trajetória de uma Igreja tão ativa, requer cautela e atenção ao desenvolvimento dos eventos históricos e aos propósitos da instituição nos recortes temporais delimitados. Tendo isso em vista, propomos algumas conclusões sintéticas acerca do crescimento e consolidação pública da Igreja Universal do Reino de Deus com base nas análises realizadas ao longo da dissertação, assim como também realizaremos algumas reflexões analíticas e teóricas não conclusivas que podem servir para eventuais projetos de pesquisa.

O crescimento das igrejas evangélicas é um fenômeno social sem precedentes na história brasileira. Do final da década de 1980 para o início da década de 2000, a porcentagem de evangélicos no país saltou de 10% para 16%, somando 26 milhões de fiéis na virada do século. Cerca de 18 milhões destes fiéis pertenciam a igrejas Pentecostais, sendo a IURD a igreja evangélica que teve maior êxito em sua expansão (CAMPOS, 2002). Segundo o artigo do sociólogo Paul Freston, publicado logo após as eleições de 1998, no pleito daquele ano a Igreja elegeu 14 deputados federais, enquanto dois candidatos que pertenciam a outras igrejas elegeram-se com o apoio da IURD<sup>183</sup> (FRESTON, 2006). O Rio de Janeiro permaneceu sendo o estado com o maior números de eleitores fiéis à IURD, pois ali a igreja elegeu quatro deputados federais, seguido por São Paulo, estado em que elegeu três parlamentares. Neste pleito, a IURD elegeu também deputados pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará e pelo Distrito Federal. Diferentemente dos outros anos em que a força da igreja estava centralizada no eixo Rio-São Paulo, com alguma influência também na Bahia, em 1998 a Igreja obtém um êxito a nível nacional, de modo que os candidatos a deputado federal obtiveram mais de um milhão e duzentos mil votos (FRESTON, 2006). Com a exceção de Odenir Laprovita Vieira<sup>184</sup>, todos os deputados federais eleitos em 1994 foram reeleitos para um novo mandato em 1998<sup>185</sup>.

---

<sup>183</sup> Alexandre Brasil Fonseca aponta para a eleição de três deputados federais eleitos com o apoio da Igreja (FONSECA apud ORO, 2003).

<sup>184</sup> O político foi eleito deputado estadual do Rio de Janeiro no pleito de 1998. Assim como ocorreu com outros políticos iurdianos, a carreira parlamentar não tinha continuidade. O percurso parlamentar aparenta depender mais dos planos da Igreja do que propriamente dos anseios dos deputados, visto que apenas são eleitos através da indicação e dos esforços despendidos pela Igreja em suas campanhas.

<sup>185</sup> Dos 14 deputados eleitos pela IURD em 1998, identificamos 13 deles. Foram reeleitos em 1998: Aldir Cabral de Araújo (PFL-RJ), Jorge Wilson de Matos (PMDB-RJ), Paulo César Marques De Velasco

Em 1998, os evangélicos Anthony Garotinho (PDT) e Benedita da Silva (PT) foram eleitos, respectivamente, governador e vice-governadora do estado do Rio de Janeiro. Curiosamente, ambos os eleitos pertenciam aos dois partidos de esquerda eleitoralmente mais representativos do período. No mesmo ano, os evangélicos tiveram a maior bancada eleita até então com 36 deputados federais, sendo a Universal a Igreja com maior número de políticos eleitos, graças ao seu sistema de “candidatura oficial” (FREESTON, 2006). O sistema elaborado pela IURD ao longo dos anos 1990, parte do princípio básico de que a igreja deve indicar e despender esforços na candidatura de políticos que sejam comprometidos com seus projetos e que tenham condições de saírem vitoriosos através dos votos dos fiéis que a igreja dispõe nos diferentes estados. Desta forma, sempre será indicado o número de candidatos proporcional à votação possível para serem eleitos (SOUZA, 2010).

Com o passar do tempo, o Bispo Carlos Rodrigues ocupou a função de coordenador político da Igreja, sendo eleito deputado federal em 1998. Em uma declaração dada à *Folha de São Paulo* em 26 de julho de 1998, informou que suas expectativas eram de que a IURD elegeisse entre 10 e 14 deputados federais e 18 deputados estaduais<sup>186</sup>. No âmbito federal o êxito foi alcançado, enquanto que a nível estadual a igreja superou as expectativas elegendo 26 deputados em 18 estados diferentes (SOUZA, 2009). A estratégia de apoiar de maneira pragmática FHC em sua reeleição para buscar novos acordos políticos somada à doutrinação dos fiéis, ensinando-os como e em quem votar na eleição daquele ano, provavelmente colaborou para o sucesso obtido pela igreja. Nas palavras do Bispo Rodrigues: “A maioria dos governantes acha que nós só servimos para o trabalho corpo a corpo de rua com o povão, mas não servimos para participar da construção da sociedade em seu governo”<sup>187</sup>. Assim sendo, a IURD buscava um tratamento no segundo governo de FHC semelhante “ao de grupos católicos no Palácio do Planalto”<sup>188</sup>, planejando-se, inclusive, para a criação de um novo partido – nesse primeiro momento sem êxito – chamado PAS (Partido da Ação Social)<sup>189</sup>.

---

(PRONA-SP), Luiz Moreira da Silva (PFL-BA) e Wagner Salustiano (PPB-SP). Já entre os demais eleitos encontram-se: Antônio Valdeci de Paiva (PSDB-RJ), Bernardino Barreto de Oliveira (PPB-PR), Carlos Alberto Rodrigues Pinto (PFL-RJ), Francisco Almeida Lima (PMDB-CE), Marcos Antônio de Barros (PTB-PE), Paulo José Gouvêa (PTB-RS), Vandeval Lima dos Santos (PTB-SP) e Jorge Pinheiro (PRONA-DF).

<sup>186</sup> RYFF, Luiz Antônio. Universal monta urnas para orientar fiéis. *Folha de S. Paulo*, 26 jul. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26079816.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

<sup>187</sup> Ibidem, 1999.

<sup>188</sup> Ibidem, 1999.

<sup>189</sup> Apesar de a *Folha de São Paulo* mencionar a sigla do PAS como possível partido organizado pela

São raras as instituições que possuem poder de influência tão grande a ponto de abarcar diferentes espaços sociais de maneira expressiva. Atuar em múltiplas frentes exige uma engrenagem complexa que permita uma atuação planejada e organizada. Por esse motivo a Igreja Universal é tão peculiar no cenário público brasileiro. O grupo liderado por Edir Macedo possui a segunda emissora com maior audiência da TV aberta brasileira. Além disso, os seus negócios abarcam rádios e canais de TV afiliados, banco, hospital, entre muitos outros empreendimentos (NASCIMENTO, 2019), de modo que a conquista de tanto poder religioso e empresarial está conectada à sedimentação dos projetos públicos da Igreja. Para entender o sucesso da IURD, vale frisar que ela se adaptou com precisão ao contexto político da Nova República. Organizou-se durante as negociações das campanhas eleitorais, firmou apoio aos governos federais e se estabeleceu enquanto um potente grupo dentro dos partidos, em uma relação contínua de troca, visto que necessitava das legendas para lançar seus candidatos. Seu desempenho eleitoral, superior ao de muitas agremiações políticas, resultou no acesso a postos de comando em ministérios de governos estaduais e no âmbito federal, assim como na liderança de comissões, bancadas e dos partidos nas Casas Legislativas. Imaginar que tamanha influência política foi conquistada sem nenhuma estratégia, mais do que ingenuidade é contrariar a historicidade desse processo. A guinada política da Universal foi orientada a partir da clareza sobre o funcionamento das negociações e da compreensão de como utilizar esses mecanismos ao seu favor.

A política não foi apenas uma ferramenta de proteção aos empreendimentos da IURD, para além disso, tratou-se da conquista de um espaço de poder dentro da democracia liberal. Edir Macedo, no livro escrito em conjunto com Carlos Oliveira, apresentou os evangélicos como um grupo social que em 2008, segundo seus cálculos, era formado por 40 milhões de pessoas com muito potencial de mobilização: “Um movimento social organizado com cerca de 40 milhões de pessoas, que são os evangélicos, teria uma força e tanto. De forma alguma estamos sugerindo que os evangélicos e suas respectivas igrejas se tornem partidos políticos, mas sim que não fiquem omissos acerca desse tema” (MACEDO & OLIVEIRA, 2008, p. 33). Não ficar omissos significava que a Igreja deveria participar da vida pública em diversas instâncias, inclusive obtendo bom desempenho eleitoral. Ocorre que não é qualquer

---

IURD, uma legenda com nome semelhante foi criada em 1988, tendo perdido seu registro em 1991.

pessoa que se elege com o apoio da igreja, pois para a IURD a política é um projeto de poder:

O processo de ascensão ao poder político não se dá por acaso nem por obra do destino. Não é como o princípio de autopolinização da natureza, como o vento, ou o passado, ou mesmo um inseto que conduz o pólen de um lugar para o outro e a vida vai acontecendo naturalmente.

O êxito em política, sobretudo na atualidade, depende de um conjunto de ações estratégicas, bem elaboradas e objetivas, que vai desde o político como produto às ações dos que desejam elegê-lo. Essa carência de compreensão tem sido a de muitos evangélicos nos dias atuais em todo o mundo. Em pleno século XXI, no Brasil, professar a essa fé cristã evangélica ainda significa ser vítima de indiferenças e preconceitos, mesmo com as garantias constitucionais de liberdade de culto religioso. (MACEDO & OLIVEIRA, 2008, p. 35)

No trecho, a retórica da perseguição utilizada ao longo da trajetória da IURD é acionada para justificar a participação pública e política da igreja. No entanto, como na maioria das vezes, o argumento não se sustenta em exemplos materiais que exponham essa perseguição sofrida por cristãos no Brasil. Do contrário, busca refugiar-se numa suposta organização dos opositores contra os evangélicos, utilizada justamente para mobilizar os fiéis, pois, conforme aponta Mariano, este tipo de mobilização: “Serve como bandeira eleitoral para eleger candidatos evangélicos e como contrapropaganda para desqualificar acusações policiais, judiciais e jornalísticas movidas contra suas lideranças” (MARIANO, 2014, p. 40). Essa compreensão valia-se de uma perspectiva segundo a qual os evangélicos, mesmo não sendo maioria entre os cristãos do período, buscavam reivindicar espaço e força pública. Ainda segundo o pensamento de Macedo e Oliveira:

Grupos e classes com representatividades numéricas bem pequenas, em comparação com a quantidade de evangélicos, vem organizando movimentos sociais há algum tempo, conquistando espaços e direitos que os protegem dos mais variados preconceitos. Esse modelo de organização social e política não é praticado, pelo menos de forma explícita pelos críticos. (MACEDO & OLIVEIRA, 2008, p. 35)

Com base na teoria de que era necessário aos evangélicos defender-se e posicionar-se publicamente, a Universal formou uma estrutura dentro da igreja para tratar apenas da organização e eleição de representantes nos mais variados cargos públicos. À frente de mandatos em Câmaras de vereadores e Assembleias Legislativas de estados e no Congresso Nacional, ampliou sua rede de contatos, costurou medidas e leis em benefício próprio e acessou cargos públicos que lhes permitiram a execução de práticas patrimonialistas e clientelistas. Além disso, a Universal impôs seu desempenho eleitoral aos partidos políticos e as tendências ideológicas do país. Uma igreja, que elegeu ao longo de sua trajetória mais deputados federais e estaduais do

que muitos partidos políticos, não pôde ser e nem foi ignorada pelas legendas partidárias.

A partir da concentração de candidaturas em partidos de centro direita e de direita, durante as décadas de 1980 e 1990, a Universal assumiu uma postura contrária às pautas de esquerda no país. Esse posicionamento pode ser relacionado à sua concepção social, embasada na Teologia da Prosperidade tão disseminada em seus templos. De acordo com o Ricardo Mariano:

a Teologia da Prosperidade não tece uma única crítica sequer ao capitalismo, nem à injustiça e desigualdades sociais, nem aos desequilíbrios econômicos do mundo globalizado. Mais pró-capitalista impossível. Mas daí concluir que tal teologia, ou os religiosos que a defendem, impulsione e fortaleça efetivamente este sistema econômico, vai uma longa distância. Na melhor das hipóteses, o que ela proporciona, ao indivíduo, não ao coletivo, resume-se a elementos de natureza psicológica: melhora da auto-estima, aumento da autoconfiança, vontade de prosperar, esperança no futuro. (MARIANO, 2014, p. 185).

A Teologia da Prosperidade traz a concepção individualista de que os anseios do indivíduo por sucesso econômico compõem grande parte da sua espiritualidade. Essa teologia carrega consigo a dinâmica empresarial liberal utilizada pela Igreja tendo em vista seu engajamento à frente de diversos empreendimentos. Dessa forma, não é possível analisar a Igreja Universal enquanto uma instituição que busca apenas anseios religiosos, pois ao tratarmos de uma instituição que está inserida nas mídias e possui empresas ligadas ao seu grupo, é atravessada necessariamente por interesses financeiros. O sociólogo Ronaldo de Almeida compreende uma relação entre a Teologia da Prosperidade e os projetos político-econômicos hegemônicos nos anos 1980 e 1990 que culminaram na precarização do trabalho, assim como também corroborou para o aumento do consumo experimentado nos anos 2000:

Em ambas as situações, a doutrina religiosa é capaz de gerar disposições empreendedoras de caráter individualista. O mérito decorre do esforço ativo e da atitude empreendedora, e não propriamente do capital social e de suas distinções sociais. Isso não significa que os evangélicos não usufruam dos programas sociais do governo federal, mas o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude empreendedora, é valorizado religiosamente e adotado como ética econômica (ALMEIDA, 2017, p. 15).

Nesse sentido, os apoios da IURD aos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, não parecem ter sido costurados por mera conveniência moral e religiosa. Quando a igreja apóia o primeiro governo FHC no aprofundamento das privatizações de empresas estatais e do desmantelo da máquina pública, esse recorte pode ser analisado mediante uma

perspectiva que em alguns momentos históricos se destacou como um discurso empresarial liberal da igreja. O discurso nacionalista e a ênfase na Segurança Pública, também foram pautas defendidas pelas lideranças da igreja, mas que não se colocaram como oposição ao seu alinhamento neoliberal. Isso porque essas mobilizações discursivas eram feitas do ponto de vista moral.

Evidentemente, a grande contradição histórica das articulações políticas da IURD está no apoio aos governos petistas a partir dos anos 2000. Mas, se por um lado os governos de esquerda estabeleceram as políticas sociais em prol das camadas populares, não se distanciaram tanto das práticas neoliberais, principalmente no que diz respeito à estrutura político-econômica do país, refém da pressão e dos interesses do mercado financeiro. De toda forma, a IURD precisou alterar sua narrativa e voltar atrás em certos posicionamentos para que fosse possível uma articulação junto ao PT. Assim, se propôs a essa inflexão ideológica sem melindre, visto que uma característica central da atuação pública iurdiana tem sido a tendência à acomodação. Esta prática trata-se de algo latente dentro do pentecostalismo brasileiro, partindo das elaborações doutrinárias até as ações públicas das igrejas, pois, conforme aponta Ricardo Mariano, esse segmento religioso: “se mostra em franco processo de acomodação ao, para não dizer de afirmação, do mundo, abraçando seus valores e interesses” (MARIANO, 2014, p. 185).

Outrora no movimento protestante histórico, práticas ascéticas, ou seja, distantes do envolvimento com os costumes e valores do mundo secular, eram tidas como balizadoras de uma vida ligada à fé. Com o aprofundamento das práticas neopentecostais, temos justamente o contrário, cada vez mais a incorporação de valores e práticas seculares na vida religiosa dentro da igreja (ALMEIDA, 2017). Compreendemos que a IURD incorpora a tendência à acomodação não apenas em suas práticas religiosas como também na política, fazendo com que se torne uma das instituições que mais tem assimilado o conjunto de práticas relacionadas à cultura política brasileira.

Após a redemocratização do Brasil imperou nos governos a marca do presidencialismo de coalizão. Este termo foi desenvolvido por Sérgio Abranches, em um artigo publicado em 1988, que buscava destacar criticamente o relacionamento estabelecido entre os poderes Executivo e Legislativo (ABRANCHES, 2018). A expressão ganhou destaque midiático nos anos 1990 e 2000, sendo retomada para

explicar grande parte dos problemas políticos do país<sup>190</sup>. Apesar disso, esse tipo de relação tem histórico desde pelo menos 1946, sendo que esta prática foi perpetrada nas décadas subsequentes: “Tais instrumentos de cooptação política, além de denegrirem a já baixa coesão partidária, contribuíram para que as instituições políticas fossem colocadas em descrédito pela opinião pública” (GUIMARÃES, 2020).

Nessa relação entre o governo federal e o Congresso, o presidente eleito sem maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, mesmo tendo feito extensas coligações partidárias em sua campanha, precisa recorrer a acordos políticos com outros partidos ideologicamente distantes de si. Para conquistar o apoio de grupos de diferentes perspectivas ideológicas, os governos federais concedem a lideranças desses partidos postos de comando em ministérios ou instituições estatais em troca de apoio nas propostas enviadas ao Congresso. No final das contas, a relação estabelecida como um toma lá dá cá gera negociações complexas que podem travar o andamento de políticas públicas populares, podendo até mesmo fazer com que os governos percam a coerência política e a fiscalização pública, tornando-se suscetíveis a escândalos de corrupção. Essa relação de negociação entre o Executivo e o Legislativo foi categorizada por alguns políticos e jornalistas como uma estratégia para garantir a governabilidade. Para manter-se estável, o presidente passa a negociar abertamente a manutenção de seu governo. Luís Nassif, em sua coluna da *Folha de São Paulo* do dia 15 de maio de 1997, criticou o fato de essas ações serem aplicadas ainda no governo FHC e, para tal, apontou para o histórico político dessa prática: “Nas últimas quatro décadas, a governabilidade no país foi assegurada ou fechando-se o Congresso (como em 1968) ou montando-se maiorias à custa do mais rasteiro fisiologismo”<sup>191</sup>.

Dessa forma, a expectativa em relação ao presidencialismo de coalizão está na possibilidade de que grupos políticos de diferentes interesses possam convergir na possibilidade de construir uma proposta em comum, abrindo a possibilidade teórica de construção de um projeto democrático. Porém, a política institucional brasileira pós-redemocratização ficou marcada pela consolidação de partidos políticos

---

<sup>190</sup> Durante o governo Lula 1 e 2 a expressão foi retomada em discursos de crítica às práticas políticas federais, associando a coalizão entre as perspectivas político-ideológicas do governo federal junto ao Congresso a um sistema de acordos e favores que visava apenas ganhos pessoais. Ver: Presidencialismo de coalizão. SANTOS, Fabiano. *Folha de S. Paulo*, 26 jun. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2606200510.htm>. Acesso em 20 jan. 2023.

<sup>191</sup> NASSIF, Luís. Fisiologismo e governabilidade. *Folha de S. Paulo*, 15 maio 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/15/dinheiro/7.html>. Acesso em 10 fev. 2023.

fisiológicos, cuja atuação levava-os a atuar em prol de governos diversos, seja qual fosse a perspectiva ideológica. Com isso, a política institucional se transformou em um balcão de negócios e a esperança de um projeto democrático se restringiu a uma idealização.

Na visão de Edir Macedo, a Igreja Universal do Reino de Deus é uma instituição que busca cumprir as vontades divinas no mundo, de tal sorte que, segundo sua concepção, a política é um dos principais espaços a ser restaurado (MACEDO & OLIVEIRA, 2008). É certo que a IURD teve êxito em seus projetos políticos, e chama a atenção a forma com que os concretizou. A Igreja não se adaptou apenas aos modelos estabelecidos da política institucional como ajudou a construí-los. Assim, assimilou as práticas estabelecidas na política parlamentar e partidária brasileira e, contando com uma organização sofisticada, participou com protagonismo da continuidade dessas ações. Firmou-se enquanto um grupo com grande contingente eleitoral e compôs grandes bancadas nas Casas Legislativas, articulando-se com força política dentro de alianças<sup>192</sup>.

Essas articulações realizadas pela Universal atinam para uma prática política solidificada no período da redemocratização, pois os partidos pelos quais os deputados iurdianos disputaram as eleições pertenciam em sua maioria ao chamado centrão. Em diferentes períodos fica evidente os apoios feitos pela IURD a presidentes de partidos variados independentemente de suas legendas políticas, ou seja, o fisiologismo característico do centrão, fundamental para a consolidação política de um projeto como o proposto pela Universal. Expressão consolidada nas pregações de Edir Macedo, quando busca resumir a relação dos fiéis da IURD com Deus, o toma lá dá cá, também explica outras facetas de sua Igreja. Segundo o Bispo, o fiel deveria estabelecer uma relação de troca com o sagrado, pois ao ofertar o dízimo ou realizar campanhas através da igreja, teria a autonomia de cobrar de Deus os seus benefícios em troca (TAVOLARO & LEMOS, 2017). Já nas relações humanas o que se vê é a barganha e as negociações levadas aos plenários e aos gabinetes parlamentares com a finalidade de colocar a influência da igreja sobre o poder público.

---

<sup>192</sup> Durante os anos 1990, a Universal não se preocupou em centralizar suas candidaturas em um único partido, indicando-os em partidos variados da centro-direita brasileira. Esse cenário mudou nos anos 2000 quando o Partido Republicano Brasileiro passou a ser o principal partido eleitoral da Igreja. Embora desde os anos 1990 circulasse a ideia de criação de um partido da Igreja Universal, como o PAS (Partido da Ação Social), ter políticos em diversos partidos também possibilitou o aumento do capital político da igreja.

Com a consolidação de espaços democráticos liberais de expressão e representatividade no pós-Ditadura, a ação pública evangélica também teve crescimento. Nesse sentido, um país amplamente cristão viu acender uma disputa por hegemonia entre católicos e evangélicos. Muito embora minoria, os evangélicos atuaram fervorosamente, nutrindo a expectativa de expandir sua influência. O discurso no meio evangélico era de liberdade religiosa, mas na prática não parecia querer zelar por um Estado Laico. Foi assim que o feriado católico de Nossa Senhora de Aparecida, celebrado no dia 12 de outubro, passou a ser combatido pelos iurdianos. Não porque o Brasil não devesse ter diversos feriados religiosos ao longo do ano, o problema residia no fato de o feriado atender aos católicos. Fosse um feriado religioso que atendesse às práticas evangélicas, não haveria problema algum para os iurdianos.

É importante reiterar que a Igreja Universal revela uma forte acomodação ao sistema político vigente, seja por necessidade ou por interesses próprios. Enquanto foi cômodo e vantajoso, se acomodar significou ocupar, valendo-se de ações conciliatórias. Todo grupo emergente que se aplica na conquista de espaço em um parlamento ocupado em grande parte pelo centrão, onde qualquer tentativa de articulação necessita, no mínimo, de grandes debates, tem a conciliação de interesses em perspectiva. A priori, tratativas e acordos são inerentes ao sistema pactuado na Constituição de 1988. Entretanto, caso os grupos políticos não tenham suas posições políticas firmadas em compromissos arraigados em movimentos sociais, as tratativas no plenário tornam-se mais fisiológicas. Ou seja, partidos que possuem o caráter desconectado de agendas sociais e populares tendem a seguir pautas singulares de indivíduos, partidos e instituições privadas, caso notório das igrejas evangélicas.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, para examinar a cultura política brasileira faz-se necessário a compreensão da influência da acomodação e do personalismo no âmbito da política. No Brasil, o personalismo fez com que o funcionamento das atividades públicas fosse ditado por vínculos pessoais, levando a sociedade brasileira a privilegiar “a fidelidade a laços de parentesco, amizade, compadrio ou patronagem à revelia de normas universais, com baixa adesão a projetos políticos impessoais” (MOTTA, 2016, p. 7). Atendendo aos interesses privados, as conciliações ficam evidentes tanto em períodos de campanha como ao longo dos mandatos iurdianos. O toma lá dá cá também parte da premissa de que existem interesses conciliáveis em detrimento de apoios pontuais a governos.

A política institucional para a IURD transformou-se numa arena onde foi possível conquistar poder com o objetivo de firmar posições, estabelecer trocas que beneficiassem a instituição e suas lideranças, além de ter influência sobre a opinião pública. Vale ressaltar que no plano ideológico, por mais que a igreja se posicione em prol do fisiologismo partidário, a postura conservadora de suas práticas é notória. A igreja afirma suas posições contrárias ao casamento homoafetivo e a criminalização das drogas e jogos de azar, assuntos combatidos dentro dos templos. A ressalva se dá na pauta do aborto, já que a opinião positiva das lideranças iurdianas sobre o tema constrata com os demais posicionamentos públicos quase em sua totalidade de viés conservador.

Portanto, ocorreu uma acomodação por parte da Igreja à realidade concreta do Congresso Nacional brasileiro com o intuito de solidificar sua presença nos espaços públicos. A acomodação é um conceito que permite definir o estabelecimento de pessoas e grupos em determinados locais ou instituições, a priori hostis, em busca de respaldo para com seus interesses. Em outras palavras, a acomodação permite que haja trocas por parte de grupos divergentes no sentido de conjugar interesses e expectativas, ou seja, grupos de origens e convicções distintas ajustam expectativas em busca de projetos particulares. Para Motta, a acomodação “Nem sempre se trata de acordos explícitos, mas, de arranjos tácitos, permitindo acomodar conflitos e tensões, tal como sugere a metáfora geológica que se encontra na raiz da palavra” (MOTTA, 2018, p. 119). A acomodação é um recurso que se estabelece entre dois campos diferentes que buscam chegar a denominadores comuns, inclusive, através do estabelecimento de concessões. Em suas ações públicas, a IURD acenou para grupos divergentes em busca do atendimento dos seus projetos, expondo claramente uma acomodação aos mecanismos tradicionais da cultura política brasileira.

Nas legislaturas dos anos 1990, a institucionalidade política pós-ditadura ainda se estabelecia na medida em que os personagens e grupos estavam sedimentando seu espaço de poder. Portanto, não é descabido apontar a Igreja Universal enquanto uma importante agente na consolidação política da Nova República brasileira. Embora, nas primeiras eleições seu número de representantes eleitos não tenha sido expressivo, a igreja foi consolidando aos poucos sua presença dentro das Casas legislativas. Além disso, as escolhas feitas pelos candidatos revelam com qual perspectiva política a igreja procurava se alinhar. Em raríssimos momentos, a Universal buscou o confronto com os governos federais. Suas marcas de oposição são

expressas na década de 1990 em relação a grupos de esquerda, tendo o Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista, nas figuras de Lula e Brizola, como principais focos. Mesmo assim, no geral, a forma com que a IURD lida com a política caminha na direção de criar raízes dentro do parlamento, sendo uma instituição mais conciliadora do que contestadora.

Compreendemos, portanto, que a Igreja Universal não apenas se acomodou à cultura política tradicional brasileira, marcada pela conciliação, pelo patrimonialismo e pelo conservadorismo, como também ajudou a construí-la. Conforme aponta Prandi e Santos, o meio evangélico não é homogêneo, mas se organiza de forma conservadora: “Esse ativismo conservador evangélico traz para a luta política demandas moralistas que são reivindicações reais dos setores populares, não habituados a separar as esferas da política e da moralidade privada” (PRANDI & SANTOS, 2017, p.1). A Igreja Universal não foi uma instituição passiva, nunca sequer quis ser vista assim. Tornou-se agente marcante no que se consolidou como centrão, que ampara a chamada governabilidade dos governos brasileiros recentes. É nesse sentido que, para o debate do recorte em questão, destaca-se o conceito de pemedebismo formulado por Marcos Nobre. O autor utiliza este conceito como lente de análise da política brasileira dos últimos 40 anos, em que ocorreu a confluência de diversos grupos sociais disputando a cena pública de um Brasil que por três décadas havia estado sob a tutela da ditadura militar.

A grande questão é que nesse mesmo período o país transformou-se profundamente do ponto de vista econômico e social. Para Nobre, a consolidação da democracia encontrou entraves em uma reação conservadora inicialmente organizada pelo PMDB, partido que compôs uma limitada oposição durante a ditadura militar, e que na nova república abrigou lideranças políticas oriundas de elites regionais. Portanto, toda sorte de desenvolvimento social proposto nas instâncias legislativas do país foram retidos por meio da atuação de grupos parlamentares hegemônicos. Essa conjuntura conceituada por Nobre de pemedebismo, trata-se de um fenômeno da cultura política brasileira que, apesar de surgir no seio do PMDB, transbordou para outros grupos políticos, determinando a relação dos governos federais e as Casas legislativas: “foi essa a tendência que acabou por prevalecer nos governos eleitos que se seguiram: pouco a pouco, tanto o PMDB como, de maneira mais geral, o pemedebismo se tornaram sinônimo de governabilidade”. (NOBRE, 2013, p.55).

O pemedebismo é um modo de atuação no qual os partidos se alinham em prol de interesses particulares e buscam travar o sistema político caso suas demandas sejam negligenciadas. Isso é feito com base no poder adquirido durante os pleitos eleitorais que possibilitam a formação de alianças que formam maioria no Legislativo. A priori qualquer um pode acessar esse grande bloco, desde que esteja de acordo com as demandas propostas pela maioria. Os objetivos possuem um caráter conservador, em que se estabelece a manutenção da política tradicional e o fortalecimento de interesses dos grupos que compõem o bloco. Na prática, o grupo atua através do poder de veto a todas as pautas que representem uma ameaça ao estabelecimento dessas relações. Portanto, agendas progressistas tornam-se o foco do combate realizado pelo pemedebismo que, por sua vez, representa um empobrecimento da qualidade da democracia liberal brasileira. O PMDB enfrentou com Collor sua mais acirrada disputa, visto que o político alagoano apresentou-se justamente como a antítese das relações políticas estabelecidas no novo pacto democrático. Entretanto, o frágil governo estabelecido após as eleições de 1989 culminou no alastramento do pemedebismo para outros partidos. O plano real e a eleição de FHC leva o PSDB a estabelecer uma nova forma de relação com o pemedebismo, a coordenação: “Entre as mais importantes razões de seu sucesso está justamente a de ter se apresentado como um pacto que não combate de frente a lógica peemedebista da política brasileira, mas propõe a ela uma acomodação” (NOBRE, 2013, p. 62).

Seguindo essa perspectiva, fica claro que a Igreja Universal em seu projeto de ocupação parlamentar se associou a essa prática denominada de peemedebista por Marcos Nobre. A igreja cumpre de maneira evidente alguns dos traços destacados. Certamente, isso deve-se ao fato de que os deputados federais iurdianos pertenceram a legendas notoriamente associadas a esse segmento: PSD, PFL, PMDB e DEM. Estes são partidos que possuem um caráter fisiológico destacado ou uma sustentação nas elites regionais do país. Para Nobre, o pemedebismo busca uma hegemonia em bloco, deflagrando muito mais uma oposição nos gabinetes do que um debate público. É importante ressaltar que essa composição peemedebista está inserida dentro de uma lógica de modelo de sociedade nacional-desenvolvimentista organizada décadas atrás no país.

Embora não aprofunde a análise histórica do conceito, Marcos Nobre reconhece os limites da utilização da categoria do pemedebismo na compreensão da história

política do Brasil<sup>193</sup>. Por mais que busque compreender o fenômeno pós-redemocratização com base numa chave política contínua, torna-se inviável a compreensão de uma cultura política peemedebista ao conceituar as práticas dos grupos formados inicialmente pelo PMDB e, posteriormente, pelo centrão em tão pouco tempo. Isso porque de maneira mais generalista podemos compreender que as práticas políticas conciliatórias, fisiológicas, clientelistas e patrimonialistas, fazem parte da estrutura de formação da república brasileira, que tem sua herança ainda nos tempos do Império. Em outras palavras, o conceito é uma interessante lente para análise das relações políticas parlamentares, no entanto, apresenta dificuldade em demonstrar essas disputas no âmbito das relações sociais do país, assim como a extensão das práticas parlamentares a longo prazo. Por um lado, o conceito explica grande parte dos entraves políticos estabelecidos nos governos pós-redemocratização, por outro não alcança as mudanças sociais e as mobilizações públicas, tampouco aprofunda o histórico da cultura política brasileira.

Dessa maneira, em sua participação pública, a Igreja Universal acomodou-se às práticas já enraizadas na cultura política brasileira. Compartilhou de valores e estabeleceu relações com os mais variados grupos políticos, valendo-se de comportamentos presentes historicamente na política tradicional. Essa tendência da IURD em acomodar-se à cultura política tradicional brasileira transcende, inclusive, as práticas peemedebistas conceituadas por Nobre como marcantes após o fim da ditadura militar. Conforme evidencia-se na própria trajetória da Igreja, até mesmo antes de chegar ao parlamento, os líderes iurdianos possuíam o desejo de conquistar poder através do acesso aos altos escalões. Ao alcançarem esses espaços, puderam realizar tratativas com diferentes grupos em busca de interesses particulares. Essa costura é uma consequência característica da acomodação presente na política brasileira:

Trata-se de um quadro de tradições e valores políticos favorável a soluções “pelo alto” que excluem a maioria, possíveis devido ao alheamento político de muitos e a disposição favorável de outros tantos à acomodação. Pode-se argumentar que a auto exclusão política é também uma forma de sagacidade e de recusa consciente. Não se trata de ignorância política. Porém, esta forma de esperteza não resolve o problema, apenas facilita as coisas para quem controla o poder (MOTTA, 2018, p. 120).

---

<sup>193</sup> Debate entre Marcos Nobre e André Singer, intitulado “Lulismo e Pemedebismo”, organizado pelo PET Filosofia (USP), em 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUI6oX7ny-c>. Acesso em 10 fev. 2023.

Conforme exposto, a Igreja Universal Do Reino de Deus é uma instituição complexa cuja participação pública tem marcado a sociedade brasileira nos mais diversos âmbitos. Para além dos templos religiosos, a IURD tem se ocupado em adentrar variados espaços com o argumento de que enfrenta uma batalha espiritual, cujo propósito se baseia na conquista de poder. Sua sustentação encontra-se em sua base de fiéis expressiva mobilizada junto aos seus projetos.

Destarte, o papel da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na consolidação da democracia liberal brasileira apresenta uma ambiguidade marcante. Por um lado, a IURD participou ativamente do processo de fortalecimento de uma democracia que buscava firmar-se como laica e pluralista, baseada numa perspectiva de diversidade política e religiosa. Por outro lado, a própria igreja tem utilizado os espaços públicos de maneira estratégica para promover seus interesses e projetos, muitas vezes visando à sua própria expansão institucional e a ampliação de sua influência sociopolítica, sufocando outras formas de expressão popular religiosa e política. Esse dualismo reflete a complexidade do papel da IURD na sociedade brasileira pós-Constituição de 1988. Enquanto a democracia liberal busca garantir um Estado laico, a atuação da IURD frequentemente desafia esse princípio ao ocupar esses espaços para promover suas agendas, tensionando, assim, os limites da prática liberal democrática e operando em um campo sensível onde seu ativismo político e religioso pode ser visto como um confronto direto ao princípio da laicidade do Estado.

Com isso, a igreja explora as brechas e as flexibilidades da própria democracia liberal para expandir sua influência, se posicionando, desta forma, como um desafio à esta conjuntura democrática, pois ao passo que afirma e defende seus direitos como entidade religiosa, tensiona os princípios fundamentais da laicidade e do pluralismo democrático.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

ABUMANSUR, E. S. A conversão ao pentecostalismo em comunidades tradicionais. *Horizonte*, v. 9, n. 22, p. 396-415, 11 set. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n22p396/2917>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ALEIXO, Vitor Correa. "Deus faz, o templo dos Anjos mostra": perfil eclesial e adesão religiosa na Igreja do Evangelho Quadrangular em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2014 Dissertação (Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9JLFQQ/1/vitor\\_aleixoppgs\\_ufmg\\_dissertacao\\_2014.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9JLFQQ/1/vitor_aleixoppgs_ufmg_dissertacao_2014.pdf). Acesso em: 25 jan. 2022.

ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

ALMEIDA, Ronaldo. "A Universalização do Reino de Deus", in *Novos Estudos*, n. 44. São Paulo, Cebrap, 1996.

\_\_\_\_\_. Dez anos do "chute na santa: a intolerância com a diferença. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afrobrasileiro*. São Paulo, Edusp, 2007, pp.171-189

\_\_\_\_\_. *A Igreja Universal e seus demônios*. São Paulo, Terceiro Nome, 2009.

\_\_\_\_\_. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDM3wb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Os deuses do parlamento. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 71, n. 79, p. 71-79, jun. 2017. Disponível em: <http://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2017/06/OS-DEUSES-DO-PARLAMENTO-Ronaldo-de-Almeida.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Evangélicos à direita. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 419-436, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QMLCv3b6fv6kGDfb86CgJ3J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-159.

\_\_\_\_\_. Catolicismo em Belo Horizonte na proximidade do novo milênio. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte: PUC Minas. v. 2, n. 3, 1997, p. 69-85.

- ARAÚJO, Marcelo Brandão. O racismo religioso da Pedagogia da Batalha Espiritual. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 8, n. 01, jan./abr., 2022.
- BARBOSA, Caio Marcondes Ribeiro. A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BERGER, Peter L. O Dossel Sagrado: Elementos de uma Teoria Sociológica da Religião. São Paulo: Paulus, 2014.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et all. Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BEZERRA, Ester; TAVOLARO, Douglas. A dama da fé: os segredos da mulher que transformou a vida de Edir Macedo. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2016.
- BINDE, João Luis. Fé demais não cheira bem: Análise do Perfil e Atuação da Frente Parlamentar Evangélica (2003 – 2014) Tese (Ciência Política) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2018.
- BITTENCOURT FILHO, José. Da política de Deus: um ensaio sobre democracia e religião. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, n. 2, p. 129-162, 2007. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1426>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- BRASIL. *Manual da Redação*. Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em 20 ago. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. Direitos e deveres na República. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- BORGES, Tiago Daher Padovezzi. *Representação partidária e a presença de evangélicos na política brasileira*. São Paulo, 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BURKE, Peter. *A Arte da Biografia*. Civilização Brasileira, 1997.
- BURITY, Joanildo. Identidade política no campo religioso. Recife: Editora UFPE, 1997.
- CALVANI, Carlos Eduardo B.. Anglicanismo no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 36- 47, set./nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13454/15272>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CAMPOS, Leonildo Silveira (1996). Teatro, templo e mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento neopentecostal – Igreja Universal do Reino de Deus. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – IMES, São Bernardo do Campo.

\_\_\_\_\_. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. *Revista USP*, São Paulo, v. 61, p. 146-163, 2004.

\_\_\_\_\_. De “políticos evangélicos” a “políticos de Cristo”: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, n. 7, p. 157-186, set. 2005.

\_\_\_\_\_. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Revista USP*, São Paulo, v. 67, p. 48-67, set./nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13458>. Acesso em: 19 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Evangélicos e mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos. *Revista Estudos da Religião*. São Paulo, set. 2008, pp. 1-26. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2008/t\\_campos.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.pdf). Acesso em 10 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 504-533, jul./set. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n22p504/2909>. Acesso em: 19 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. O Protestantismo de Missão no Brasil, cidadania e liberdade religiosa: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Educação e linguagem*, v. 17, n. 1, p. 76-116, jan./jun. 2014.

CARDOSO, Renato; CARDOSO, Cristiane. Casamento blindado: o seu casamento à prova de divórcio. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

CARVALHO, Marcone Bezerra. Émile-G. Léonard e sua contribuição aos estudos do protestantismo brasileiro. São Paulo, 2012 Tese (Ciências da Religião) - UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, 2018.

CARVALHO, Rodrigo de. A era Collor: da eleição ao impeachment. 1ª ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012.

CAVALCANTI, Carlos Eduardo B. Anglicanismo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 67, p. 36-47, set./nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13454>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CHARTIER, Roger. A Visão do Historiador Modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); AMADO, Janaína (Org.). Usos & Abusos da História Oral. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CORREA, Marina. A operação do carisma e o exercício do poder: a lógica dos missionários das igrejas Assembleias de Deus no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência

da Religião), PUC/SP, São Paulo, 2012.

COSTA, Micaele Oliveira Eugênio. Entre madeixas, véus e saias: paradigmas do feminino na Congregação Cristã no Brasil. *Mandrágora*, v. 22, n. 1, p. 81-107, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/6587/5237>. Acesso em: 19 jan. 2022.

DUBY, Georges. *História da Vida Privada*, vols. 1-5. Companhia das Letras, 1991

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2 ed. Brasília: UnB, 2016. 338 p.

FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. Editora Contexto, 2015. 160 p.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira*. In: *Religião e Sociedade*, 16/1-2, 1992.

\_\_\_\_\_. *Evangélicos e Política no Brasil, da Constituinte ao Impeachment*. Tese de doutoramento. São Paulo: DCS/IFCH/Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-159.

\_\_\_\_\_. *As Igrejas Evangélicas nas eleições gerais brasileiras*. In: *Religião e Sociedade*, 17/1-2, 1996.

\_\_\_\_\_. *Protestantismo e democracia no Brasil*. Lusotopie 1999. pp. 329-340.

\_\_\_\_\_. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. 22 ed. Viçosa: Ultimato, 2006.

FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política: 1998- 2001*. 2002. 278f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Fonteles, Maria das Graças Sá Roriz. "Inserção do Protestantismo no Brasil: Um Olhar Contemporâneo." *Ciências da Religião - História e Sociedade*, v. 7, n. 1, p. 174-188, 2009.

GIL, Benedito M; SIEPIERSKI, Paulo D.(org) *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. In: *O Protestantismo brasileiro: um balanço historiográfico*. SILVA, Elizete da. São Paulo: Paulinas, 2003 (Coleções ABHR) p.127-130.

GIUMBELLI, Emerson. *A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro*. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 87-119, 2001.

\_\_\_\_\_. "A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(2), 2008, 80-101.

GUIMARÃES, Luís Gustavo Faria. O presidencialismo de coalizão no Brasil. 1. ed. – São Paulo: Blucher Open Access, 2020.

GOMES, Edlaine de Campos. A era das catedrais: a autenticidade em exibição. Rio de Janeiro, 2004 Tese (Ciências Sociais) - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/8374/1/Tese%20EdlaineGomes.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil, São Paulo, Companhia da Letras, 2006

JUSTINO, Mário. Nos bastidores do reino: a vida secreta na Igreja Universal do Reino de Deus. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2021. 199 p.

LEITE, Letícia Chuva Ferrari. O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, 2019.

LEONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: Aste, 1963.

MACHADO, Maria das Dores C. Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006. v. 1.

MAFRA, Clara. Os Evangélicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_; SWATOWISKI, Claudia; SAMPAIO, Camila. O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 27 n° 78, fev. 2012.

MARIANO, André Luiz de Castro. Congregação Cristã no Brasil e mídia: uma denominação na contramão das Igrejas pentecostais. *Teologia e Espiritualidade*, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 65- 84, dez. 2019. Disponível em: <https://faculdadecristadecuritiba.com.br/storage/2021/03/Artigo-3-Andre.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MARIANO, Ricardo. O futuro não será protestante. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 89-114, set. 1999.

\_\_\_\_\_, Ricardo. Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. *Revista USP*, São Paulo, 1996. (p. 120-131).

\_\_\_\_\_. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, 2004.

\_\_\_\_\_. “Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos”. *REVER*, São Paulo, vol. 4, p. 68-95, 2008. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_mariano.htm](https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.htm). Acesso em 10 dez. 2021.

\_\_\_\_\_. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 246 p.

\_\_\_\_\_ ; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais nas eleições de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 34, 1992.

MACEDO, Edir; TAVOLARO; Douglas. Nada a perder. Livro 1. São Paulo, Planeta, 2012.

\_\_\_\_\_. Nada a perder. Livro 2. São Paulo, Planeta, 2013.

\_\_\_\_\_. Nada a perder. Livro 3. São Paulo, Planeta, 2014.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Carlos. Plano de poder: Deus, os cristãos e a política. 1 ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MATOS, Alderi Souza de. O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário. *Fides Reformativa*, v. 11, nº 2, pp. 23-50, 2006.

MARIZ, Cecília Loreto. "Alcoolismo, gênero e pentecostalismo". *Religião e Sociedade*, v. 16, n. 3, maio, pp. 80-93, 1994.

MELO, Iran Ferreira. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura*, v. 05, n.11, 2009.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. S. Bernardo do Campo: Umesp, 1997.

\_\_\_\_\_. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista USP*, São Paulo, v. 67, p. 48-67, set./nov. 2005.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13455/15273>. Acesso em: 19 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Protestantismo no Brasil: um caso de religião e cultura. *Revista USP*, São Paulo, v.74, p. 160-173, jun./ago. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13610>. Acesso em: 19 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. *O celeste porvir*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 376 p.

MENDONÇA, Emílio Zambon de. *Igreja Pentecostal Deus é Amor: Origens, características e expansão*. São Bernardo, 2009 Dissertação (Ciências da Religião) - UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO.

Disponível em:

<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1979/2/Emilio%20zAMBON.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; MÁXIMO, Helena. Ecos da mídia no discurso parlamentar. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Federal de Pelotas, v. 3, n. 1, p. 1- 19, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/6066/4320>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MONTEIRO, Yara Nogueira. *Congregação Cristã no Brasil: da fundação ao centenário*

- a trajetória e uma Igreja brasileira. *Estudos da Religião*, v. 24, n. 39, p. 122-163, jul./dez 2010.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, pp. 1-13, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 dez. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: Motta, Rodrigo, P.S (org). *Culturas políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. pp. 13-37.

\_\_\_\_\_. O Conceito de Cultura Política . *Anais do X Encontro Regional da Anpubh/MG*. Mariana, 1996, pp. 83-91.anto

\_\_\_\_\_. A estratégia de acomodação na ditadura militar brasileira e a influência da cultura política. *Páginas*, Rosário, año 9, n. 17, maio/ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

\_\_\_\_\_. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, 335 p

NASCIMENTO, Gilberto. *O reino: a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

NETO, José Querino Tavares. Espaços privilegiados do poder religioso evangélico. In: GIL, Benedito e SIEPIERSKI, Paulo D. (Orgs). *Religião no Brasil: dinâmicas e abordagens*. Paulinas, São Paulo, 2003. p. 131-139.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Oliveira, D. M. de; Terra, K.R.C. Pentecostalismos, racismo e Direitos Humanos. *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 19, n. 58, p. 98-113, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/25105/18581>. Acesso em 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Leandro Moreira de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; CALVELLI, Haudrey Germiniani. De pentecostes ao pentecostalismo: reflexões possíveis para a construção de sentido da experiência brasileira. *Plura: Revista de estudos de Religião*, v. 8, n. 1, p. 119- 149, 2017. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1426>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.53, out. 2003.

\_\_\_\_\_(org.). *Religião e Política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar, 2006.

\_\_\_\_\_. “Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil”. In: Horizonte. Belo Horizonte, v.9. n.22. jul-set. 2011.

. As bases da nova direita. Novos Estudos nº19, CEBRAP, São Paulo, 1987, pp.26-45.

\_\_\_\_\_. ALVES, D. Renovação Carismática Católica e Pentecostalismo Evangélico: convergências e divergências. Debates do NER, vol. 30, Porto Alegre, UFRGS, 2016, pp.219- 245.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. Uma breve análise historiográfica do protestantismo brasileiro e suas tendências atuais. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571\\_71feaa8aebee2bd99158ed222036de65.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_71feaa8aebee2bd99158ed222036de65.pdf). Acesso em 20 mar. 2023.

PASSOS, Paulo Rogério Rodrigues. As premissas do deuterpentecostalismo: tradição e renovação no campo religioso brasileiro. Observatório da Religião, v. 1, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/Religiao/article/view/306>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PAULA, Tiago Franco de. Representações do sofrimento no neopentecostalismo brasileiro: uma análise do discurso da Igreja Universal do Reino de Deus. 2018. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

PEREIRA, Rodrigo; FERREIRA, Frederico Antonio. Estado, luteranismo e imigração no Brasil: Para além da epopeia dos primeiros pastores alemães. Fronteiras: Revista de História, vol. 19, núm. 34, julio-diciembre, 2017, pp. 159-181. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/5882/588266489008.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: Anpocs, Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Vértice e Anpocs, 1989, p. 104- 132.

\_\_\_\_\_, Antônio Flávio. A magia. São Paulo: PubliFolha, 2001.

\_\_\_\_\_; PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo, Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, pp. 187-213.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RIBEIRO, Antônio Carlos. Protestantismo de imigração: Chegada e reorientação teológica. Atualidade teológica, Rio de Janeiro, v. 28, p. 94-107, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18381/18381.PDF>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ROCHA, Daniel. Faça-se na terra um pedaço do Céu: perspectivas messiânicas na participação dos pentecostais na política brasileira. *Perspectiva Teológica*, v. 52, n. 3, p. 606-632, 2020.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*, (São Paulo), v.11, n. 2, p. 23-47.

SIEPIERSKI, Paulo. “Pós-pentecostalismo e política no Brasil”. *Estudos Teológicos*, 1997, v. 37, p. 47-61.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. O Brasil ao pé da cruz: notas sobre a representação política de pentecostais e neopentecostais. *Revista Plural (Pelotas)*, n. 17, jul./dez. 2015, p. 101-127.

SILVA, Sheila dos Santos; MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. Escritas de si e espaço biográfico - revisão teórico-crítica. *Memento - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso Mestrado em Letras*. Unincor, v. 7, n. 2, jul-dez, 2016.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos* 85, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/gLqzRSkjs3C8gFgwCQDNWjK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SOUSA, Marco Túlio de. As narrativas do reino: análise narrativa de programas televisivos da Igreja Universal nas madrugadas mineiras. Belo Horizonte, 2014 Tese (Comunicação Social) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9R3GFS>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan/jun, 2013.

SOUZA, André Ricardo. O desempenho político-eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008. *Anais do II Encontro Nacional do GT: História das religiões e das religiosidades*. *Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH Maringá (PR)* v. 1, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 20 jan. 2022.

SOUZA, Carlos Henrique Pereira de. Entre a capela e a catedral: tensões e reinvenções da identidade religiosa na experiência do protestantismo histórico atual. 2013. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014.

TAVOLARO, Douglas. *O Bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse, 2007.

VIDAL LUNA, Félix; KLEIN, Herbert. *O Brasil desde 1980*. São Paulo: A Girafa, 2007.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.